

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

Relatório de Gestão FINEP 2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia

Luiz Antonio Rodrigues Elias

Diretoria Executiva

Luis Manuel Rebelo Fernandes

PRESIDENTE

Eduardo Moreira da Costa

DIRETOR

Eugenius Kaszkurewicz

DIRETOR

Fernando de Nielander Ribeiro

DIRETOR

Conselho de Administração

Luiz Antonio Rodrigues Elias

PRESIDENTE

Luis Manuel Rebelo Fernandes

CONSELHEIRO NATO

Alexandre Navarro Garcia

CONSELHEIRO

Cezar Santos Alvarez

CONSELHEIRO

Sergio Eugenio de Risios Bath

CONSELHEIRO

João Alberto Negri

CONSELHEIRO

Conselho Fiscal

Carlos Roberto Siqueira de Barros (afastou-se em 21/12/2007)

CONSELHEIRO TITULAR

Onofre Soares dos Santos

CONSELHEIRO TITULAR

Alexander Celestino Barros

CONSELHEIRO TITULAR

Sérgio Luiz Doscher da Fonseca

CONSELHEIRO SUPLENTE

Ernesto Carneiro Preciado

CONSELHEIRO SUPLENTE

Ladjane José da Silva

CONSELHEIRO SUPLENTE

Posição em 31/12/2007

Este Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com orientações da Decisão Normativa TCU n.º 85, de 19 de setembro de 2007, Decisão Normativa TCU n.º 88, de 28 de novembro de 2007, da Instrução Normativa TCU n.º 47, 27 de outubro de 2004, e da Portaria CGU n.º 1950, de 28 de dezembro de 2007, da Secretaria Federal de Controle - Controladoria Geral da União/PR.

Março 2008

Constam do presente documento 3 (três) relatórios:

- **Relatório de Gestão FINEP 2007 – FINEP**
- **Relatório de Gestão FINEP 2007 – FNDCT**
- **Relatório de Gestão FINEP 2007 - Ações Especiais MCT/FINEP**

e 7 (sete) anexos:

- **Anexo A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais**
- **Anexo B – Demonstrativo de Perdas, Extravios ou outras Irregularidades**
- **Anexo C – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo**
- **Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle**
- **Anexo E - Demonstrativo de Transferências Realizadas no Exercício 2007:**
 - E-1 – UG FNDCT**
 - E-2 – UG Contratos e Convênios**
- **Anexo F – Operações de Crédito Contratadas em 2007**
- **Anexo G – Operações Não- reembolsáveis Contratadas em 2007**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Relatório de Gestão FINEP 2007

FINEP

SUMÁRIO - Relatório de Gestão 2007 FINEP

1	Identificação	7
2	Responsabilidades Institucionais	8
3	Estratégia de Atuação	14
4	Gestão de Programas e Ações	15
5	Desempenho Operacional	36
5.1	Captação e Utilização de Recursos	36
5.2	Operações de Crédito	37
5.2.1	Consolidação das Operações de Crédito	37
5.2.2	Prevenção e Tratamento da Inadimplência - Operações de Crédito	40
5.2.3	Classificação de Risco de Carteira – Operações de Crédito	41
5.2.4	Acompanhamento das Garantias das Operações de Crédito	43
5.2.5	Ações Judiciais para Recuperação de Crédito	43
5.3	Demais Operações da FINEP	43
5.3.1	Operações da FINEP junto ao FUNTTEL	43
5.3.2	Operações com Recursos de Convênios	49
5.3.3	Operações com Recursos Transferidos pelo FNDCT à FINEP (PTF)	55
5.3.4	Transferência de Recursos Mediante Convênios Internacionais	61
5.5	Gestão Administrativa e Organizacional	62
5.4.1	Estrutura Organizacional	62
5.4.2	Gestão de Recursos Humanos	67
5.4.3	Gestão de Processos e Sistemas	69
5.4.4	Gestão Administrativa	71
5.5	Avaliação do Desempenho da Gestão	73
5.5.1	Movimentação Total de Recursos	73
5.5.2	Evolução do Número de Operações Diretas Contratadas	73
5.5.3	Esforço Operacional Total	74
5.5.4	Indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade	75
5.5.5	Avaliação da Execução do PDG	76
6	Previdência Complementar Patrocinada	80
7	Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	81
8	Operações de Fundos	81

1 Identificação

Tabela 1.1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	
Natureza jurídica	Empresa Pública de Direito Privado	
Vinculação ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Decreto-Lei N° 61.056, de 24 de julho de 1967; Competências: Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos n° 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto n° 2.471, de 26 de janeiro de 1998. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ; Estrutura organizacional: Ver item 5.4.1 deste Relatório	
CNPJ	Órgão 20.502 –CNPJ 33.749.086/001-09	
Nome e código no SIAFI	FINEP 365001	
Código da UJ titular do Relatório		
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Endereço completo da sede	SCN - Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 CEP 70712-903 - Brasília – DF	
Endereço do Escritório Central	Praia do Flamengo, 200 - 13° andar CEP 22210-030 -Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2555-0330 Fac-símile: (21) 2557-8100	
Endereço da página institucional na internet	www.finep.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Empresa Pública Comercial e Financeira	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UG FINEP/RIO	Código: 365001
	UG FINEP/SP	Código: 365004
	UG FINEP/BSB	Código: 365002
	UG FINEP/ CONTRATOS E CONVÊNIOS	Código: 360001

2 Responsabilidades Institucionais

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI como uma de suas principais agências. Sua missão é “promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas e instituições científicas e tecnológicas, mobilizando recursos financeiros reembolsáveis e não-reembolsáveis e integrando instrumentos, visando o desenvolvimento econômico e social do País”.

A FINEP ocupa uma posição singular dentro do SNCTI, pois possui a capacidade de financiar todos os segmentos que o compõem: universidades, institutos de pesquisas, instituições governamentais, organizações não governamentais e empresas. Sua condição de empresa pública e de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT permite a mobilização de diferentes tipos de recursos financeiros: recursos próprios, de terceiros e recursos de amplo uso no financiamento de atividades ligadas à inovação, incluindo desde a pesquisa básica até a popularização da ciência.

Por esta razão a FINEP é a Agência Brasileira de Inovação e, ao longo dos seus quarenta anos de existência, vem desempenhando papel preponderante na criação do ambiente propício à inovação hoje existente no País.

Ao longo de sua atuação a FINEP vem gerando todo um arcabouço de instrumentos e de inter-relações entre atores do sistema de inovação, especificamente, empresas, institutos de pesquisa e universidades, o que lhe conferiu uma trajetória singular de resultados representativos.

As atividades de inovação possuem caráter intangível e não são triviais. A atuação de seu corpo técnico ao longo desses anos lhe conferiu uma capacitação específica e sem paralelo em outras instituições, com uma visão completa e integrada do sistema de inovação. De um lado as necessidades das empresas para inovar e de outro a base da academia dando o suporte adequado.

O sistema se aperfeiçoou com o advento dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, no âmbito do FNDCT, criados a partir de 1999, especificamente para apoio às empresas de forma direta ou indireta, por meio da contratação de universidades e centros de pesquisa. A FINEP, como Secretaria Executiva do FNDCT, passa a contar com poderosos e exclusivos instrumentos, previstos em lei, para desempenhar a sua missão institucional de indução à inovação.

A Lei de Inovação¹, lançada em dezembro de 2004 e regulamentada em outubro de 2005², estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, caracterizando-se com um marco legal que busca viabilizar mecanismos de desenvolvimento tecnológico, facilitando a relação entre empresas e instituição de pesquisa. É importante destacar que os recursos não reembolsáveis antes destinados ao apoio de instituições sem fins lucrativos passaram também a ser concedidos pela FINEP a empresas privadas sob a forma de subvenção econômica, redução de encargos financeiros de financiamentos, apoio a operações de capital empreendedor (de risco), bem como redução de custos para projetos cooperativos, no qual tomam parte instituições sem fins lucrativos em parceria com uma ou mais instituições privadas. A Lei de Inovação também favorece a contratação de pesquisadores pelas empresas.

Sua dupla condição de empresa pública e de Secretaria Executiva do FNDCT lhe confere grande responsabilidade pública, que se acentua quando se constata que ciência, tecnologia e inovação são vetores essenciais no processo de desenvolvimento econômico e social do País.

O lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE pelo Governo Federal, em março de 2004, a regulamentação da Lei de Inovação, em outubro de 2005 e a aprovação do projeto de regulamentação do FNDCT no final de 2007³, que possibilitará o progressivo descontinuidade de recursos dos fundos setoriais nos próximos oito anos, chegando a uma oferta de crédito para inovação de cerca de R\$ 2 bilhões/ano ano, aumentam os desafios para a operação FINEP.

As ações da FINEP se organizam através das seguintes modalidades de apoio financeiro:

- Apoio financeiro não-reembolsável realizado principalmente com recursos do FNDCT, em particular dos Fundos Setoriais, com recursos de outros Ministérios e instituições, através de Convênios e Contratos celebrados com os mesmos, e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL - do Ministério das Comunicações, do qual a FINEP é agente financeiro conforme disposto na Lei de criação do Fundo.

Esta modalidade de apoio se destina: (1) a instituições sem fins lucrativos, para a realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, e realização de estudos ou de eventos e seminários voltados ao intercâmbio e difusão de conhecimentos. As instituições elegíveis para este tipo de financiamento são as instituições científicas e tecnológicas (ICT's), que incluem universidades e outras instituições de ensino e pesquisa públicas ou privadas. (2) a empresas privadas, através de concessão de subvenção econômica, implementada a partir de setembro de 2006.

¹ Lei nº 10.973 de 02/12/2004

² Decreto nº 5.563 de 11/10/2005

³ Lei nº 11.540 de 12/11/2007

As solicitações de apoio devem ser apresentadas em resposta a chamadas públicas, cartas-convite ou encomendas⁴.

- Operações de crédito para financiamento de projetos de empresas que são realizados com recursos próprios e recursos captados de terceiros (principalmente do FAT, FND) e, também do FUNTTEL. Esta modalidade de financiamento pode incluir o instrumento de equalização de juros, com recursos do FNDCT, para reduzir os encargos totais a serem desembolsados pelas empresas. No caso específico do FUNTTEL, a FINEP atua apenas como gestora das operações, pois o risco de crédito é do próprio Fundo, cujo Conselho Gestor aprova cada operação.

As empresas e outras organizações interessadas em obter crédito podem apresentar suas propostas à FINEP a qualquer tempo, através de Consulta Prévia⁵.

- Operações de investimento através das quais a FINEP aporta capital empreendedor em de fundos de investimento para empresas de base tecnológica, fortemente focadas em atividades vinculadas a C,T&I. A FINEP fomenta a construção de fundos nos quais participa de forma minoritária, junto com outros investidores. Os recursos aplicados são principalmente do Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa para Apoio à Inovação - Fundo Verde-Amarelo, do FNDCT.

Os recursos financeiros utilizados pela FINEP (Órgão 20.502 - CNPJ 33.749.086/0001-09) para o apoio a estudos, projetos e programas são movimentados através do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. No SIAFI, a FINEP opera seis Unidades Gestoras.

1. Três Unidades Gestoras que se referem aos três escritórios da Empresa FINEP, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Nessas Unidades Gestoras são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros, através de operações de financiamento, como as do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), ou de depósitos, tais como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Nessas operações a FINEP arca com o risco de crédito e remunerando-se com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas (UG 365001, UG365002 e UG 365004).

2. Unidade Gestora Contratos e Convênios (UG 360.001). Através desta UG a FINEP administra e repassa recursos de terceiros, normalmente através de convênios com órgãos governamentais, para financiamento e fomento de projetos, recebendo desses terceiros um montante que pelo menos cubra

⁴ No Guia de Propostas e Convênios, disposto no site da FINEP, há a definição de cada uma das modalidades.

⁵ O site da FINEP dispõe dos formulários para cada fase.

os custos administrativos dessa atividade. Dentre esses terceiros inclui-se o próprio FNDCT, para o qual a FINEP atua também como agência, e não apenas como Secretaria Executiva.

3. Unidade Gestora FNDCT (Órgão 24.901 - CNPJ 08.804.832/0001-72). Através dessa UG a FINEP atua como Secretaria Executiva do FNDCT, cujos recursos constam do Orçamento Fiscal da União, provenientes dos recursos ordinários do Tesouro Nacional e das receitas vinculadas dos Fundos Setoriais, além de pequena parcela de recursos diretamente arrecadados. Para tal recebe uma taxa de administração correspondente a 2% dos recursos orçamentários do Fundo a cada exercício.

4. Unidade Gestora Programas Especiais / MCT (Órgão 240131), através da qual são operados recursos relativos a contratos internacionais de financiamento, incluindo pagamentos da dívida externa, além de programas e projetos especiais do MCT, administrados financeiramente pela FINEP.

Deve ser notado que as receitas oriundas das Unidades Contratos e Convênios, FNDCT e Programas Especiais/MCT apenas a cobrem os custos administrativos das atividades relacionadas. Em consequência, a evolução do patrimônio da empresa, que permite o crescimento da sua capacidade operacional, só pode vir de uma das seguintes origens: lucros acumulados na atividade de concessão de crédito a empresas e/ou aportes de capital pela União.

Faz parte, ainda, das responsabilidades institucionais da FINEP a cobrança do Fundo Setorial de Energia (CT-Energ) e do Fundo Setorial de Tecnologia da Informação (CT-Info). O CT-Energ é cobrado via disponibilização de boleto bancário eletrônico do Banco do Brasil no site da FINEP. Os valores são devidos por todas as companhias geradoras, transmissoras ou distribuidoras de energia elétrica. O Departamento de Cobrança da FINEP informa à Agência Nacional de energia Elétrica – ANEEL eventuais inadimplências. No caso do CT-Info, o pagamento por parte da empresa é opcional, sendo a contribuição revertida em benefícios fiscais. Portanto, não há inadimplência no conceito comum da palavra.

De forma resumida, as principais realizações e resultados da Agência FINEP em 2007 foram:

▪ Equilíbrio Financeiro

➤ A FINEP vem procurando manter um equilíbrio no fluxo de caixa entre as receitas e despesas, e 2007 foi o primeiro ano em que a geração de caixa pelas receitas foi suficiente para cobrir, além dos dispêndios correntes do PDG - Plano de Dispêndios Globais, também o crédito da TJLP aos depósitos do FAT, permitindo a independência entre o fluxo de capitais (principal) e os encargos financeiros.

Tabela 2.1: FINEP - Geração de Caixa pelas Receitas x Utilização nos Dispendios Correntes

Valores em R\$ milhões

Discriminação	Executado em 2005	Executado em 2006	Executado em 2007
Recursos das Receitas	129,7	163,5	214,3
Dispendios Correntes	(117,5)	(143,2)	(154,8)
Superávit no PDG	12,2	20,3	59,5
Crédito da TJLP aos depósitos do FAT	(22,0)	(32,6)	(45,4)
Superávit (déficit) global	(9,8)	(12,3)	14,1

Fonte: FINEP/AFC

Obs.: O quadro acima é de fluxo de caixa, e não deve ser confundido com um demonstrativo de resultados para apuração de lucros ou prejuízos.

▪ **Ampliação da Carteira de Crédito**

➤ O volume de recursos contratados em operações de inovações nas empresas foi semelhante ao contratado em 2006, mas o número de operações contratadas em 2007 foi superior em 15% ao contratado em 2006, conforme demonstrado na figura 2.1. Este crescimento se deu, principalmente, ao aumento das operações da carteira do Programa Juro Zero.

➤ O volume de liberação em 2007 foi, contudo, inferior ao de 2006, conforme figura 2.2. Esta redução deveu-se, em parte, à operacionalização em fins de 2006 e durante o ano de 2007, da Subvenção Econômica, deslocando a demanda de crédito.

▪ **Expansão e Consolidação da atuação da FINEP em parceria com outros órgãos e instituições**

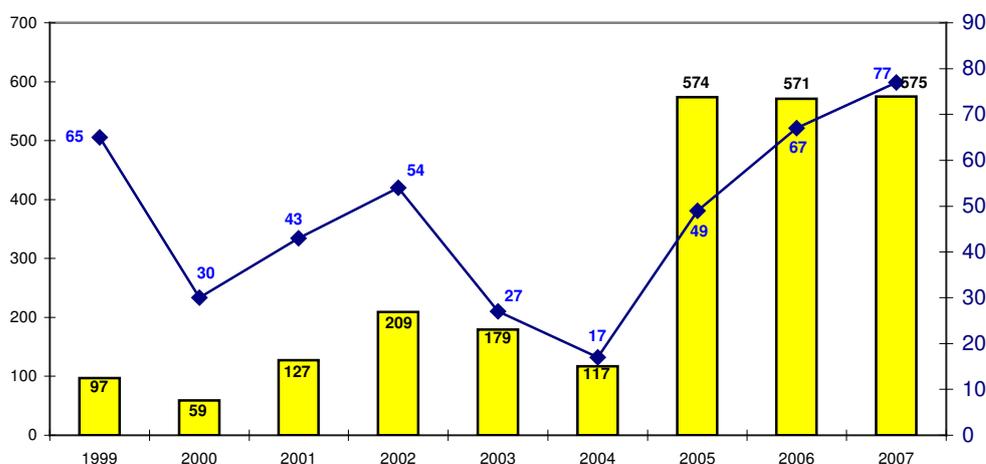
➤ Fortalecimento de programas em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Saúde - MS, Ministérios das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Caixa Econômica Federal, Ministério do Turismo – MTUR, Agência Espacial Brasileira - AEB, Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, INFRAERO Aeroportos Brasileiros. Com esses órgãos/instituições a FINEP possui convênios no valor total de R\$ 210 milhões, tendo, até 2007, sido transferido à FINEP cerca de R\$ 187 milhões, dos quais foram repassados R\$ 156 milhões.

➤ A FINEP opera junto ao FUNTTEL na operacionalização de projetos de fomento e projetos reembolsáveis, tendo recebido no período 2005-2007 cerca de R\$ 215 milhões, sendo R\$ 180 milhões para operações de fomento e R\$ 35 milhões para operações de financiamento. Deste montante, R\$ 160 milhões já foram desembolsados, sendo R\$ 142 milhões de operações de fomento e R\$ 18 milhões em operações reembolsáveis.

Figura 2.1: FINEP – Operações de Crédito – Contratado/ano –1999-2007

R\$milhões

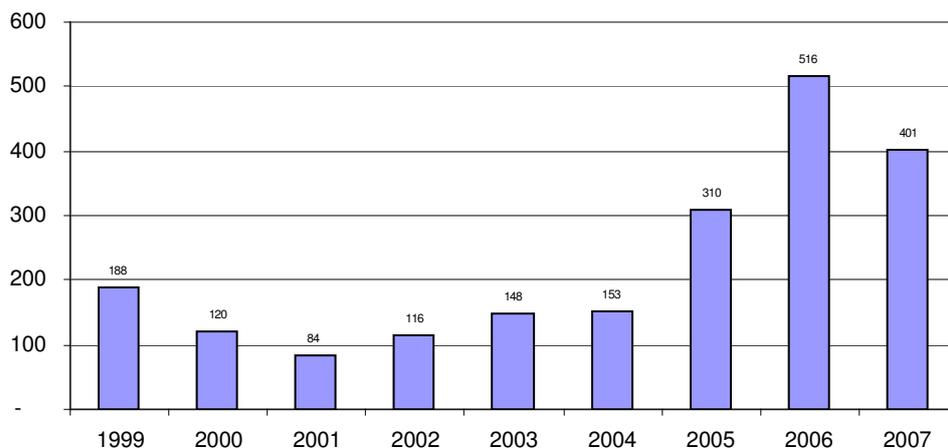
Nº projetos



Fonte: FINEP/APLA

Figura 2.2: Operações de Crédito – Desembolsado/ano –1999-2007

R\$milhões



OBS: Não inclui valores do FUNTTEL.

Fonte: FINEP/APLA

3 Estratégia de Atuação

Considerando os bons resultados que a FINEP vem alcançando nos últimos anos e visando garantir a qualidade e a agilidade do processo operacional, considerando o crescimento sistemático do volume de recursos e o aumento e a diversidade de operações que a FINEP vem administrando, ações prioritárias e fundamentais para o aumento sustentável da sua carteira de crédito vêm sendo implementadas, algumas desde em 2004, e se encaminham para sua consolidação, apesar de estarem permanentemente sendo revistas e atualizadas, tais como:

- Captação de fontes de recursos para operações de crédito com prazos de amortização e taxas mais compatíveis com o tipo de operação da FINEP;
- Conclusão do sistema de classificação de risco;
- Continuidade da redução dos índices de inadimplência;
- Implantação de uma nova sistemática de renegociação de dívidas com resultados bastante significativos, como pode ser observado nos percentuais e valores apresentados no item a seguir;
- Redução no número de empresas encaminhadas para cobrança judicial, bem como no número de ações em que a FINEP figura no pólo passivo, movidas por empresas, inadimplentes ou não, patrocinadas por escritórios especializados em advogar contra o sistema bancário;
- Aumento da carteira do Programa Juro Zero voltado para pequenas empresas.

4 Gestão de Programas e Ações

A FINEP participou em 2007 como entidade executora de 26 ações de 4 (quatro) programas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal geridos pelo MCT. Esses programas e ações são enumerados a seguir:

- **Programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
 - Ação 2095 - Fomento a projetos de implantação e recuperação da infra-estrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-Infra).
 - Ação 4148 - Apoio a Entidades para Promoção de Eventos para Popularização da Ciência.
 - Ação 4947 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia.
- **Programa 0471 - Ciência e Tecnologia para Inclusão Social**
 - Ação 0862 - Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social.
 - Ação 6702 - Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
- **Programa 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima**
 - Ação 2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)
- **Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**
 - Ação 2113 - Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
 - Ação 2119 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)
 - Ação 2191 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)
 - Ação 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)
 - Ação 4053 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)
 - Ação 8563 - Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário)
 - Ação 2189 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)
 - Ação 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)
 - Ação 6225 - Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em

Nanociência e Nanotecnologia

- Ação 2997 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)
- Ação 4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)
- Ação 4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazonia)
- Ação 4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)
- Ação 6214 - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas Áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica
- Ação 6830 - Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina.

- Ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico
- Ação 0743 - Subvenção Econômica a Empresas que Executem Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA (CT-Verde Amarelo - Lei nº 10.332/01)
- Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
- Ação 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (CT-Verde Amarelo)
- Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez (CT-Verde Amarelo - Lei nº 10.332, de 2001)
- Ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
- Ação 0410 - Financiamento de Projetos de Pesquisa por meio da FINEP

- **Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica** – é uma iniciativa da FINEP para incentivar a inovação tecnológica nas empresas compatível com os objetivos do Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Encontram-se apresentadas neste **Relatório de Gestão FINEP 2007 - FINEP** as ações especiais **0741, 0745, 0748, 0A37 e 0410 do Programa 1388**, que são implementadas através de **operações reembolsáveis, operações de capital de risco e o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica**.

- A ação 0741 é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a

FINEP, cujo valor em 2007 foi de R\$ 77,1 milhões.

- A ação 0745, também, é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a FINEP, que em 2007 foi de R\$ 37 milhões.
- A ação 0748, também, é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a FINEP, que em 2007 foi de R\$ 3, 1 milhões.
- A ação 0A37 é referente à aplicação de recursos oriundos de empréstimos de longo prazo do FNDCT efetuado à empresa FINEP para o financiamento reembolsável de projetos. O valor do empréstimo repassado em 2007 foi de R\$ 38 milhões.
- A ação 0410 é referente à aplicação de recursos oriundos de empréstimos de longo prazo do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND efetuado à empresa FINEP para o financiamento reembolsável de projetos. O valor do empréstimo repassado em 2007 foi de R\$ 120,0 milhões.
- O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica é parcialmente suportado financeiramente por recursos de despesas operacionais do CT- Verde Amarelo, aprovados pelo seu Comitê Gestor na sua origem.

As demais ações são implementadas através de **operações não-reembolsáveis**, efetuadas com recursos empenhados diretamente do FNDCT, encontram se apresentadas no **Relatório de Gestão FINEP 2007- FNDCT**.

Observações:

1 Quando a ação possui metas, o conceito adotado para a informação sobre metas físicas realizadas foi o da contagem do número de projetos contratados em 2007 com empenho realizado no orçamento de 2007, mais os projetos contratados em exercícios anteriores e que empenharam recursos do exercício de 2007.

2 Parte das informações constantes deste anexo já foi disponibilizada através do Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SIG-MCT). No entanto, para efeito deste Relatório de Gestão, algumas vezes foram acrescentadas informações através de gráficos e figuras de forma a melhor ilustrar os resultados das ações.

Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ação 0741 – Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)

Tabela 4.1 - Dados Gerais da Ação 0741

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Reduzir o custo financeiro das operações de financiamento para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.
Descrição	Cobertura da diferença entre os custos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP cheia, utilizada nas operações reembolsáveis da FINEP, e os encargos compatíveis com a natureza de risco associada aos projetos de inovação tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial –AICE; Área de Pequenas Empresas Inovadoras –APEI; Área Financeira e de Captação - AFC
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Vittoria Cerbino

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei 719/69; Leis n.º 8.172/91 e n.º 10.332/01; Decreto n.º 4.195/02.

O objetivo dessa ação é reduzir o custo dos financiamentos à inovação tecnológica para as empresas. Os recursos do Fundo Verde Amarelo cobrem a diferença entre os encargos compensatórios dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela FINEP, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

Em 2007, todo o orçamento disponível para essa ação e transferido do FNDCT/Fundo Verde Amarelo para a FINEP foi de R\$ 77,1 milhões. Esse montante foi totalmente comprometido para a equalização das parcelas de parte da carteira de projetos financiados pela FINEP com recursos reembolsáveis que se resume em:

- 71 projetos contratados totalmente desembolsados;
- 72 projetos contratados em desembolso;
- 16 projetos aprovados em contratação;
- 46 projetos do Programa Juro Zero.

Essa ação não possui meta física na LOA.

A tabela 4.2. a seguir apresenta o resumo das disponibilidades e aplicação dos recursos.

Tabela 4.2: Disponibilidade de Recursos (Saldos Corrigidos pela TJLP e Recursos Transferidos) - DESCONTADOS PELA SELIC ⁽¹⁾		
31 de dezembro de 2007		
Saldo Anterior (30.09.07)	125.127.276,42	
Valor Aplicado (Recursos Transferidos)	77.140.112,00	
Rendimentos Apurados	3.215.974,13	
Total Resgatado	(11.925.253,84)	
Saldo Disponível em 31.12.07	193.558.108,71	→ 193.558.108,71
Saldo Atual Garantido		193.558.108,71
Projetos Contratados Totalmente Desembolsados	61.468.406	
Projetos Contratados em Desembolso	146.122.561	
Projetos Aprovados em Contratação	14.945.184	
Programa Juro Zero (contratados)	8.310.301	
Total Comprometido a Equalizar	230.846.452	→ (230.846.452,00)
Saldo Líquido Atual		(37.288.343,29)
Projetos em Análise (SF em Análise)	36.769.172	
Projetos Aguardando SF	32.269.439	
Programa Juro Zero (em análise)	24.212.936	
Demanda Potencial	93.251.547,00	→ 93.251.547,00

(1) - Taxa de desconto utilizada é de 9,00% a.a., que corresponde à SELIC de 11,25% a.a. descontada a contribuição do IR de 20%.

Observações:

- 1) Total de juros equalizados levantado junto ao FVA em 2007: R\$ 46.293.119,43 (parte da cobrança das empresas que é subsidiada pelo FNDCT).
- 2) Demanda total de juros equalizados dos projetos aprovados e contratados até 31/12/2007: R\$ 230.846.452,00. Este número foi obtido por simulação, com as seguintes premissas adotadas:
 - 2.1) Correção monetária dos saldos baseada na TJLP reduzida de 0,236% a.a., a partir de dezembro de 2007.
 - 2.2) Para os projetos ainda não contratados, estipulou-se que a contratação ocorrerá 4 meses após a aprovação.
 - 2.3) Nos casos do item 2 acima, simulou-se a primeira parcela de liberação ocorrendo 1 mês após a contratação.
 - 2.4) Para as parcelas do financiamento ainda não liberadas, estipulou-se um cronograma trimestral de desembolso.
 - 2.5) Todos os dados financeiros (montantes, taxas, prazos e cronograma) foram extraídos da intranet.
 - 2.6) Desconto dos valores pela SELIC líquida de 9,00% a.a. (após IR de 20%).

Fonte: FINEP/AFC

Ação 0745 – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (CT-Verde Amarelo)

Tabela 4.3 - Dados Gerais da Ação 0745

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Estimular os investimentos das Empresas de Base Tecnológica mediante participação de capital de risco aportado diretamente pela FINEP ou indiretamente através de parceria com Fundos de Investimentos Privados.
Descrição	Subscrição de ações para constituição de empresas de base tecnológica ou aquisição de cotas de participação em fundos de investimentos, regulamentados pela CVM, que objetivem capitalizar empresas de base tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Investimentos -AINV
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Vittoria Cerbino

Base legal: art. 218, CF; Decreto-lei 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02.

Os recursos alocados a essa ação são aplicados na participação minoritária da FINEP no capital de microempresas, de empresas de pequeno porte de base tecnológica, em fundos de investimento e no desenvolvimento de mecanismos de operacionalização da reserva técnica.

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa INOVAR que é constituído da Incubadora de Fundos Inovar, o Inovar Semente, o Venture Fórum Finep e o Seed Fórum Finep.

Através da Incubadora de Fundos Inovar, a FINEP apóia empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de Venture Capital (VC) (capital empreendedor) e fundos de private equity (PE), por meio das ações da Incubadora de Fundos Inovar.

O Programa Inovar Semente foi lançado a partir da constatação de que havia escassez de capital semente, isto é, recursos para empresas inovadoras nas fases iniciais de seu crescimento. Desta forma, o Inovar Semente objetiva a capitalização de fundos, preferencialmente locais, voltados para o investimento de microempresas e empresas de pequeno porte inovadoras, com faturamento até R\$ 2,4

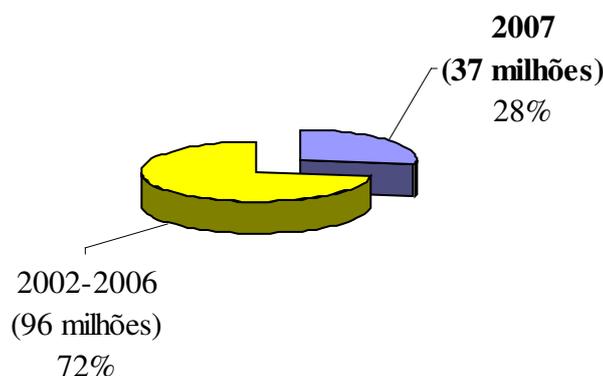
milhões no ano anterior ao investimento.

Considerando o resultado acumulado 2001-2007, a carteira de investimentos da FINEP possui 14 fundos aprovados (incluídos aí os de venture capital, private equity e fundo semente), estando onze contratados e em operação e três aprovados. O volume total de recursos desses fundos é da ordem de R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 679,1 milhões nos fundos em operação. O comprometimento total atual da FINEP é de R\$ 133,3 milhões. Nos fundos em operação o comprometimento da FINEP é de R\$ 96,3 milhões, o que representa uma alavancagem de R\$ 6,05 do mercado para cada R\$ 1,00 aportado pela Empresa.

No ano de 2007 a FINEP aprovou investimento em três fundos: um de capital semente, um de venture capital, e um de *private equity*, representando um comprometimento de recursos da FINEP de R\$ 37 milhões.

Os recursos depositados na FINEP para operações de investimento em fundos estão totalmente comprometidos com os fundos constituídos ou em fase de constituição com os quais a FINEP já formalizou os compromissos de subscrição.

Figura 4.1-Comprometimento de Recursos 2002-2007



Fonte: FINEP/AINV

A 8ª Chamada de Fundos de Venture Capital e de Private Equity foi lançada em 30 de abril de 2007 e recebeu, em resposta, 14(catorze) propostas de capitalização, sendo 10 (dez) voltadas ao venture capital. Das propostas apresentadas, 10 (dez) foram selecionadas para a fase de due diligence (análise)

e, até o momento, 1(uma) foi aprovada para investimento pela Diretoria Executiva da FINEP.

Em 2007 houve a aprovação do primeiro investimento da FINEP no âmbito Programa Inovar Semente: o Fundo HorizonTI, voltado para o investimento em empresas com perfil estabelecido pelo Programa, em Belo Horizonte e região, no segmento de tecnologia da informação. O investimento aprovado nesse Fundo é de até R\$ 8 milhões.

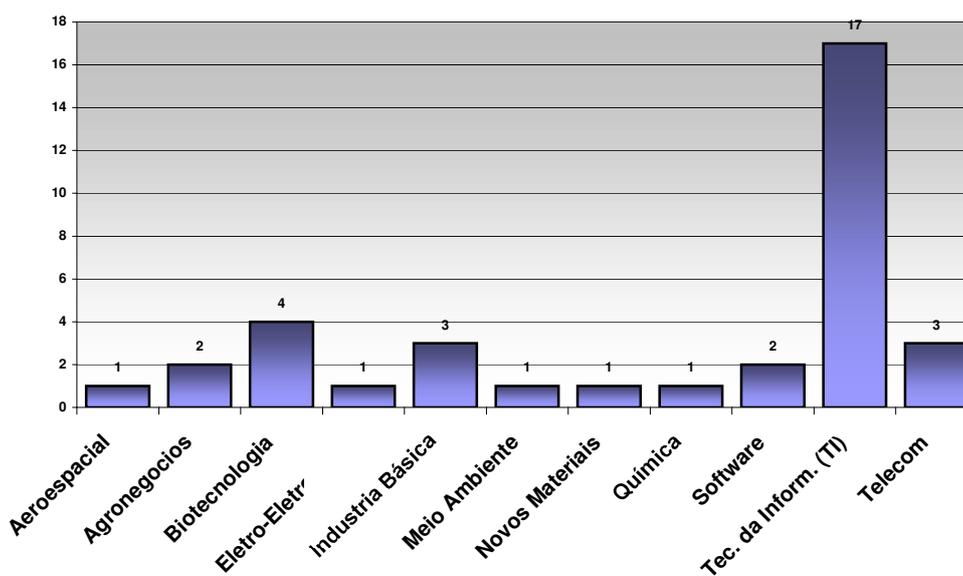
A carteira de investimento da FINEP apresenta a composição de 11 fundos em operação: GP Tecnologia, Rio Bravo Investech II, CRP VI, Novarum, Stratus VC, SPTec, Stratus VCIII, FIR Fundotec II, JBVC I, FIPAC e Rio Bravo Nordeste II. Outros 3 fundos foram aprovados pela Diretoria e aguardam a autorização de funcionamento por parte da Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Tabela 4.4 – Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Contrato de risco registrado	15	14	93%

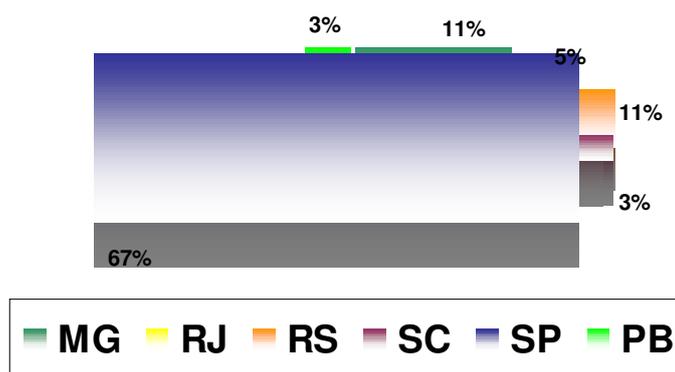
Através dos fundos contratados e em operação 31 empresas já receberam investimentos no montante acumulado de R\$ 89,2 milhões. Nota-se na Figura 4.2 o suporte a empresas nos diversos setores de atividade.

Figura 4.2 - Número de empresas apoiadas por setor de atividade



A seguir apresenta-se distribuição dos investimentos já realizados pelos fundos em operação de acordo com a localização geográfica das empresas.

Figura 4.3 – Incidência geográfica dos investimentos em percentual sobre o total investido



INOVAR – Venture Forum Finep e Seed Forum Finep

O Inovar possui dois processos de estímulo à capitalização de empresas de base tecnológica, o Venture Forum Finep e o Seed Forum Finep. Trata-se de processo de capacitação empresarial consolidado em eventos nos quais empreendedores têm a oportunidade de apresentar seus planos de negócios a investidores de venture capital.

A FINEP seleciona as empresas, orienta-as em seus planos de negócios e formata suas propostas de valor para que possam ser levadas aos investidores.

Em 2007 foram realizados dois eventos, um em São Paulo – Venture Forum Finep (14 de março) - e outro em Santa Catarina – 1º Seed Forum Finep (3 e 4 de dezembro).

O Venture Forum de 2007 foi realizado com as mesmas 10 empresas do evento de dezembro de 2006, em Belo Horizonte (15º Venture Fórum Finep), e se deu durante o Congresso da Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity - ABVCAP.

Foi necessária mais uma rodada para essas empresas, pois a apresentação efetuada em Minas Gerais no ano anterior deu-se no auge da crise aérea, e contou com pouca participação de investidores. Esta segunda apresentação foi um sucesso, e obteve participação maciça dos investidores presentes no Congresso.

O 1º Seed Forum Finep, em Florianópolis, contou com a parceria da ACATE – Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia. O que o diferencia do Venture Forum é basicamente o porte dos empreendimentos apresentados, assim como suas necessidades de investimento.

Os seed forums se justificam porque as empresas em estágio nascente são as menos assistidas no mercado de Venture Capital. Identificada esta lacuna, a FINEP mais uma vez busca atuar nas duas pontas.

Com o objetivo de impulsionar o mercado de Capital Semente (*seed money*), a FINEP criou o Programa Inovar Semente, que estimula a formação de fundos de seed capital, e o Seed Forum Finep, que seleciona e capacita empresas nascentes.

Foram pré-selecionadas 31 empresas para a banca presencial do 1º Seed Forum, sendo que 16 delas seguiram para o processo de *coaching*. Durante o *coaching*, quatro empresas julgaram prematura sua participação imediata no Seed Forum. Isto se deu por motivos que vão da falta de condições de se dedicar ao processo naquele momento, à ausência de convicção quanto ao desejo de venda de participação acionária.

Desta forma, 12 empresas se apresentaram a uma platéia bastante heterogênea de investidores. Diferentemente do Venture Fórum, no qual a presença é basicamente de fundos de venture capital, o 1o. Seed Fórum contou na sua maioria com investidores anjos e investidores corporativos, grande parte deles locais, embora tenha-se registrado a presença de alguns fundos.

Nas 15 edições do Venture Forum e uma edição do Seed Forum, o portal Venture Capital FINEP (www.venturecapital.gov.br) recebeu 2.551 cadastros, sendo que 453 empresas foram pré-selecionadas, e 165 participaram do processo. Foi registrada a presença média de 38 investidores por apresentação. Os contatos possibilitaram investimento em 42 empresas, representando mais de R\$ 160 milhões de reais em aportes de capital. Atualmente, cerca de 40 empresas encontram-se em fase de negociação com investidores.

O Programa INOVAR contou com o apoio do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID/FUMIN através da Cooperação Técnica Finep/BID ATN - ME 7332/BR, denominada “Desenvolvimento de Instrumentos para Divulgar a Informação e Aprimorar a Qualidade dos Fluxos de Negócios entre Empresas de Base Tecnológica e Investidores de Capital de Risco – Apoio à Iniciativa Inovar” foi firmada entre as partes em 21 de outubro de 2001, tendo como objetivo o desenvolvimento e a consolidação da indústria de venture capital no País, por meio da criação de um ambiente institucional favorável a este tipo de investimento. Inicialmente, o projeto foi organizado em torno dos seguintes componentes:

i. **Componente I: Desenvolvimento de instrumentos para divulgar informação e melhorar a qualidade das transações.**

Objetivo: desenvolver um mercado organizado, tanto em termos virtuais (sites de venture capital) como reais (fóruns sobre venture capital), que promoverá e respaldará novos empresários e seus possíveis projetos, além de atrair investidores ‘anjo’, investidores de capital de risco e investidores institucionais para reforçar possíveis iniciativas empresariais.

ii. **Componente II: Desenvolvimento da capacidade de gestão de fundos e fortalecimento institucional de um mecanismo para investimentos em tecnologia.**

Objetivo: desenvolver a capacidade profissional local no setor de capital de risco no Brasil. Sua meta mais concreta é oferecer os meios para melhorar a qualidade de gestão do setor de venture capital, promovendo a aplicação de práticas ótimas entre os administradores de fundos. Este componente foi dividido nos seguintes subcomponentes: Programa de treinamento para o desenvolvimento da capacidade de administração de fundos e; Fortalecimento institucional de um mecanismo para investimentos em tecnologia – Incubadora de Fundos Inovar.

iii. **Componente III: Treinamento dos agentes INOVAR.**

Objetivo: treinamento de agentes da iniciativa INOVAR, de forma a que estes estejam aptos a divulgar a iniciativa INOVAR em todo o país; identificar possíveis empresas e novas oportunidades de negócios para a iniciativa INOVAR; orientar as empresas quanto à reforma e melhoria de seus planos de operações e; apoiar as atividades do site na Internet e os fóruns sobre venture forum.

O valor total dos desembolsos efetuados neste Projeto com recursos da cooperação foi de US\$ 963.227,02, sendo que a contrapartida da Finep foi de R\$ 10.009.153,95. O último desembolso desta cooperação foi efetuado em setembro de 2007.

As tabelas 4.5 e 4.6 a seguir apresentam as demonstrações dos fundos recebidos, desembolsos efetuados por atividade durante o período de execução do acordo.

Tabela 4.5 - Recursos Vinculados a Cooperação Técnica Internacional Utilizados na Ação 0475 - Demonstrativo de Valores Recebidos e Utilizados

Nome do Executor: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Programa: Quadro Institucional para Promover o Investimento de Capital de Risco em Empresas de Nova Tecnologia - Apoio à Iniciativa INOVAR

Cooperação Técnica Não Reembolsável ATN/ME-7332-BR

Período de : 21/10/2001 a 26/11/2007

DEMONSTRAÇÃO DE FUNDOS RECEBIDOS E DESEMBOLSOS EFETUADOS

(Expresso em US dólares)

	BID	APORTE LOCAL	TOTAL
FUNDOS RECEBIDOS			
Depósito Inicial	56.080,00	0,00	56.080,00
Reconstituição de Fundos	876.708,69	10.009.153,95	10.885.862,64
Pagamentos Diretos	26.902,00	0,00	26.902,00
Rendimentos	3.536,33	0,00	3.536,33
Diferença Cambial			
Total	963.227,02	10.009.153,95	10.972.380,97
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Total de despesas	893.931,74	10.009.153,95	10.903.085,68
Pagamentos Diretos	26.902,00	0,00	26.902,00
		0,00	0,00
Total	920.833,74	10.009.153,95	10.929.987,68
FUNDOS DISPONÍVEIS			
Em 03 de Dezembro de 2007	42.393,28	0,00	42.393,28

Fonte: FINEP/AINV

Tabela 4.6 - Recursos Vinculados a Cooperação Técnica Internacional Utilizados na Ação 0475 - Demonstrativo de Investimentos Acumulados

Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Programa: Quadro Institucional para Promover o Investimento de Capital de Risco em Empresas de Nova Tecnologia - Apoio à Iniciativa INOVAR

Cooperação Técnica Não Reembolsável ATN/ME-7332-BR

Período de : 21/10/2001 a 20/09/2007

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

(Expresso em US dólares)

<u>DESCRIÇÃO</u> Categorias de Investimento	<u>ACUMULADO DURANTE O PERÍODO DE EXECUÇÃO</u>		
	BID	APOORTE LOCAL	TOTAL
Componente I. Difusão de Informação	255.634,40	8.980.308,41	9.235.942,81
Componente II. Capacidade de Gestão	595.594,50	1.027.666,14	1.623.260,64
Treinamento e Certificação de Agentes Inovar	-	-	-
Componente III. Avaliação e Auditoria	42.702,83	-	42.702,83
	-	-	-
TOTAIS	893.931,73	10.007.974,55	10.901.906,28

Fonte: FINEP/AINV

Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez

Tabela 4.7 - Dados gerais da ação 0748

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Reduzir o Risco Financeiro da FINEP associado ao investimento nas atividades de inovação, realizado direto ou indiretamente, mediante parceria com Fundos de Investimentos Privados, na área de capital de risco.
Descrição	Constituição de Fundo de Garantia de Liquidez com a finalidade de adequar a operação de investimento nas atividades de inovação, implementadas direta e indiretamente, por fundos de investimentos, através da criação de uma reserva financeira técnica com capacidade de cobertura de liquidez na carteira de contratos de risco.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Investimentos -AINV
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Luiz Antonio Coelho Lopes

Base legal: Lei nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02.

O Fundo de Garantia de Liquidez foi criado para incentivar investidores privados a investir através de fundos de investimentos para empresas nascentes inovadoras, de forma que esses investidores possam ter garantia de retorno do principal investido ao término do período de vida do fundo ao qual participam.

Os recursos alocados nessa ação são do CT- Verde Amarelo e sua rentabilidade obtida através de aplicação no extramercado do Banco Central, compõem um Fundo de Reserva Técnica, constituído com o objetivo de dar liquidez aos investimentos privados em empresas emergentes de base tecnológica, através de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes ou de Fundos de Investimentos em Participações.

O Fundo de Garantia de Liquidez vem sendo utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente para

garantir o retorno do principal investido por investidores privados ao término do período de vida do Fundo, até o limite de 20% (vinte por cento) do patrimônio total comprometido do Fundo.

A partir da 2ª Chamada do Programa Inovar Semente, tal mecanismo foi restrito aos investidores privados do tipo pessoa física.

Em 2007, todo o orçamento disponível para esta ação, R\$ 3,14 milhões, foi transferido para a FINEP e depositado no Fundo de Reserva Técnica que se encontra aplicado no BB Extramercado. O saldo do Fundo em 31 de dezembro de 2007, inclusive rendimentos líquidos é de R\$ 13,2 milhões.

Essa ação não possui meta física na LOA.

Ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas

Tabela 4.8 - Dados Gerais da Ação 0A37

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Contribuir para o aumento dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela PITCE, através da concessão de crédito de longo prazo com recursos do FNDCT, através da FINEP, para a execução de projetos de desenvolvimento tecnológico por empresas.
Descrição	A ação deverá contemplar um elenco de iniciativas estratégicas ao desenvolvimento científico e tecnológico em biologia molecular, expandindo o conhecimento por meio de projetos cooperativos e ampliando a formação de recursos humanos em técnicas avançadas. Deverá promover a integração de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de modo a estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de forma sustentável, envolvendo inter alia estudos prospectivos, agrobiologia, química, farmacologia pré-clínica e clínica, farmacotécnica e gestão tecnológica. Procurar-se-á, também, fortalecer o desenvolvimento da engenharia genética, da imunologia, da enzimologia e de outras disciplinas correlatas consideradas importantes para o desenvolvimento de bioprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial –AICE; Área de Pequenas Empresas Inovadoras –APEI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Rogério Amaury de Medeiros

Os recursos alocados nessa ação têm por objetivo aumentar os gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela PITCE, através da concessão de crédito de longo prazo com recursos do FNDCT. Esta ação não requer estabelecimento de meta.

Em 2006 não houve realização de gastos em operações com empresas, uma vez que a Portaria do MCT nº 0952, que regulamentou a aplicação destes, só foi publicada em 12 de dezembro de 2006.

Deste modo, UG FNDCT transferiu os recursos – R\$ 38.904 mil para a FINEP nos últimos dias do ano assegurando sua aplicação que foi efetivamente realizada apoiando 14 empresas ainda no primeiro semestre de 2007.

Para 2007 foram repassados, em agosto, R\$ 38 milhões. Até o fechamento de 2007 haviam sido contratadas nove empresas. Outras cinco operações estavam em fase de conclusão da contratação para liberação ainda em janeiro de 2008.

Essa ação não possui meta física na LOA.

No anexo F encontra-se a relação de empresas contratadas pela FINEP em 2007 (operações de crédito).

Ação 0410 - Financiamento a Projetos de Pesquisa por meio da FINEP

Tabela 4.9 - Dados Gerais da Ação 0410

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Incentivar a melhoria da qualidade, da produtividade e do desenvolvimento tecnológico da indústria nacional.
Descrição	Não cadastrada
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial –AICE; Área de Pequenas Empresas Inovadoras –APEI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Não cadastrado

O objetivo desta ação é o financiamento reembolsável de Programas de P,D&I de empresas brasileiras por meio da utilização de recursos do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento – criado em 23 de julho de 1.986 pelo Decreto Lei nº 2.288 (alterado pelo Decreto Lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987) e que é atualmente regulamentado pelo Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991 – alterado pelo Decreto 3.211 de 18 de outubro de 1999 e pelo Decreto 4.981 de 06 de fevereiro de 2004. Esta ação não requer estabelecimento de meta.

Nos anos de 2006 e 2007, foram disponibilizados recursos de R\$ 120,0 milhões, em cada ano, para esta ação.

Na tabela 4.10 abaixo, estão discriminados os desembolsos efetuados em 2007, que beneficiaram 46 projetos, sendo 26 com recursos de 2006 e 20 com recursos de 2007.

Tabela 4.10 – Utilização de Recursos do FND *Valores em R\$*

Utilização dos Recursos do FND	2006	2007
Recursos Recebidos	120.000.000,00	120.000.000,00
Desembolso em 2007 (recursos relativos aos anos de repasse indicados)	58.421.051,18	78.241.265,46
TOTAL desembolsado em 2007	136.662.316,64	
Saldo em 31/12/2007	0,00	41.758.734,54

Essa ação não possui meta física na LOA.

Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica

Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica é uma iniciativa da FINEP para incentivar a inovação tecnológica nas empresas compatível com os objetivos do Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Foi criado em 1998 para identificar, divulgar e premiar esforços inovadores desenvolvidos e aplicados no País. Engloba todas as etapas do processo de inovação: da pesquisa em laboratório ao desenvolvimento de mercados para produtos inovadores; da incubação de empresas de base tecnológica à estruturação e consolidação dos processos de pesquisa e desenvolvimento das empresas já estabelecidas.

Após nove anos da realização deste concurso em nível nacional, parcerias foram ampliadas e patrocínios conquistados, de modo que o Prêmio encontra-se consolidado e com significativa visibilidade nacional, contando com um número de inscrições que cresce significativamente a cada ano.

Em 1998, o prêmio foi lançado na Região Sul, com 25 inscrições. No ano 2000, o foi lançado nacionalmente, em todas as regiões do País, com 279 inscrições. De 2003 a 2006, o número de participantes foi de 335, 508, 679 e 677, respectivamente. Em 2007 atingiu-se 732 inscrições, distribuídas conforme tabela 4.11 a seguir.

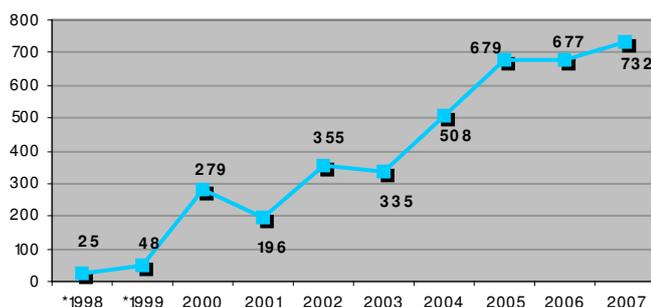
Tabela 4.11: Inscrições no Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica - 2007

REGIÃO / CATEGORIA	PROCESSO	PRODUTO	PEQUENA EMPRESA	MÉD/GRANDE EMPRESA	INSTITUIÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	INOVAÇÃO SOCIAL	TOTAL
Norte	14	34	8	1	8	19	84
Nordeste	23	37	13	2	9	43	127
Sul	26	83	24	8	18	23	182
Sudeste	30	95	31	12	10	36	214
Centro-Oeste	22	37	14	1	12	39	125
Total	115	286	90	24	57	160	732

Fonte: FINEP/ARTI

Figura 4.4

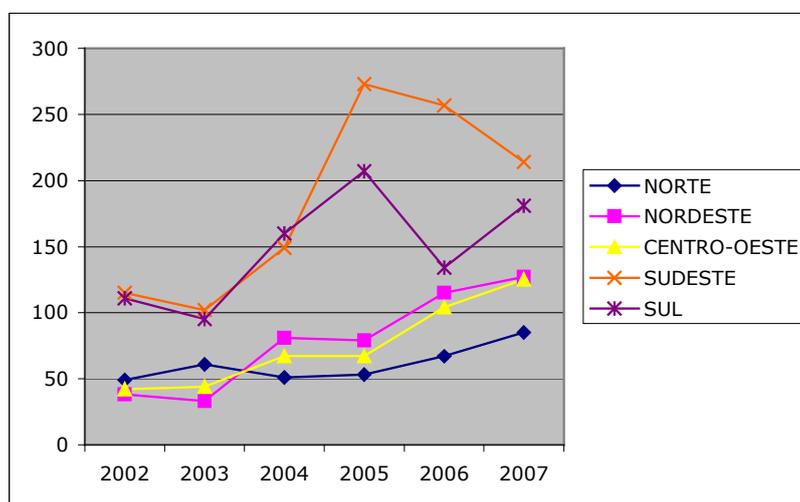
Evolução de Inscrições por Ano



Desde 2005, o Prêmio FINEP conta com seis categorias: produto; processo; pequena empresa; média e grande empresa; instituição de C&T; e inovação social, além da categoria especial inventor inovador. Os parceiros, patrocinadores e premiados reconhecem a sua importância e se beneficiam deste evento anual, que ocorre nas cinco regiões do País. Seus vencedores disputam a etapa nacional, cuja premiação tem sido legitimada pela presença do Presidente da República.

O Prêmio vem apresentando um aumento da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (46% em 2007), quando comparada com as regiões Sul e Sudeste (54% em 2007), conforme se pode observar na figura 4.5 a seguir.

Figura 4.5 - Evolução das Inscrições 2002-2007- Por Região



Fonte: FINEP/ARTI

A distribuição das inscrições para o Prêmio por categoria em 2007 pode ser verificada na tabela 4.12 a seguir.

Tabela 4.12 - Prêmio FINEP–Distribuição por categoria-2007

Categoria	Nº Inscrições	%
Produto	286	39
Processo	115	16
Pequena Empresa	90	12
Média/Grande Empresa	24	3
Instituto de C&T	57	8
Inovação Social	160	22
Total	732	100

Fonte: FINEP/ARTI

Além, das categorias citadas, a do Inventor Inovador, trouxe a participação de concorrentes escolhidos

de forma direta pelo INPI e FINEP, entre aqueles que, detentores de patentes, já colocaram no mercado seu invento.

O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica é parcialmente suportado financeiramente por recursos de despesas operacionais do CT- Verde Amarelo, aprovados pelo seu Comitê Gestor na sua origem. Na tabela 4.13 a seguir encontra-se o resumo das despesas com o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica em 2007.

Tabela 4.13: Despesas Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica - 2007

Valores R\$

Discriminação	Fonte FINEP	Fonte Verde Amarelo*
Despesas Prêmio	0,00	602.047,77
Diárias e Passagens Prêmio	15.796,76	390.673,51
Total por Fonte	15.796,76	992.721,28
TOTAL GERAL	1.008.518,04	

Fonte: FINEP/ARTI

5 Desempenho Operacional

5.1 CAPTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

A FINEP executa quase todas as operações de crédito com recursos captados por empréstimos específicos para repasse em operações de crédito destinadas a financiar projetos. Nessas operações, o risco de crédito é assumido pela FINEP, ou seja: mesmo que as empresas financiadas fiquem inadimplentes, a dívida assumida pela FINEP com as fontes de recursos deve ser paga. Não há vinculação nem de valor nem de prazo entre o recebimento da cobrança que a FINEP faz das operações de crédito individuais com as empresas e o pagamento das dívidas que originaram recursos para essas operações. O cuidado com o casamento de prazos no fluxo de capitais é tomado em relação ao conjunto de pagamentos e recebimentos que compõem a previsão do fluxo de caixa e as orientações gerais para as novas operações são incluídas no relatório de Orientação Financeira para Operações de Crédito, emitido trimestralmente pela Área Financeira e de Captação - AFC em trabalho conjunto com representantes da Área de Crédito - ACRD e da Área de Inovação para a Competitividade Empresarial - AICE.

Na proposta inicial do Plano de Dispendios Globais (PDG) 2007 da FINEP, considerou-se um valor de R\$ 120 milhões de captação junto ao FND, mesmo valor previsto para o exercício anterior. Esses recursos foram recebidos apenas em dezembro de 2007, em grande parte para repor recursos de liberações de financiamento que a FINEP já havia adiantado com recursos próprios do lastro de caixa. Ao final do ano, descontados os recursos que já haviam sido adiantados pela FINEP, dos R\$ 120 milhões recebidos em dezembro ainda restaram disponíveis R\$ 41,7 milhões para novas liberações a executar em 2008.

Foi prevista, também, a captação de R\$ 50 milhões do FNDCT, por empréstimo de longo prazo, em função de conversas preliminares com o MCT/ CGOF. O orçamento aprovado para o FNDCT foi de R\$ 38,0 milhões, integralmente executados, com a transferência dos recursos para a FINEP em agosto de 2007. Até o final do exercício a FINEP já havia liberado R\$ 23,5 milhões para as empresas, restando um saldo de R\$ 14,5 milhões a liberar nos primeiros meses de 2008.

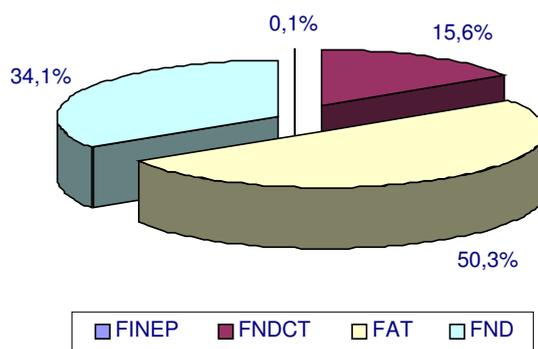
Previu-se para 2007 um expressivo crescimento das transferências do FAT, em relação ao valor de 2006, passando de R\$ 400 milhões para R\$ 533,5 milhões. O CODEFAT aprovou apenas o depósito de R\$ 230 milhões na FINEP, dos quais R\$ 96,7 foram depositados em somente em dezembro de 2007. A FINEP repassou R\$ 201,6 milhões para as empresas (incluindo alguns reinvestimentos de amortizações recebidas). Em dezembro, as liberações foram de R\$ 57,8 milhões, restando R\$ 38,9 milhões em disponibilidade para liberações no início de 2008.

A FINEP prioriza a utilização dos recursos de terceiros nas operações de crédito porque é necessário manter um lastro de segurança para eventuais inadimplências e flutuações do fluxo de caixa. Esse lastro só pode ser criado com recursos próprios.

Na figura 5.1 está ilustrada a distribuição percentual da utilização dos recursos por fonte nas operações de crédito no ano de 2007. Para essas operações foram liberados R\$ 401,2 milhões em 2007.

Observa-se que 50,3% das liberações foram feitos com recursos provenientes do FAT, enquanto 34,1% foram provenientes do FND, 15,6% foram do empréstimo do FNDCT à FINEP e 0,1% foram desembolsados com recursos próprios. Note-se que em pouco tempo os empréstimos do FNDCT tomaram boa representatividade entre as fontes disponíveis.

Figura 5.1 - Liberação Percentual por Fontes -2007



FONTE: FINEP/AFC

5.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

5.2.1 CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES CRÉDITO

As operações de crédito da FINEP estão concentradas basicamente em dois programas: o Pró-Inovação e o Juro Zero.

O Pró-Inovação é um programa de financiamento reembolsável que tem por objetivo estimular a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras. Os critérios de avaliação dos projetos do programa foram definidos em função das diretrizes da PITCE. Os financiamentos aprovados são de longo prazo e contam, ainda, com encargos reduzidos (ação de equalização de juros) características compatíveis com a natureza do processo de inovação.

As características do programa são divulgadas pela FINEP através de uma intensa ação de fomento a

novos projetos que inclui visitas de campo, palestras e rodadas de atendimento.

Em 2007, foram contratados no Pró-Inovação 47 projetos, somando R\$ 557,8 milhões, o que representa um valor médio de projeto de R\$ 11,9 milhões. As regiões Sul e Sudeste foram as mais apoiadas, tendência compatível com a PINTEC 2005.

O Programa Juro Zero foi criado para viabilizar o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas inovadoras (MPEIs), tendo como premissas básicas a celeridade, a simplicidade, a flexibilização das garantias e a constituição de parcerias estratégicas.

O empréstimo pode ser de R\$ 100 mil a R\$ 900 mil, limitado a um terço do faturamento da empresa no ano anterior. A concessão é realizada sem burocracia, sem carência, e sem garantias reais. O pagamento é feito em cem parcelas, sem juros.

Este programa visa estimular a inovação nas MPEIs brasileiras nos aspectos comerciais, de processo ou de bens/serviços, através de financiamento reembolsável de longo prazo, contribuindo para o crescimento da economia regional e nacional.

O Juro Zero busca atender uma grande demanda reprimida por recursos dessa natureza, utilizando como parceiros estratégicos regionais, instituições tais como as Fundações de Apoio a Pesquisa (FAPs), as agências regionais do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e os Bancos de Desenvolvimento Regionais, além de outras similares, a fim de aumentar a capilaridade do programa, facilitar o acesso aos financiamentos, agilizar o processo de contratação e desembolso e minimizar os custos inerentes à gestão dos créditos. Os resultados esperados serão potencializados pela experiência dos parceiros aliada à metodologia, desenvolvida especialmente para o programa. De modo compatível ao fluxo operacional da FINEP e integrada aos processos funcionais dos parceiros e às características das MPEIs, esta metodologia utiliza as melhores práticas de tecnologia da informação e comunicação, com vistas à agilidade dos processos de fomento, seleção, pré-qualificação, análise, aprovação, contratação e acompanhamento.

Em 2007, o Juro Zero contratou 30 operações, no valor total de R\$ 17,0 milhões, o que representa um valor médio de projeto de R\$ 567 mil.

De uma forma agregada, no exercício de 2007, o volume de recursos das operações de crédito contratadas com a FINEP permaneceu basicamente no mesmo patamar de 2006, com R\$ 575 milhões. Por outro lado, houve um crescimento de 15% no número de novos contratos, com 77 novas operações no exercício. Portanto, o valor médio global das operações teve uma redução proporcional. Essa redução pode ser atribuída ao aumento do número de operações do Programa Juro Zero (de 17 em 2006 para 30 em 2007) e a uma ligeira queda nas operações contratadas no Pró-Inovação (de 50 em 2006 para 47 em 2007). Nos dois programas permanece a concentração das operações nas regiões sul e

sudeste, tanto em número de novas operações quanto em valor total contratado.

Tabela 5.1- FINEP - Operações Contratadas 2005 a 2007

R\$ milhões

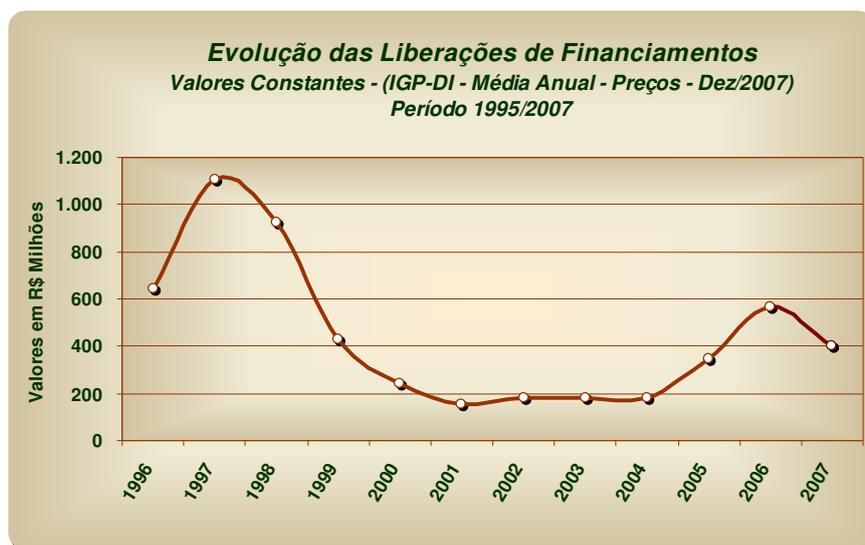
Distribuição Regional	2005			2006			2007		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
Norte	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	2,4	0,4
Nordeste	4	25,2	4,4	4	20,9	3,7	8	4,5	0,8
Sudeste	15	230,3	40,1	26	339,3	59,4	24	277,0	48,2
Sul	30	318,1	55,5	37	210,7	36,9	44	289,8	50,4
Centro Oeste	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Total	49	573,6	100,0	67	570,9	100,0	77	574,7	100,0
Valor médio		11,7			8,5			7,5	

Fonte: FINEP/AFC

Na tabela 5.1 acima se verifica uma estagnação do crescimento do volume global de recursos das contratações de operações de crédito nos últimos três anos que, se não revertida poderá ter um impacto futuro significativo sobre as receitas previstas no PDG. Esse fato pode ser decorrência da entrada em operação da Subvenção Econômica para as empresas inovadoras, o que está demandando um estudo interno de avaliação da situação com a apresentação de uma nova proposta de política operacional para a área de crédito. Este fato, conforme já mencionado, também causou impacto no volume de recursos liberados. A meta de liberações para 2007 era de R\$ 674,8 milhões e a execução ficou em R\$ 401,2 milhões.

A frustração de expectativas de aumento no volume global de novas contratações se reflete com uma defasagem no volume de liberações de recursos.

Figura 5.2



Fonte: FINEP/AFC

5.2.2 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Desde 2003 a FINEP tem intensificado as atividades de recuperação de crédito, cobrança e renegociação das dívidas das empresas apoiadas através de operações reembolsáveis, com a reestruturação e articulação dos departamentos responsáveis. Além da atividade de renegociar as dívidas das empresas que, em algum momento, apresentaram dificuldades de caixa, buscou-se estreitar o relacionamento com as empresas que estavam em cobrança judicial, visando à recuperação dos valores liberados, através de acordos extrajudiciais.

Assim, o índice de inadimplência, que é a relação entre a soma dos valores em Atraso, Renegociação ou em Contencioso dividido pelo Ativo Realizável Total, reduziu-se de 8,3% em dezembro de 2006 para 8,1% em dezembro de 2007.

Tabela 5.2 - INDICE DE INADIMPLÊNCIA

Valores em R\$ mil

Descrição	12/2006	12/2007	Var. %
Inadimplência	104.901	119.642	14,0%
Realizável Total	1.269.624	1.474.914	16,2%
Índice de inadimplência	8,3%	8,1%	-2,4%

Fonte: FINEP/ACRD

A Tabela 5.3 abaixo apresenta uma relação entre os valores liberados por ano de contratação e aqueles que apresentam inadimplência financeira:

Tabela 5.3 - VALORES LIBERADOS E INADIMPLÊNCIA

Valores em R\$ mil

Ano de Contratação	2004	2005	2006	2007
Inadimplência (a)	0	5.663	0	0
Total Liberado (b)	122.065	503.628	415.185	253.454
Índice de inadimplência (a/b)	0,00%	1,12%	0,00%	0,00%

Fonte: ACRD/FINEP

No início de 2007, havia 30 empresas sob análise no Departamento de Recuperação de Crédito-DREC, cujas dívidas ainda não estavam em cobrança judicial, e cujo saldo devedor totalizava R\$29 milhões nominais. Já em dezembro de 2007, tal carteira em renegociação estava composta por 18 empresas, totalizando R\$ 15 milhões de saldo devedor nominal.

Em 2007, o total de depósitos recebidos pela FINEP obtidos através de renegociação soma R\$28.836 mil, sendo R\$ 3.772 mil oriundos de empresas que entraram em renegociação em 2007 e R\$25.064 mil de empresas que já tiveram seus endividamentos renegociados em períodos anteriores.

5.2.3 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CARTEIRA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

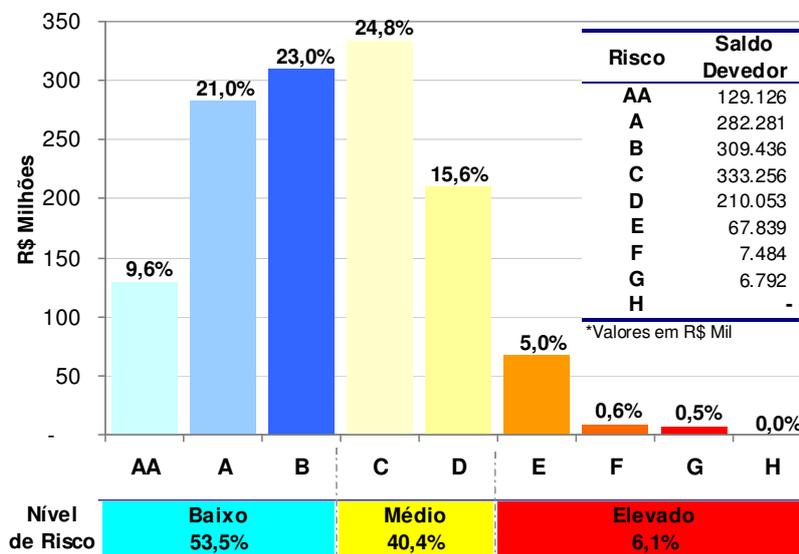
Concomitantemente com a ação anterior, visando maior controle das operações de crédito, foi criado um Sistema de Classificação de Risco (SCR) para as empresas, que traduz em valores as incertezas decorrentes do aporte de recursos financeiros nestas operações, auxiliando a análise econômico-financeira das operações de crédito e reduzindo o risco inerente à tomada de decisão das operações reembolsáveis. Em 2003, foi criado um grupo de trabalho para desenvolvimento deste sistema, com definição de indicadores e de metodologia para o cálculo do risco e a criação de um banco de dados de indicadores financeiros setoriais baseados nos dados de empresas de capital aberto disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O SCR foi aprovado pela Diretoria Executiva através da RES/DIR/0316/06, de 04 de setembro de 2006.

O SCR engloba a avaliação de riscos financeiro, empresarial, comercial e tecnológico, apontando um nível de risco final da operação que pode ser classificado como baixo, médio ou alto. O SCR pode ser utilizado, também, como insumo para a definição política de margens (spreads), da apropriação da provisão para devedores duvidosos, além de proporcionar uma avaliação permanente do risco global da carteira de financiamentos da FINEP.

O SCR atualmente é utilizado em todas as análises de Solicitação de Financiamento, bem como na atividade de acompanhamento das operações de crédito, onde é utilizado de forma adaptada, sendo avaliado somente o Risco Financeiro e a situação cadastral das empresas financiadas.

Em 31/12/2007, a carteira de acompanhamento era composta por 154 empresas e 180 contratos em vigor, totalizando um saldo devedor de R\$ 1.346,2 milhões, o que representa 98% do Realizável Total da FINEP. No ano de 2007, houve superação da meta de acompanhamento que era de alcançar 75% do Realizável Total da FINEP. Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias A, B e C, que são associadas a níveis de risco baixo e médio, como mostra a figura 5.3.

Figura 5.3: Classificação de Risco da Carteira de Crédito



Fonte: FINEP/ACRD

Ao comparar esse resultado com o apresentado no final de 2006, pode-se perceber que houve uma melhora no perfil de risco. Apesar da redução da concentração no nível de risco baixo, que antes era de 65%, um fator positivo foi a melhor distribuição nas categorias de níveis de risco baixo e médio e uma queda considerável da participação do nível de risco elevado – de 15% para 6%.

Como parte da atividade de acompanhamento, foi realizado ainda um trabalho de caracterização da carteira de acordo com a localização, porte e setor das empresas financiadas. Neste trabalho ficou evidente o predomínio de empresas de grande porte, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Já no tocante aos setores de atividade, a carteira de crédito é caracterizada por uma grande diversidade de segmentos. A parcela da carteira que apresentou nível de risco elevado é reduzida, sendo formada, principalmente, por empresas de pequeno porte, que se situam no Nordeste e atuam nos setores Automotivo e de Produtos Minerais não-metálicos.

Um importante passo dado em 2007 foi a inclusão de um capítulo específico sobre avaliação e classificação de risco no Relatório de Orientações Financeiras para Operações de Crédito. Este capítulo tem o objetivo de retratar o perfil de risco da carteira de operações de crédito a partir dos resultados da atividade de acompanhamento. Pretende-se assim tornar essa atividade um importante instrumento para orientar as políticas de aplicação de recursos da FINEP. Ressalta-se que a qualidade da carteira atual viabiliza que se atue de forma mais abrangente no fomento de novos clientes, visando não somente diluir o risco, como também apoiar empresas de vários portes em todo o País.

5.2.4 ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias – DAAG vem consolidando sua atividade de análise e acompanhamento das garantias dos financiamentos reembolsáveis, através da verificação de consistência dos laudos apresentados, além da elaboração de laudos de avaliação de bens oferecidos em dação em pagamento nas renegociações e ações judiciais.

Outra atividade que merece destaque é a assessoria que o DAAG oferece às áreas operacionais, principalmente no que se refere à busca da melhor composição de garantias suficiente à aprovação da Solicitação de Financiamento.

Quanto ao acompanhamento das obrigações subjacentes à aceitação pela FINEP das garantias contratuais, o DAAG vem procurando ser pró-ativo, contatando as financiadas por diferentes meios de comunicação, evitando-se o acúmulo de pendências contratuais.

Em 2007, o DAAG atendeu a 73 demandas de avaliação e expediu cartas a 271 instituições financiadas, além de haver emitido parecer em 56 Cartas de Fiança Bancária.

5.2.5 AÇÕES JUDICIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Decorrente do esforço de renegociação, durante o exercício de 2007, foram ajuizadas apenas três demandas visando à cobrança judicial do crédito da FINEP em face de ESB Eletronic (execução), Moinhos Carlos Guth (execução) e de Mittras (monitória), representando uma dívida global, em valor de petição inicial, de aproximadamente R\$ 3,4 milhões.

5.3 DEMAIS OPERAÇÕES DA FINEP

5.3.1 OPERAÇÕES DA FINEP JUNTO AO FUNTTEL

Assim como 2006, o ano de 2007 foi caracterizado por liberações de convênios e contratos assinados em anos anteriores.

Foram empreendidas diversas gestões da FINEP junto ao Ministério das Comunicações-MC, para viabilizar o repasse de recursos para cumprimento dos cronogramas de desembolso de operações aprovadas. Assim, em 2007 foram recebidos R\$ 73,3 milhões para liberações, sendo R\$ 60,1 milhões para operações de fomento e R\$ 13,2 milhões para operações de financiamento, excluindo-se os valores destinados à taxa de remuneração do agente FINEP. Ressalte-se que, desses valores, R\$ 35,7 milhões recebidos para fomento (60% do total) e os R\$ 13,2 milhões para financiamento (100%) foram creditados somente em dezembro.

Em novembro, também foram repassados ao MC / FUNTTEL R\$ 10,2 milhões, referentes a recursos de retorno dos financiamentos FUNTTEL, compreendendo o valor principal, amortização, juros e mora, desde janeiro de 2005 a setembro de 2007.

Tabela 5.4 - FUNTTEL - Recursos recebidos do MC por ano e modalidade (R\$)

	2005	2006	2007
Fomento	66.223.042,78	51.030.104,60	60.136.171,24
Financiamento	6.224.642,00	14.417.573,90	13.171.366,00
TOTAL	72.447.684,78	65.447.678,50	73.307.537,24
Remanejamentos Autorizados	2.999.679,00	2.004.602,40	-

Fonte: FINEP/DORC

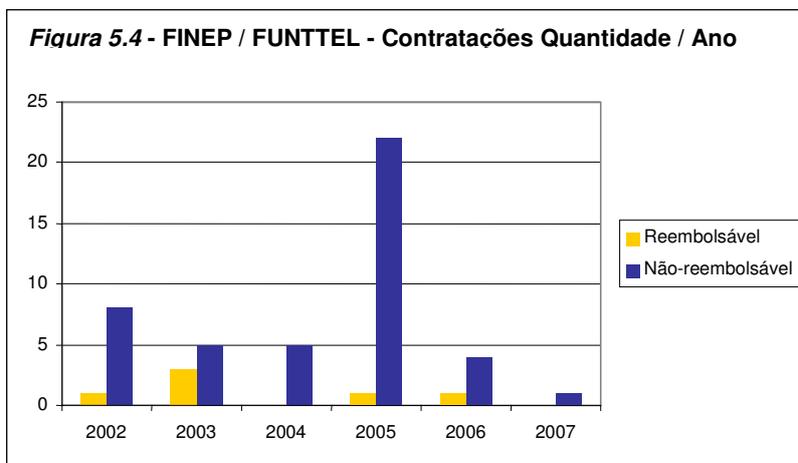
OBS: no quadro acima não estão incluídas as remessas destinadas à remuneração do agente financeiro FINEP.

Em 2006, a FINEP desembolsou R\$ 42,2 milhões, sendo R\$ 38,9 milhões para operações de fomento e R\$ 3,3 milhões para operações de financiamento. Com os recursos recebidos foram apoiados 19 projetos de instituições de pesquisa e um projeto empresarial – DIGITEL S.A Indústria Eletrônica.

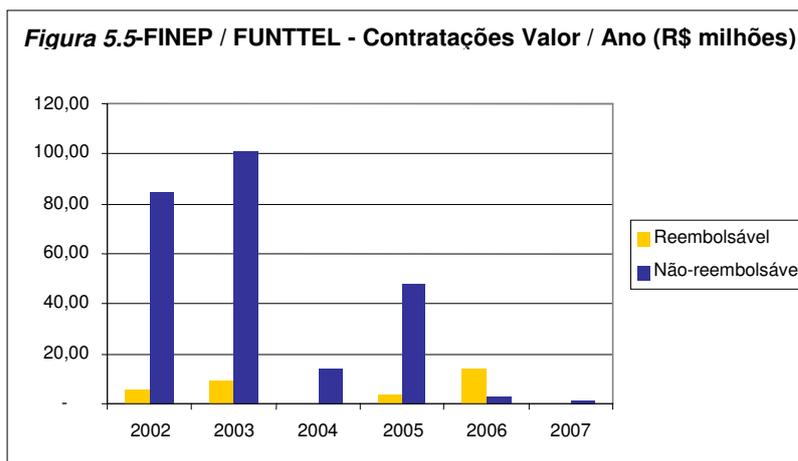
Em 2007, a FINEP desembolsou R\$ 50 milhões, sendo R\$ 39,4 milhões para operações de fomento e R\$ 10,6 milhões para operações de financiamento. Com os recursos recebidos, foram apoiados 10 convênios de instituições de pesquisa e dois contratos empresariais.

Em 2006 foram celebrados quatro convênios relativos a TV Digital. O financiamento do projeto da INTELBRÁS S.A.– Renovação do Portifólio de Produtos – 02.06.0438.00 foi contratado em 2006, tendo dois subcréditos, um financiado pela FINEP, com recursos próprios, no valor de R\$ 7 milhões e outro financiado pelo FUNTTEL, no valor de R\$ 17,9 milhões. A primeira parcela foi liberada em 2006 com recursos próprios FINEP, e a partir de 2007 foram liberadas as parcelas com recursos FUNTTEL. Ainda em 2007, foi aprovada uma operação de fomento (Ref. 0316/07 – Instituto Mackenzie / Estação Experimental de TVD Terrestre) referente à TV Digital; também foram assinados recursos adicionais para dois convênios já existentes (01.06.0832.01 – Inst. Mackenzie / GINGA e 01.03.0349.03 – CPqD / CONVERTE).

Os gráficos a seguir comparam o volume e o valor das contratações ocorridas em 2007, com relação aos anos anteriores.

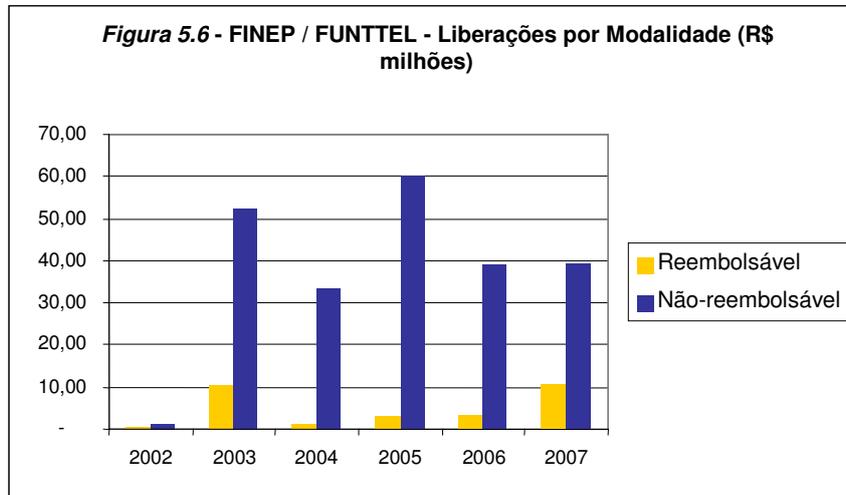


FONTE: FINEP/DORC



FONTE: FINEP/DORC

No comparativo de liberações por modalidade, estão incluídas todas as liberações feitas no período, tanto para as novas operações contratadas quanto para as relativas a contratos e convênios anteriores.



FONTE: FINEP/DORC

Tabela 5.5- BALANÇO RESUMIDO DE OPERAÇÕES FUNTTEL - 2005 A 2007 VALORES em R\$

Entrada de Recursos	Financiamento	Fomento	TOTAL
Recursos Recebidos (a)	34.683.828,14	180.363.293,43	215.047.121,57
Até 2006	21.117.321,16	119.155.095,61	140.272.416,77
Em 2007	13.566.506,98	61.208.197,82	74.774.704,80
Em dezembro de 2007	13.566.506,98	36.806.245,70	50.372.752,68
Rendimento líquido acumulado até dezembro (b)	3.185.659,47	3.526.972,03	6.712.631,49
Rendimento bruto acumulado até dezembro (+)	3.562.055,31	3.781.932,24	7.343.987,55
IOF acumulado até dezembro (-)	2,89	14.903,68	14.906,57
IRRF recolhido até dezembro (-)	353.847,59	182.870,70	536.718,29
Previsão de IR para maio (-)	22545,365	57185,8325	79.731,20
Retorno dos Financiamentos (c)	11.192.608,14	-	11.192.608,14
Até 2006	7.181.729,66	-	7.181.729,66
Em 2007	4.010.878,48	-	4.010.878,48
Em dezembro de 2007	319.416,69	-	319.416,69
Devoluções de Saldos de Convênios (d)	-	1.785.633,46	1.785.633,46
Até 2007	-	1.664.910,12	1.664.910,12
Em 2007	-	120.723,34	120.723,34
Em dezembro de 2007	-	1.500,00	1.500,00
Total de Recursos (1) = (a+b+c+d):	49.062.095,75	185.675.898,92	234.737.994,66
Empenhos	Financiamento	Fomento	TOTAL
Recursos Empenhados a Projetos (e)	16.692.721,33	139.236.720,90	155.929.442,23
Até 2007	6.140.186,38	99.118.018,59	105.258.204,97
Em 2007	10.552.534,95	40.118.702,31	50.671.237,26
Em dezembro de 2007	-	-	-
Recursos Empenhados para Despesas Operacionais (f)	-	34.093,77	34.093,77
Até 2007	-	29.836,73	29.836,73
Em 2007	-	4.257,04	4.257,04
Em dezembro de 2007	-	-	-
Recursos Empenhados para Eventos (g)	-	24.464,17	24.464,17
Até 2007	-	24.464,17	24.464,17
Em 2007	-	-	-
Em dezembro de 2007	-	-	-
Recursos Empenhados para o Agente Finep (h)	870.246,24	3.744.849,36	4.615.095,60
Até 2007	475.105,26	1.562.382,53	2.037.487,79
Em 2007	395.140,98	2.182.466,83	2.577.607,81
Em dezembro de 2007	395.140,98	1.072.026,58	1.467.167,56
Total de Empenhos (2) = (e+f+g+h):	17.562.967,57	143.040.128,20	160.603.095,77
Saldo Disponível para Empenhos (1-2):	31.499.128,18	42.635.770,72	74.134.898,89
Pagamentos	Financiamento	Fomento	TOTAL
Ordens Bancárias às Instituições Beneficiárias (i)	16.691.931,85	138.430.681,97	155.122.613,82
Até 2007	6.139.867,10	98.970.326,13	105.110.193,23
Em 2007	10.552.064,75	39.460.355,84	50.012.420,59
Em dezembro de 2007	-	693.983,00	693.983,00
IOF Pago (j)	789,47	-	789,47
Até 2007	319,27	-	319,27
Em 2007	470,20	-	470,20
Em dezembro de 2007	-	-	-
Recursos Pagos a Projetos (i+j)	16.692.721,32	138.430.681,97	155.123.403,29
Despesas Operacionais (k)	-	33.396,26	33.396,26
Até 2007	-	29.256,04	29.256,04
Em 2007	-	4.140,22	4.140,22
Em dezembro de 2007	-	-	-
Eventos (l)	-	15.614,09	15.614,09
Até 2007	-	15.614,09	15.614,09
Em 2007	-	-	-
Em dezembro de 2007	-	-	-
Remuneração do Agente Finep (m)	870.246,24	3.744.849,36	4.615.095,60
Até 2007	475.105,26	1.562.382,53	2.037.487,79
Em 2007	395.140,98	2.182.466,83	2.577.607,81
Em dezembro de 2007	395.140,98	1.072.026,58	1.467.167,56
Recursos Pagos (3) = (i+j+k+l+m):	17.562.967,56	142.224.541,68	159.787.509,24
Empenhos a Pagar (2-3)	0,01	815.586,52	815.586,53
Valores Reaplicados em Novos Financiamentos (4)	-	-	-
Valores Repassados ao MC (5)	10.187.344,84	-	10.187.344,84
SALDO DISPONÍVEL EM CAIXA (1-3-4-5)	21.311.783,34	43.451.357,24	64.763.140,58

Fonte: FINEP/DORC

O quadro na página anterior relaciona os recursos recebidos (de 2005 a 2007), sua utilização e os respectivos saldos. Relacionamos também as transferências das amortizações recebidas pela FINEP (financiamentos) para a UG Contratos e Convênios - Fonte FUNTTEL reembolsável, bem como os rendimentos líquidos da aplicação dos recursos recebidos no fundo extramercado do Banco do Brasil. Foram repassados ao FUNTTEL os valores correspondentes aos retornos dos financiamentos reembolsáveis, conforme informado em relatório de novembro / 2007.

Sobre as operações de financiamento, foi pago IOF, o qual foi deduzido do valor bruto liberado ao contratante e repassado à Receita Federal. As aplicações financeiras dos saldos de caixa, se resgatadas em menos de 30 dias, também estão sujeitas ao pagamento de IOF, que é descontado dos rendimentos brutos. Estão relacionadas também as devoluções de saldos de convênios à FINEP, bem como os recursos empenhados para despesas administrativas.

5.3.2 OPERAÇÕES COM RECURSOS DE CONVÊNIOS

A FINEP participa da execução de outras ações e programas de âmbito nacional em parceria com Ministérios e Órgãos de Governo, envolvendo a transferência de recursos financeiros para a FINEP.

Os projetos financiados no âmbito dessas parcerias são acompanhados pelas áreas competentes da FINEP por meio de visitas *in loco*, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria *ad-hoc* quando necessário.

- **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**

Em 2003 a FINEP assinou Convênio com o extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para implementação de um Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Combate à Fome e à Miséria, com a aplicação de um montante de R\$ 33 milhões, sendo R\$ 20 milhões do MDS e R\$ 13 milhões da FINEP.

O compromisso assumido com a assinatura do referido convênio estabelecia como indicador físico de execução a contratação de 88 projetos. Essa meta, pactuada no Plano de Trabalho, foi superada no ano de 2007 com a contratação acumulada de 89 operações. Frisa-se que muitos desses projetos são focados nos processos locais de inovação e na sistematização de experiências com potencial de transformação social. Outros, mais próximos do conhecimento acadêmico, visam disponibilizar a base científica para a implementação das políticas públicas em segurança alimentar e nutricional.

- **Ministério da Saúde - MS**

Dando continuidade à parceria institucional entre o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e o Ministério da Saúde – MS, para o desenvolvimento do Programa Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde, a FINEP firmou em 12 de dezembro de 2006 dois convênios com o MS no valor de R\$ 38,6 milhões, voltado ao desenvolvimento de ações de financiamento à pesquisa científica e tecnológica no âmbito das prioridades estabelecidas na “Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde”, do Ministério da Saúde.

No âmbito desse Convênio a FINEP lançou a Chamada Pública MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT – CT-Saúde e FNS – Fatores da Coagulação Sanguínea – 01/2007, com o objetivo de selecionar um projeto cooperativo de pesquisa, com vistas à obtenção de fatores VIII e IX da coagulação sanguínea por DNA recombinante em escala piloto. Foram disponibilizados recursos não-reembolsáveis no valor de R\$ 2,8 milhões, sendo R\$ 1,6 milhão originário do FNDCT/Fundo Setorial de Saúde – CT-Saúde e R\$ 1,2 milhão originário do Fundo Nacional de Saúde – FNS.

Ainda em 2007 foi lançada a Chamada Pública MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT – CT-Saúde e FNS – Pesquisa Clínica - 02/2007, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos visando o desenvolvimento de Pesquisas Clínicas e Avaliação de Tecnologias em Saúde em protocolos de pesquisa definidos pelo Ministério da Saúde. Foram disponibilizados recursos não-reembolsáveis no valor de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 4 milhões originários do FNDCT/CT-Saúde e R\$ 6 milhões originários do FNS-MS/SCTIE/DECIT.

Neste mesmo ano foi realizado o fomento direto a quatro projetos prioritários da Agenda Nacional de Pesquisa em Saúde no valor total de R\$ 1,6 milhão com recursos oriundos do FNS para o apoio à realização de cursos de Especialização e Mestrado Profissional em Gestão de Tecnologias em Saúde.

- **Ministério das Cidades - MCIDADES**

Em 2005 a FINEP estabeleceu parceria com o Ministério das Cidades para a constituição de Núcleos Regionais da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA, tendo como objetivo geral a promoção do desenvolvimento institucional do setor de saneamento, a melhoria do desempenho operacional e da gestão dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo integrado dos resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas.

A implementação dessa parceria se deu com o destaque orçamentário do Ministério das Cidades para a FINEP, em 2005, utilizado pela FINEP, no mesmo exercício, para o financiamento de quatro projetos aprovados no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro - CAPACITAÇÃO - 01/2005, no valor total de R\$ 5,9 milhões, dos quais R\$ 2,3 milhões oriundos do Ministério das Cidades e R\$ 3,6 milhões do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro. O objeto desses projetos é a constituição dos Núcleos Regionais da ReCESA, nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste, com previsão de encerramento em setembro de 2008. Assim no ano de 2007, no âmbito dessa parceria somente houve o acompanhamento de convênios já firmados.

- **Ministério do Trabalho e Emprego - MTE**

Desde 2003 a FINEP mantém parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE/SENAES na execução do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - PRONINC, que objetiva a geração de trabalho e renda através da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e na implementação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES.

Em 2007 avançaram as negociações entre a FINEP e MTE/SENAES para fortalecimento de suas ações em parceria, por intermédio de novo Convênio, visando o desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações aplicadas à Economia Solidária, por meio do apoio a incubadoras de EES, formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de EES, ampliação do SIES e

produção de estudos e pesquisas que visem à geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

Também em 2007, no âmbito dessa parceria, a FINEP aprovou quatro novos projetos de incubadoras universitárias do PRONINC, no valor total de R\$ 990 mil do FNDCT, visando o fortalecimento dos processos de incubação de EES, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias voltadas para a organização do trabalho com foco na autogestão.

- **Caixa Econômica Federal – CAIXA**

A Caixa Econômica Federal mantém parceria com a FINEP na execução do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB, Programa de Tecnologia de Habitação - HABITARE e, também, na Rede de Tecnologia Social – RTS, visando apoiar o desenvolvimento de tecnologias em temas prioritários estabelecidos nas Chamadas Públicas dos referidos programas. A parceria abrange, ainda, o estímulo à geração de trabalho e renda através da reaplicação da tecnologia social de incubação de empreendimentos econômicos solidários e no apoio logístico e de divulgação de resultados dos projetos de pesquisa.

Para a implementação dessa parceria foram firmados seis Convênios entre a FINEP e CAIXA, no período de 2003 a 2007, sendo dois no âmbito do PROSAB, três no caso do HABITARE e um no contexto da RTS, totalizando R\$ 6 milhões utilizados no financiamento de 26 projetos atualmente sob acompanhamento técnico e financeiro da FINEP.

- **Ministério do Turismo - MTUR**

Em 2007 a FINEP estabeleceu parceria com o Ministério do Turismo, com o objetivo de fomentar a geração de trabalho e renda através da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES na cadeia produtiva do turismo em áreas prioritárias definidas pelo Ministério do Turismo. Essa parceria visa, também, a construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação dos EES na cadeia produtiva do Turismo.

A implementação dessa ação de parceria se deu com a assinatura de Convênio, em dezembro de 2007, no valor total de R\$ 6 milhões do Ministério do Turismo.

- **MCT x FINEP - Ciência para Todos**

Os recursos desta ação implementada em parceria com o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS do MCT teve por objetivo o financiamento de projetos para a ação Ciência para Todos 2004/2005 que contemplou 50 projetos voltados para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de ciências

envolvendo o montante de R\$ 11,5 milhões.

Em 2007 foi realizada uma avaliação dessa ação por meio da estruturação e envio de questionário a todos os participantes, e complementação com visitas técnicas. Os resultados obtidos permitiram observar que a maioria dos projetos está avançando satisfatoriamente, e atingindo os principais objetivos da ação: a melhoria da infra-estrutura das escolas, a capacitação de professores e alunos, o estreitamento de laços entre as escolas de ensino médio e as universidades, a produção de materiais didáticos inovadores, a consolidação de novas grades curriculares dos cursos de licenciatura, e ainda, a geração de conhecimento científico através da ampliação das discussões sobre a melhoria do Ensino Médio, nas áreas de Física, Química e Biologia.

▪ **MCT – AEB x FINEP - Reconstrução da Torre Móvel**

A transferência destes recursos para a FINEP foi realizada por solicitação do MCT para atender à reconstrução da Torre Móvel de lançamento de foguetes da base de Alcântara.

▪ **MCT – INPE x FINEP - Programa Sino – Brasileiro CBERS**

Os recursos desta ação têm por objetivo auxiliar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do MCT na implementação dos acordos e compromissos do Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*) Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

▪ **MD – INFRAERO x FINEP - Água em Aeroportos**

Os recursos da Infraero / Ministério da Defesa foram transferidos para a FINEP para o lançamento da Chamada Pública Água em Aeroportos 03/2005, que teve por objetivo apoiar financeiramente projetos integrados de uso e conservação de recursos hídricos em ambientes aeroportuários. A citada chamada ofereceu recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão do Fundo Setorial de Recursos Hídricos e R\$ 3,0 milhões da INFRAERO.

A análise da demanda apresentada permitiu a recomendação e aprovação de 9 projetos no valor total de R\$ 2.257.816,48. Desse montante já foram desembolsados R\$1,2 milhões.

Cabe destacar que os temas apoiados na chamada pública foram:

- tratamento de água em sistemas de climatização de aeroportos,
- gestão de recursos hídricos,
- avaliação e implementação de tecnologias de uso eficiente da água em aeroportos e
- racionalização do uso da água em aeroportos.

Os focos desta ação estão diretamente relacionados à diretriz da INFRAERO de atualizar e manter a

infra-estrutura aeroportuária e de navegação aérea, em harmonia com o meio ambiente, assegurando o cumprimento de normas e padrões nacionais e internacionais.

Apresentamos, a seguir, um quadro resumo da Administração da FINEP dos Recursos de Terceiros (Outros Convênios) elaborado pela área financeira da FINEP.

Tabela 5.6 - ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Convênio/ assinatura	Nº SIAFI	Objetivo	Vigência/ Prestação de Contas	Valores em R\$						
				Valor do Convênio	Recursos transferidos à FINEP			Recursos repassados pela FINEP		
					Total	até 2006	2007	Total	até 2006	2007
MCT x FINEP 10.05.0003.00 26/dez/03	0281493962	Projeto NECT Ciência para todos	30-nov-08 29-jan-09	11.484.000,00	11.484.000,00	11.484.000,00	-	13.398.072,66	11.763.523,05	1.634.549,61
MDS x FINEP 40.03.0289.00 18/dez/03	0281494543	Desenvolvimento Social / Inovação Social	31-dez-08 01-mar-09	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	-	20.803.396,28	19.423.683,02	1.379.713,26
MS x FINEP 10.04.0284.00 09/jul/04 1ª etapa/2004-Port.153 de 21/jul/04	0281506996	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde	31-dez-07 29-fev-08	29.000.000,00	29.000.000,00	29.000.000,00	-	29.688.449,10	29.055.750,00	632.699,10
MS x FINEP Port.763/2006 12/dez/06	0281575499	Estudo e Pesquisa para avaliação do impacto da iodação do sal produzido no Brasil	30-jun-08 29-ago-08	2.500.000,00	1.666.666,66	-	1.666.666,66	1.294.233,10	-	1.294.233,10
MS x FINEP Port.889/2006 12/dez/06	0281575501	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	25-jan-08 25-mar-08	36.059.480,00	36.059.480,00	-	36.059.480,00	32.558.535,49	-	32.558.535,49
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	0281517883	Reconstrução da Torre móvel de lançamento do VLS no Centro de lançamento de Alcântara	31-dez-08 01-mar-09	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	-	-
MCT INPE x FINEP 20.05.0019.00 30/dez/04	0281517890	Implementação do Programa Sino Brasileiro CBERS-2B	27-jun-08 26-ago-08	51.000.000,00	51.000.000,00	51.000.000,00	-	56.072.991,08	38.253.201,76	17.819.789,32
INFRAERO x FINEP Cód.Finep 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001	0250368094	Água em Aeroportos	01-fev-10 02-abr-10	1.224.615,98	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	-	150.000,00
FINEP / SENAES / MTE Memo Gab.SENAES 1057/05	0250368092	Ciência, Tecnologia e Inovação para Economia Solidária		1.812.000,00	1.812.000,00	1.812.000,00	-	1.722.583,49	1.333.151,33	389.432,16
FINEP / SENAES / MTE RES/DIR/359/07 26/11/2007	0280600999	Desenvolv. Tecnológico e Disseminação de Informações aplicadas à Economia Solidária	26-out-10 25-dez-10	21.300.000,00	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	-	-
FINEP / MTUR Conv.nº 599/2007 14/dez/2007	0280600366	Incubação de Empreend// Econômicos Solidários para Inclusão Social na Cadeia Produtiva do Turismo	31-dez-10 01-mar-11	6.000.000,00	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	-	-
TOTAIS				210.380.095,98	186.672.146,66	143.296.000,00	43.376.146,66	155.688.261,20	99.829.309,16	55.858.952,04

Fonte: FINEP/AFC/DCO

5.3.3 OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS COM RECURSOS TRANSFERIDOS À FINEP PELO FNDCT (PTF's)

De acordo com a Lei 10.934/2004 – LDO, a FINEP, como agência financeira oficial de fomento, pode repassar recursos oriundos do Tesouro. No caso do FNDCT, tal procedimento intitula-se Proposta de Transferência Financeira - PTF .

As primeiras PTF's foram aprovadas no final do exercício de 2003 e algumas dessas ainda se encontram em fase de desembolso.

No final de 2005 a FINEP, através da Resolução de Diretoria 0503/05, autorizou 30 PTF's, cujos recursos começaram a ser transferidos do FNDCT para a FINEP ainda no final daquele exercício. Tais PTF's começaram a ter seus projetos contratados no início de 2006 e algumas dessas já estão em fase de encerramento, uma vez que já foram realizadas todas as liberações previstas. No final de 2006, foram aprovadas mais três PTF's (PROMOVE e Projetos Estratégicos relativos às Encomendas de 2006; Projetos Estratégicos de 2006 e; Subvenção Econômica) e em 2007 foram aprovadas duas PTFs para a área de saúde. Essas PTF's estão em fase de desembolso.

As tabelas a seguir mostram a relação de todas as PTF's e sua execução física, a posição financeira por PTF em 31 de dezembro de 2007, as necessidades adicionais de recursos por fundo setorial para a conclusão de projetos já contratados e as devoluções de recursos ao FNDCT referentes as PTF's encerradas.

Denominou-se PTF Transversal àquelas vinculadas a Chamadas Públicas transversais que recebem recursos de vários fundos.

Tabela 5.7 - PTF's - Descrição e Execução Física

PTF	Fundo Setorial	Descrição	Projetos			
			Contratados	Em Contratação	Encerrados	TOTAL
001/2003	CT-Petro	Encomendas - Apoio a Estudos e Eventos no Setor de Petróleo e Gás Natural	9	0	9	9
002/2003	CT-Petro	Chamada Pública CT-Petro 001/2003, Apoio às Ações da Rede Brasil de Tecnologia	12	0	12	12
003/2003	CT-Petro	Chamada Pública CT-Petro 002/2003, Apoio às Empresas da Cadeia Produtiva do Setor de Petróleo e Gás Natural	47	0	42	47
004/2003	CT-Petro	Apoio Complementar as Redes Cooperativas de Pesquisa (N,NE,CO)	5	0	5	5
006/2003	CT-Mineral	Desenvolvimento de Novas Fontes e Rotas Tecnológicas para Obtenção de Fertilizantes	1	0	1	1
007/2003	CT-Mineral	Desenvolvimento de Equipamento de Beneficiamento de Rochas Ornamentais	1	0	1	1
008/2003	CT-Mineral	Inclusão de Ciência, Tecnologia, Inovação & Gestão em APLs	2	0	2	2
009/2003	CT-Energia	Apoio à Divulgação e Educação Científica em Museus e Centros de Ciências	9	0	9	9
011/2003	CT-Energia	Chamada Pública CT-Energ 001/2003, Rede Brasil de Tecnologia	6	1	4	7
015/2003	CT-Energia	Desenvolvimento de Ultra - Centrífugas de Nova Geração	1	0	1	1
017/2003	CT-Energia	PROBIODIESEL - Rede Brasileira de Biodiesel	10	0	5	10
020/2003	CT-Hidro	Chamada Pública CT-Hidro 001/2003, para a Área de Saneamento Básico (PROSAB)	40	0	40	40
021/2003	CT-Aeronáutico	Encomendas - Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Aeronáutico	7	0	4	7
022/2003	CT-Saúde	Encomendas - Pesquisa em Medicamentos nas Regiões NE, N e CO e Chamada Pública em Terapia Celular	11	0	10	11
023/2003	CT-Agronegócio	Encomendas - Rastreabilidade das Cadeias Produtivas / Instituto Virtual de Informação / Biofábrica / MOSCAMED	4	0	4	4
024/2003	CT-Info	Chamada Pública CT-Info 001/2003, para Projetos de Inovação de Software Livre	27	0	26	27
026/2003	CT-Biotecnologia	Encomendas -Projeto RENORBIO - Biotecnologia e Estudos de Interesse para Biotecnologia	2	0	2	2
027/2003	CT-Biotecnologia	Chamada Pública CT-Biotec 001/2003, Centro de Produção de Anticorpos Monoclonais e	10	0	9	10
028/2003	CT-Biotecnologia	Rede Nacional de Proteoma	11	0	11	11
029/2003	CT-Verde & Amarelo	Concessão de Subvenção Econômica para Empresas que Executam PDTI ou PDTA	11	0	9	11
030/2003	CT-Verde & Amarelo	Chamadas Públicas - Apoio à Organização e Constituição de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Cadeias Produtivas Regionais	22	0	18	22
031/2003	CT-Verde & Amarelo	Encomendas para Cooperação Internacional	3	0	2	3
032/2003	CT-Verde & Amarelo	Edital do Habitare	19	0	19	19
033/2003	CT-Verde & Amarelo	Encomendas para Promoção da Inovação Tecnológica nas Micro, Pequenas e Médias Empresas	2	0	2	2
034/2003	CT-Verde & Amarelo	Estudo de Barreiras Técnicas para Inovação.	1	0	1	1
035/2003	CT-Verde & Amarelo	Tecnologia Industrial Básica (TIB) e Serviços Tecnológicos para Inovação e Competitividade	18	0	16	18
036/2003	CT-Infra	Chamadas Públicas e Encomenda para Educação à Distância, Novos Grupos de Pesquisa e Laboratório de Biociências as UFPA	56	0	55	56
037/2003	Ação Transversal	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE)	19	0	4	19
038/2003	Fonte 100	Apoio a Programas, Estudos e Projetos Estratégicos em Ciência e Tecnologia (PEPE)	6	0	5	6
TOTAL:			372	1	328	373

Tabela 5.7 - PTF's - Descrição e Execução Física

PTF	Fundo Setorial	Descrição	Projetos			
			Contratados	Em Contratação	Encerrados	TOTAL
040/2005	Ação Transversal	Apoio à Ação Transversal 2005 Cooperação ICTs - Pequenas e Micro Empresas Executada em Parceria com o SEBRAE	1	0	0	1
041/2005	CT-Mineral	Chamada Pública MCT/Finep - CT - Mineral - Rede Geodinâmica - 01/2005	9	0	1	9
042/2005	CT-Saúde	Chamada Pública MCT/MS/Decit/Finep - Implantes Ortopédicos - 01/2005	10	0	5	10
043/2005	CT-Amazônia	Chamada Pública MCT/Finep/CT-Amazônia - Infraestrutura - 01/2005	4	0	3	4
044/2005	CT-Saúde	Chamada Pública MCT/MS/Decit/Finep - Multicêntrico em Cardio e Diabetes - 02/2005	6	0	0	6
045/2005	CT-Hidro	Chamada Pública MCT/Finep/CT-Hidro - Segurança de Barragens - 02/2005	10	0	10	10
046/2005	CT-Hidro	Chamada Pública MCT/Finep/CT-Hidro - Bacias Representativas - 04/2005	12	0	5	12
047/2005	Ação Transversal	Chamada Pública MCT/Finep - AT - Apoio ao PNI - 07/2005	31	0	29	31
048/2005	Ação Transversal	Chamada Pública MCT/Finep/AT - Projetos Estruturantes de C,T&I 08/2005	5	0	2	5
049/2005	Ação Transversal	Chamada Pública MCT/Finep - Aquicultura - Ação Transversal 12/2005	22	0	18	22
050/2005	CT-Petro	Encomendas Transversais - Ação Cooperação ICT's Empresas - Encomenda Petrobrás	0	0	0	0
051/2005	Ação Transversal	Encomendas Transversais - Ação Nanotecnologia/Laboratórios Estratégicos	3	0	2	3
052/2005	Ação Transversal	Encomenda Transversal - Ação Tecnologia Industrial Básica - Apoio ao Centro de Avaliação de Produtos - CETENE	1	0	0	1
053/2005	CT-Energia	Chamada Pública MCT/Finep Ação Transversal RBT 05/2005	4	0	3	4
054/2005	Ação Transversal	Encomenda Ação Transversal - Programa de Energia do Hidrogênio	2	0	2	2
055/2005	CT-Biotecnologia	Encomenda Projeto Estruturante de CT&I - Estado da Bahia	1	0	0	1
057/2005	CT-Petro	Encomenda Vertical - Redes Norte/Nordeste - CT-Petro	7	0	7	7
058/2005	Ação Transversal	Encomenda Impacto Social	14	0	13	14
059/2005	CT-Aquaviário	Encomendas Verticais - CT-Aquaviário	4	0	2	4
060/2005	CT-Mineral	Encomenda Vertical CT-Mineral - Inovação para Sustentabilidade da Mineração	5	0	5	5
061/2005	Fonte 100	Encomenda Apoio a Rede Nordeste de Biotecnologia - Renorbio	7	0	7	7
062/2005	CT-Amazônia	Chamada Pública - CT-Amazônia 01/2004	8	0	2	8
063/2005	CT-Verde & Amarelo	Ação Parques Tecnológicos	2	0	4	2
064/2005	CT-Info	Encomendas CT-Info - Software	5	1	4	6
065/2005	CT-Saúde	Encomenda Transversal CT-Saúde - Pesquisa Clínica	3	0	9	3
066/2005	Fonte 100	Encomendas Parlamentares	9	1	7	10
067/2005	Ação Transversal	Encomenda Projetos Prioritários	7	0	3	7
068/2005	CT-Amazônia	Encomenda CT-Amazônia	4	0	3	4
069/2005	Ação Transversal	Encomenda Ação Transversal - Programa de Descrição e Apoio em Metrologia Química	2	0	1	2
070/2005	Fonte 100	Encomendas Projetos Prioritários	6	0	3	6
071/2006	Ação Transversal	Recursos para Despesas Operacionais do FNDCT	1	0	0	1
072/2006	Ação Transversal	PROMOVE e Projetos Estratégicos Relativos à Encomendas de 2006	13	5	5	18
073/2006	Ação Transversal	Projetos Estratégicos 2006	45	23	13	68
074/2006	Ação Transversal	Subvenção Econômica	56	9	0	65
075/2007	CT-Saúde	Fatores de Coagulação Sanguínea	0	1	0	1
076/2007	CT-Saúde	Rede Nacional de Farmacogenética/genômica - REFARGEN	0	1	0	1
TOTAL:			319	41	168	360

Fonte: FINEP/AFIC

Tabela 5.8 - Situação Financeira por PTF - Posição em 31 de Dezembro de 2007

PTF	Fundo Setorial	Valor Recebido do FNDCT	Valor Recebido em 2007	Transferências entre PTF's	Rendimentos	Valor Liberado	Valor a Liberar
001/2003	CT-Petro	1.530.000,00	-	-	234.124,04	1.654.249,01	-
002/2003	CT-Petro	3.600.000,00	-	-	720.942,26	3.595.757,76	-
003/2003	CT-Petro	15.320.773,73	1.247.964,06	-	2.096.354,57	17.408.248,34	598.538,57
004/2003	CT-Petro	4.821.076,70	-	-	747.921,59	5.350.000,00	-
006/2003	CT-Mineral	600.000,00	-	(105.256,99)	107.242,85	600.000,00	-
007/2003	CT-Mineral	392.000,00	-	(54.457,22)	48.987,22	386.530,00	-
008/2003	CT-Mineral	1.466.294,44	91.500,00	159.714,21	55.564,85	1.680.669,44	-
009/2003	CT-Energia	1.300.000,00	-	(132.528,45)	305.974,46	1.120.418,74	-
011/2003	CT-Energia	2.000.000,00	-	(200.975,63)	659.845,21	1.299.894,42	421.600,00
015/2003	CT-Energia	3.000.000,00	-	(233.184,51)	234.638,52	3.000.000,00	-
017/2003	CT-Energia	2.654.820,05	13.950,00	566.688,59	326.699,02	3.514.926,06	281.154,89
020/2003	CT-Hidro	2.760.000,00	-	-	103.846,54	2.776.468,63	-
021/2003	CT-Aeronáutico	10.739.925,35	-	-	1.996.707,66	11.798.246,73	672.236,57
022/2003	CT-Saúde	8.771.172,74	131.560,00	-	262.512,02	9.033.664,24	59.245,00
023/2003	CT-Agronegócio	5.200.000,00	-	-	852.485,79	5.295.000,00	-
024/2003	CT-Info	4.000.000,00	-	-	837.985,53	3.897.051,62	42.150,00
026/2003	CT-Biotecnologia	555.000,00	-	(22.868,80)	36.483,79	510.499,05	-
027/2003	CT-Biotecnologia	3.200.000,00	-	(671.296,40)	529.015,28	3.016.769,39	63.500,00
028/2003	CT-Biotecnologia	3.220.000,00	-	694.165,20	786.208,87	3.595.888,30	-
029/2003	CT-Verde & Amarelo	14.309.902,52	-	-	1.082.211,91	15.375.460,59	1.892.729,41
030/2003	CT-Verde & Amarelo	6.299.910,00	-	-	1.677.518,86	5.906.963,29	197.380,00
031/2003	CT-Verde & Amarelo	1.950.000,00	-	-	691.012,30	1.595.072,50	234.643,50
032/2003	CT-Verde & Amarelo	1.338.762,05	-	-	145.672,63	1.467.956,66	-
033/2003	CT-Verde & Amarelo	5.490.000,00	-	-	1.179.679,76	6.202.500,00	-
034/2003	CT-Verde & Amarelo	300.000,00	-	-	79.352,80	300.000,00	-
035/2003	CT-Verde & Amarelo	3.475.000,00	-	-	638.757,77	3.256.708,51	18.100,00
036/2003	CT-Infra	12.625.232,77	-	-	439.930,62	12.832.925,99	175.000,00
037/2003	Ação Transversal	58.771.495,82	2.019.230,68	-	2.706.482,72	59.857.762,16	17.701.435,50
038/2003	Fonte 100	2.746.354,75	-	-	103.154,56	2.837.000,00	215.000,00
TOTAL:		182.437.720,92	3.504.204,74	(0,00)	19.687.314,00	189.166.631,43	22.572.713,44

Tabela 5.8 - Situação Financeira por PTF - Posição em 31 de Dezembro de 2007

PTF	Fundo Setorial	Valor Recebido do FNDCT	Valor Recebido em 2007	Transferências entre PTF's	Rendimentos	Valor Liberado	Valor a Liberar
040/2005	Ação Transversal	30.566.191,59	20.566.191,59	-	380.937,61	30.638.996,33	2.460.074,45
041/2005	CT-Mineral	998.430,00	-	-	84.429,36	1.005.350,63	944.649,77
042/2005	CT-Saúde	2.914.240,00	-	-	154.666,80	2.635.696,34	260.028,54
043/2005	CT-Amazônia	2.197.110,00	251.510,00	-	147.076,13	2.341.750,00	232.250,00
044/2005	CT-Saúde	8.186.566,50	3.684.366,50	-	221.787,43	6.701.405,96	1.485.160,54
045/2005	CT-Hidro	1.066.210,00	-	-	38.470,05	1.066.208,60	-
046/2005	CT-Hidro	2.966.720,00	-	-	222.989,06	3.233.712,90	392.908,55
047/2005	Ação Transversal	7.125.218,48	-	-	135.785,92	7.248.472,04	229.800,00
048/2005	Ação Transversal	6.315.859,00	108.512,00	-	103.549,10	6.418.347,00	1.987.746,00
049/2005	Ação Transversal	2.300.000,00	-	-	186.898,48	2.473.149,95	326.850,00
050/2005	CT-Petro	262.000,00	-	-	29.247,46	-	-
051/2005	Ação Transversal	12.124.482,71	2.007.582,71	-	125.826,31	12.237.850,76	342.280,00
052/2005	Ação Transversal	2.000.000,00	-	-	228.404,51	2.000.000,00	2.000.000,00
053/2005	CT-Energia	642.976,12	-	-	101.073,28	481.716,12	161.260,00
054/2005	Ação Transversal	3.009.689,00	-	-	358.488,61	3.342.000,00	-
055/2005	CT-Biotecnologia	1.184.670,00	-	-	2.915,71	1.184.665,00	1.315.335,00
057/2005	CT-Petro	4.381.641,11	-	-	126.352,14	4.439.580,56	-
058/2005	Ação Transversal	11.752.538,50	-	-	409.469,73	9.406.000,48	1.030.000,00
059/2005	CT-Aquaviário	2.914.066,03	360.142,00	-	12.848,83	2.926.779,69	564.016,43
060/2005	CT-Mineral	508.851,68	-	-	12.243,07	509.600,04	-
061/2005	Fonte 100	5.840.408,00	-	-	344.043,83	6.046.367,50	-
062/2005	CT-Amazônia	4.575.749,00	-	-	321.220,05	4.575.392,85	-
063/2005	CT-Verde & Amarelo	650.000,00	-	-	17.732,92	650.000,00	-
064/2005	CT-Info	2.134.624,59	-	-	220.499,76	1.798.264,68	631.287,32
065/2005	CT-Saúde	2.111.450,00	-	-	334.896,66	987.444,52	1.124.002,26
066/2005	Fonte 100	5.880.000,00	-	-	372.268,28	4.453.136,46	150.000,00
067/2005	Ação Transversal	25.550.100,00	-	-	1.242.103,68	23.965.825,00	-
068/2005	CT-Amazônia	4.344.400,00	-	-	351.344,10	3.367.697,00	976.700,00
069/2005	Ação Transversal	1.891.794,00	442.274,00	-	37.845,78	1.929.518,90	90.638,08
070/2005	Fonte 100	3.496.450,15	-	-	312.452,28	1.530.349,66	1.046.322,59
072/2006	Ação Transversal	12.000.000,00	-	-	802.186,28	5.403.633,75	8.212.252,41
073/2006	Ação Transversal	47.379.890,00	4.594.333,00	-	3.139.440,14	24.377.318,55	28.566.640,67
074/2006	Ação Transversal	40.038.000,00	-	-	1.759.190,19	41.355.360,91	96.565.561,38
075/2007	CT-Saúde	1.186.721,72	1.186.721,72	-	4.411,25	-	1.186.721,72
076/2007	CT-Saúde	966.169,16	966.169,16	-	-	-	989.699,80
TOTAL:		261.463.217,34	34.167.802,68	-	12.343.094,79	220.731.592,18	153.272.185,51

Fonte: FINEP/AFC

Tabela 5.9 - PTF's Transversais - Necessidades Adicionais de Recursos por Fundo - Posição em 31/12/2007

R\$ 1,00

PTF	Fundo	Valor Autorizado pelos Comitês Gestores	Total Recebido pela PTF	Saldos Limites para Transferência à Finep	Necessidade Adicional de Recursos	A Receber
040/2005	CT-Aquaviário	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.151.941,58	245.773,20
	CT-Biotecnologia	1.405.680,00	1.405.680,00	-		-
	CT-Energia	6.703.236,00	4.303.236,00	2.400.000,00		589.855,68
	CT-Info	3.536.482,49	2.380.680,00	1.155.802,49		284.065,27
	CT-Petro	10.198.348,00	5.998.348,00	4.200.000,00		1.032.247,43
	CT-Saúde	1.405.680,00	1.405.680,00	-		-
	CT-Verde & Amarelo	14.072.567,59	14.072.567,59	-		-
	TOTAL:	39.321.994,08	30.566.191,59	8.755.802,49		2.151.941,58
047/2005	CT-Energia	3.225.067,23	3.001.313,00	223.754,23	217.267,64	137.697,39
	CT-Hidro	1.453.778,00	1.453.778,00	-		-
	CT-Info	468.815,00	468.815,00	-		-
	CT-Saúde	938.080,00	938.080,00	-		-
	CT-Verde & Amarelo	1.392.531,81	1.263.232,48	129.299,33		79.570,25
		TOTAL:	7.478.272,04	7.125.218,48		353.053,56
048/2005	CT-Agronegócio	2.500.000,00	1.301.499,00	1.198.501,00	1.986.684,90	1.139.127,89
	CT-Energia	1.711.033,00	1.553.851,00	157.182,00		149.395,29
	CT-Infra	4.141.250,00	3.460.509,00	680.741,00		647.017,45
	CT-Petro	53.810,00	-	53.810,00		51.144,28
		TOTAL:	8.406.093,00	6.315.859,00		2.090.234,00
049/2005	CT-Agronegócio	1.000.000,00	1.000.000,00	-	313.101,47	-
	CT-Hidro	999.999,95	500.000,00	499.999,95		313.101,47
	Fonte 100	800.000,00	800.000,00	-		-
		TOTAL:	2.799.999,95	2.300.000,00		499.999,95
051/2005	CT-Info	4.236.140,00	4.236.140,00	-	329.821,74	-
	CT-Petro	2.006.670,00	1.645.722,71	360.947,29		329.821,74
	CT-Verde & Amarelo	6.242.620,00	6.242.620,00	-		-
		TOTAL:	12.485.430,00	12.124.482,71		360.947,29
052/2005	CT-Infra	3.150.000,00	100.000,00	3.050.000,00	1.771.595,49	1.350.841,56
	CT-Verde & Amarelo	2.850.000,00	1.900.000,00	950.000,00		420.753,93
		TOTAL:	6.000.000,00	2.000.000,00		4.000.000,00
069/2005*	CT-Biotecnologia	792.796,98	646.400,00	146.396,98	90.517,20	103.234,16
	CT-Energia	803.120,00	803.120,00	-		-
	CT-Verde & Amarelo	424.240,00	442.274,00	(18.034,00)		(12.716,96)
		TOTAL:	2.020.156,98	1.891.794,00		128.362,98

PAPPE:

(PTF 037/2003)

Nome	Limite Financeiro	Pago	Saldo em Caixa	A Pagar	A Receber
CT-Agronegócio	14.408.179,81	14.083.498,57	324.681,24	2.464.396,03	1.651.542,32
CT-Biotecnologia	6.774.397,75	6.526.032,48	248.365,27	2.711.513,12	1.974.975,38
CT-Energia	10.455.960,29	10.190.913,00	265.047,29	3.616.353,60	2.863.133,84
CT-Saúde	14.243.328,66	13.874.435,40	368.893,26	4.501.603,20	3.644.537,47
CT-Verde & Amarelo	15.596.112,03	15.182.882,71	413.229,32	6.848.431,89	5.947.030,10

OBS: A PTF 037/2003, apesar de também se tratar de uma PTF transversal, possui tratamento diferenciado na hora de se fazer o rateamento de rendimentos, uma vez que esta possui uma fonte para cada Fundo Setorial.

* Foi feita uma internalização de R\$ 18.034,00 no CT-Verde & Amarelo quando esta deveria ter sido feita pelo CT-Biotecnologia.

Tal equívoco já está sendo solucionado e, conforme o MEMO/DORC/100/2007, o ressarcimento já está sendo providenciado.

Os valores constantes neste relatório estão de acordo com a necessidade de internalização de cada fundo.

**Tabela 5.10 - Recursos Devolvidos ao FNDCT
PTF's Encerradas**

R\$ 1,00

PTF	Valor Devolvido
032/2003	16.478,85
045/2005	38.471,46
050/2005	291.247,45
TOTAL:	346.197,76

Fonte: FINEP/ AFC

5.3.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

A FINEP não possui atualmente operação de repasse através de recursos internacionais. Encontra-se pagando o passivo oriundo de empréstimo de recursos do Tesouro Francês realizados na década de 80, incluídos na renegociação do Clube de Paris. Os demais empréstimos foram transferidos para a União em maio de 2007 quando foi operacionalizado o Decreto 5.994/06.

Tabela 5.11 - DÍVIDA EXTERNA

EMPRÉSTIMO	TOMADOR	CONTRATADO	UTILIZADO	SALDO DEV. EM 31/DEZ/2006		REALIZADO EM 2007		SALDO DEVEDOR	
				PRINCIPAL	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS
US\$									
CRED. FINANCEIRO	FINEP	54.000.000,00	54.000.000,00	196.246,50	152.489,66	15.171,68	12.643,88	181.074,82	139.845,78
EURO									
CRED. COMPRADOR	FINEP	47.716.542,40	47.716.542,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TESOURO FRANCES	FINEP	6.402.858,72	6.402.858,72	426.857,24	11.205,00	426.857,24	11.205,00	0,00	0,00
TOTAL EURO		54.119.401,12	54.119.401,12	426.857,24	11.205,00	426.857,24	11.205,00	0,00	0,00

Fonte: FINEP/AFC

Tabela 5.12 - PAGAMENTOS DA DÍVIDA

EMPRÉSTIMO	TOMADOR	CONTRATADO	UTILIZADO	EXERCÍCIO / 2006			EXERCÍCIO / 2007		
				PRINCIPAL	JUROS	COMISSÕES	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÕES
US\$									
CRED. FINANCEIRO	FINEP	54.000.000,00	54.000.000,00	24.245,84	13.351,40	0,00	15.171,68	12.643,88	0,00
EURO									
CRED. COMPRADOR	FINEP	47.716.542,40	47.716.542,40	1.416.421,34	62.708,97	0,00	0,00	0,00	0,00
TESOURO FRANCES	FINEP	6.402.858,72	6.402.858,72	493.142,85	29.361,48	0,00	426.857,24	11.205,00	0,00
TOTAL EURO		54.119.401,12	54.119.401,12	1.909.564,19	92.070,45	0,00	426.857,24	11.205,00	0,00

Fonte: FINEP/AFC

5.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

5.4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Com vistas a enfrentar os novos desafios decorrentes do crescente aumento de volume de operações, da necessidade de melhor alinhar as políticas operacionais da FINEP com as prioridades estratégicas da Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação⁶, bem como a busca da melhoria de eficiência operacional, a atual Diretoria Executiva da FINEP decidiu proceder a uma reestruturação organizacional na Empresa tendo por base as seguintes premissas:

- Fortalecimento da Área de Planejamento
- Criação de uma superintendência de recursos humanos
- Criação de um departamento de Processos Organizacionais
- Reativação do Comitê de Planejamento CPLAN
- Fortalecimento e integração das ações de promoção e comunicação
- Estabelecimento de programas institucionais (Programas Integradores) transversais à estrutura organizacional da FINEP que está organizada por cliente.

As alterações na estrutura organizacional foram efetivadas em julho de 2007, através da Resolução de Diretoria RES/DIR/0230/07 de 23/07/07. A Tabela 5.14 descreve as alterações ocorridas que resultou no organograma exposto na Figura 5.6.

A implementação de 10 Programas Integradores foi estabelecida através da RES/DIR 0172/07 de 26/06/07 com a finalidade de integrar atividades, instrumentos e informação e assim contribuir para uma melhor execução e avaliação dos resultados das ações da FINEP. A coordenação de cada Programa Integrador é exercida por um superintendente de área operacional (vide Tabela 5.13) e conta com o suporte técnico de um Secretário Técnico vinculado à Área de Planejamento. Foram constituídos dois foros operacionais no âmbito dos Programas Integradores: (1) Comitê de Coordenação dos Programas Integradores (CCPI), vinculado ao Comitê de Planejamento (CPLAN); (2) Comissão Permanente de Avaliação, com a função de avaliar a implementação das ações de cada Programa Integrador.

⁶ A atual Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação respalda-se no “Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional”, lançado pelo MCT em 20 de novembro de 2007.

Tabela 5.13 - Programas Integradores & Coordenação

Nº	PROGRAMAS INTEGRADORES	Área* de Coordenação
1	Infra-Estrutura da Pesquisa Científica e Tecnológica	AUNI
2	Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica	AUNI
3	Apoio à Inovação Tecnológica nas Empresas	APEI
4	Extensionismo e Serviços Tecnológicos	AITP
5	Nanotecnologia e TICs	APEI
6	Biodiversidade, Biotecnologia, e Saúde	AINV
7	Biocombustíveis e Energias	AICE
8	Meteorologia e Mudanças Climáticas	AITP
9	CT&I em Áreas Estratégicas para a Soberania Nacional	AITP
10	CT&I para o Desenvolvimento Social	ATDS

(*) Área da estrutura organizacional da FINEP

Fonte: FINEP/APLA

A estrutura organizacional apresenta alterações, conforme RES/DIR/0203, de 23/072007, que aprova:

Tabela 5.14 – Alterações e Remanejamentos da Estrutura Organizacional

ALTERAÇÕES - DE	PARA
Diretoria de Inovação para o Desenvolvimento Econômico e Social - DRDE	DIRETORIA DE INOVAÇÃO – DRIN
Área de Universidades e Instituições de Pesquisas – AUPE	ÁREA DE UNIVERSIDADES – AUNI
Área de Institutos de Pesquisa Tecnológica – ATED	ÁREA DE INSTITUTOS TECNOLÓGICOS E DE PESQUISA - AITP
Coordenação de Gestão da Informação - CGIN	DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - DAGI
Coordenação de Estudos, Planos e Programas - CEPP	DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PLANOS E PROGRAMAS INTEGRADORES - DEPP
Coordenação Institucional - CINS	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO – DPRO
Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico: Difusão Tecnológica – DTF	DEPARTAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA – DIPE
Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico: Extensão Tecnológica - DET	DEPARTAMENTO DE INSTITUTOS TECNOLÓGICOS – DITE

Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico I - Ciências Exatas e da Terra - DUF1	DEPARTAMENTO DE FOMENTO, ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO I –CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - DUN1
Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico II – Ciências Humanas, Sociais e da Vida - DUF2	DEPARTAMENTO DE FOMENTO, ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO II – CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA VIDA - DUN2
Departamento Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico III –Engenharia e Infra- estrutura das Instituições de Pesquisa - DUF3	DEPARTAMENTO DE FOMENTO, ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO III –INFRA-ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES - DUN3
Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços – DTIS	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -DTIC
REMANEJAMENTO - DE	PARA
COORDENAÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – CINT	
Gabinete da Presidência – GAPR	Presidência – PRES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO – DCOM	
Gabinete da Presidência – GAPR	Área de Articulação Institucional - ARTI
ÁREA DE TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ATDS	
Diretoria de Inovação - DRIN	Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DRCT
ÁREA DE PEQUENAS EMPRESAS INOVADORAS – APEI	
Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DRCT	Diretoria de Inovação – DRIN
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC	
Área de Inovação para a Competitividade Empresarial – AICE	Área de Pequenas Empresas Inovadoras – APEI
ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA – ESB	
Gabinete da Presidência – GAPR	Área de Articulação Institucional – ARTI
ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO – ESP	
Diretoria de Inovação – DRIN	Área de Planejamento – APLA
REPRESENTANTES REGIONAIS, COORDENADOR DE OPERAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL E COORDENADOR DE OPERAÇÕES DE PERNAMBUCO	
Diretoria de Inovação - DRIN	Área de Articulação Institucional – ARTI

E CRIA as seguintes Unidades Organizacionais:

1. **ÁREA DE RECURSOS HUMANOS (ARH)**, vinculada à Diretoria de Administração e Finanças - DRAF, que incorpora os seguintes departamentos existentes:

Departamento de Administração de Recursos Humanos – DARH e- Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos - DERH

2. **ÁREA DE INVESTIMENTOS (AINV)**, vinculada à Diretoria de Inovação - DRIN, que conta com dois novos departamentos: DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTO EM FUNDOS – DINV e DEPARTAMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS - DENN

3. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - DPLO, vinculado à Área de Planejamento - APLA

4. DEPARTAMENTO DE INSTITUTOS DE PESQUISA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS (DIPA), vinculado à Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa (AITP)

5. DEPARTAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO AOS PROGRAMAS INTEGRADORES - DALP, vinculado à Área de Serviços Corporativos - ASEC

6. DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS - DEPO, vinculado ao Gabinete da Presidência - GAPR

E EXTINGÜE as seguintes Unidades Organizacionais:

1. Coordenação Administrativa dos Fundos Setoriais - CAFS, cujas atribuições são assumidas pelo Departamento de Apoio Logístico aos Programas Integradores - DALP

2. Departamento de Investimentos - DINV, cujas atribuições são assumidas pelo Departamento de Investimento em Fundos – DINV

3. Coordenação de Ações Regionais - CREG, cujas atribuições são assumidas pela Área de Articulação Institucional – ARTI

4. Departamento de Planejamento e Avaliação de Resultados - DUPA, cujas atribuições são assumidas pelo Departamento de Estudos, Planos e Programas Integradores – DEPP

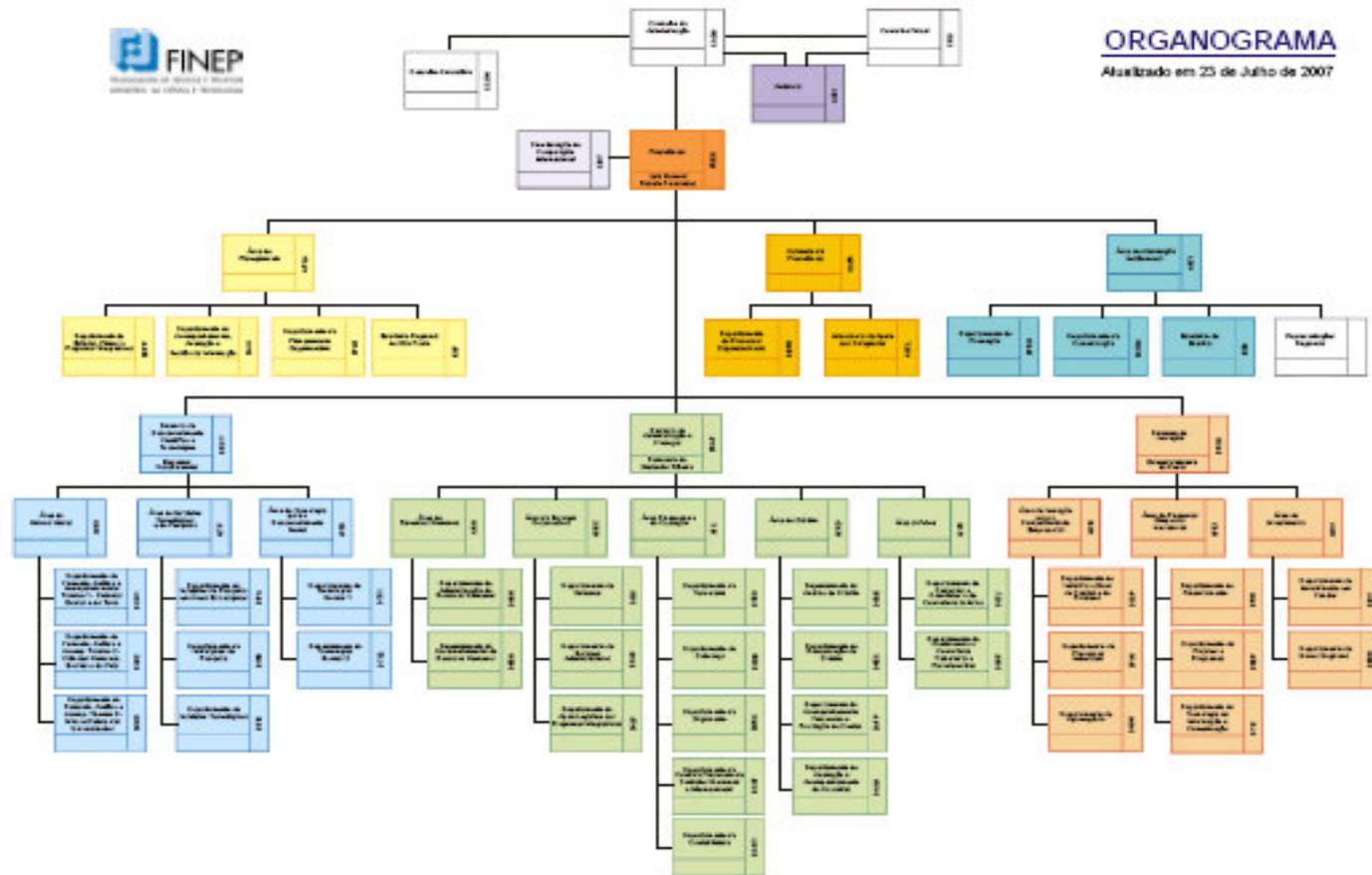
5. Secretaria Executiva da Diretoria - SEDI, cujas atribuições são assumidas pelo Gabinete da Presidência –GAPR

6. Câmaras Técnicas Setoriais subordinadas ao Conselho Consultivo.

-MANTEM DA DENOMINAÇÃO das demais Unidades Organizacionais.

O organograma, que se segue, representa a estrutura organizacional em 31 de dezembro de 2007.

Figura 5.6: Organograma da FINEP



5.4.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Dois acontecimentos marcaram a gestão de pessoas na FINEP em 2007: a criação de uma superintendência específica, a Área de Recursos Humanos – ARH e a autorização para ampliação do quadro de pessoal da Empresa.

A partir de julho, os dois departamentos encarregados da administração e do desenvolvimento de recursos humanos (DARH e DERH), antes abrigados na Área de Serviços Corporativos – ASEC, passaram a compor a Área de Recursos Humanos – ARH. Tal medida busca fornecer meios para o estabelecimento de uma política eficaz quanto à capacitação técnica dos empregados, ao aprimoramento do clima organizacional e à gestão de carreiras, repercutindo positivamente sobre a atratividade da empresa e seus resultados operacionais.

A ampliação do quadro de pessoal foi autorizada em dezembro de 2007 pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, em resposta a pleito baseado na ampliação das operações da FINEP, verificada nos últimos anos, assim como na previsão de seu crescimento constante no futuro próximo, além da necessidade de atender determinação legal de substituição de colaboradores terceirizados. As 80 vagas autorizadas serão preenchidas pelos integrantes do Cadastro de Reserva constituído pelos aprovados no concurso público realizado em 2006, vigente até junho de 2008.

Tabela 5.15 - Força de Trabalho - Posição Dez/2007

Quadro Permanente	537	100,0%
Em Atividade	489	91,1%
PCS	59	11,0%
PCR	430	80,1%
Afastados (-)	48	8,9%
<i>Licença médica</i>	24	4,5%
PCS	3	0,6%
PCR	21	3,9%
<i>Cedidos</i>	17	3,2%
PCS	1	0,2%
PCR	16	3,0%
<i>Suspensão de contrato de trabalho</i>	7	1,3%
PCS	2	0,4%
PCR	5	0,9%

Fonte: FINEP / DARH

Tabela 5.16-Movimentação de Pessoal - 2007

Total de empregados em 01/01/07	537
Admissões	6
Reintegrações	1
Desligamentos	6
Aposentadorias	1
Total de empregados em 31/12/07	537

Fonte: FINEP / DARH

**Tabela 5.17-Composição do Quadro de Pessoal em atividade,
segundo os Grupos de Áreas (1) - Posição Dez/2007**

Grupos de Áreas	Total
Total	489
Direção Executiva	25
Operação	240
Apoio Operacional	62
Assessoramento e Apoio	162

Fonte: FINEP / DARH

(1) Composição dos Grupos de Áreas:

Direção Executiva: Presidência, Gabinete da Presidência, Diretoria

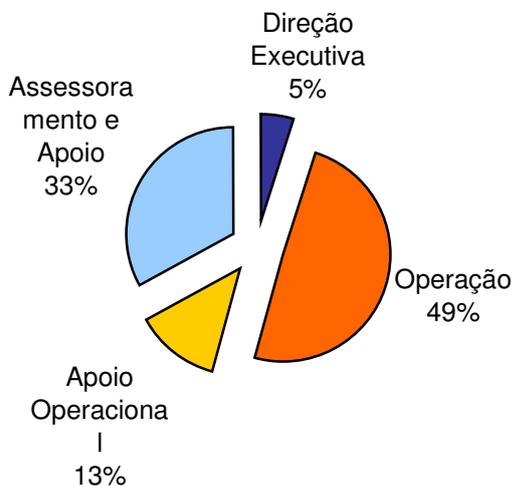
Operação: Articulação Institucional, Planejamento Operacional, Universidades, Institutos Tecnológicos e de Pesquisa, Pequenas Empresas Inovadoras, Investimento, Inovação para a Competividade Empresarial e Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Apoio Operacional: Crédito, Financeira e Captação (Captação, Controles Financeiros Cobrança e Prestação de Contas)

Assessoramento e Apoio: Auditoria, Jurídica, Financeira e Captação (Orçamento, Tesouraria e Contabilidade), Serviços Corporativos e Recursos Humanos

Fonte: FINEP/ARH

Figura 5.7 -Composição do Quadro de Pessoal em atividade, segundo os Grupos de Áreas - Posição Dez/2007



5.4.3 GESTÃO DE PROCESSOS E SISTEMAS

Os principais investimentos na área de sistemas, que fica sob a responsabilidade do Departamento de Sistemas – DSIS, previstos para 2007 foram:

- Investimento em servidores de bancos de dados e de aplicações, previsto desde 2006 e que não havia sido realizado devido a problemas no momento da especificação dos equipamentos para a elaboração do edital de licitação. Para ajudar nesta especificação havia sido contratado um consultor. Foi adquirido apenas um servidor em 2007.
- Aquisição de projetores multimídia (Datashow) também prevista desde 2006 e que não fora realizada porque o valor das licenças ultrapassava o valor previsto para investimento. A decisão foi postergar esse processo para 2007, quando foram adquiridos três sistemas completos de videoconferência e três projetores multimídia, para os escritórios da FINEP no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.
- Aquisição de Laptops que tiveram o processo de licitação iniciado em dezembro de 2006 e até 31 de dezembro de 2007 não foi finalizado.
- Compra das licenças de *software* cuja licitação foi feita em 2006. Houve uma empresa vencedora, mas o contrato foi rescindido porque a mesma não entregou as licenças. Assim sendo, um novo processo de licitação foi iniciado e concluído em 2007.

Buscando sempre manter a FINEP atualizada tecnologicamente em nível de infraestrutura de Tecnologia da Informação foram realizadas, também, as seguintes atividades:

- Contratação da empresa CNC Solutions para prestação dos serviços de impressões e cópias. Os serviços passam a ser geridos totalmente pela empresa contratada. Com o contrato a FINEP passou a ter 54 impressoras que são responsáveis por cerca de 380 mil cópias por ano. Este contrato permitirá a FINEP a ter sempre equipamentos os mais modernos.
- Contratação de empresa especializada Energywork Comércio e Serviços. Eletrônicos Ltda para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos nobreaks e estabilizadores da FINEP.
- Os serviços de telecomunicações para prover conectividade IP entre a rede mundial de computadores (Internet) nos Escritórios da FINEP no Rio de Janeiro e São Paulo passaram a ser prestado pela Rede Nacional de Pesquisas – RNP, com isso a FINEP passa a ter alta disponibilidade do serviço em questão.
- Organização da Infra-estrutura de Rede visando o seu melhor funcionamento e maior segurança. Foram realizados os seguintes serviços: extinção da rede Novell, elaboração de políticas de backup, implantação de políticas de segurança com a implantação de programas de monitoramento e instalação de sistema de inventário de equipamento e programas – CACIC.

Além dos investimentos, a área de sistemas, durante o exercício de 2007, realizou, em parceria com as áreas operacionais, os seguintes trabalhos:

- Desenvolvimento e implantação do módulo Pré-Seleção *on-line* para os projetos candidatos a primeira etapa (pré-seleção) das Chamada da Subvenção Econômica.
- Melhorias no formulário de apresentação de propostas - FAP e módulos de análise dos projetos destinados a segunda etapa da Chamada da Subvenção Econômica.
- Desenvolvimento e implantação dos novos Formulários de Apresentação para Propostas Reembolsáveis (Consulta Prévia- CP e Solicitação de Financiamento-SF).
- Desenvolvimento e implantação do Fluxo de Internalização de Recursos.
- Desenvolvimento e implantação do novo Fluxo de Liberação de Recursos, permitindo maior agilidade no processo de liberação.
- Desenvolvimento e implantação do novo Fluxo de Prestação de Contas Reembolsável.
- Desenvolvimento e implantação do Sistema ADI – Envio de Documentos Institucionais que permite aos clientes FINEP enviar eletronicamente os documentos relacionados à etapa de contratação;
- Desenvolvimento e implantação de aplicação que permite o envio de informações dos contratos administrativos para o Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG. O

SIASG é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades inerentes ao Sistema de Serviços Gerais - SISG, quais sejam: gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos, do qual o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP é órgão central normativo.

- Criação de consultas e geração de relatórios.
- Melhorias contínuas nos módulos do sistema de análise e de acompanhamento financeiro: criação de relatórios gerenciais.

Adicionalmente, encontram-se listadas a seguir, algumas atividades também relevantes realizadas pelo DSIS em 2007:

- Criação de Instrumento Normativo que dispõe sobre o uso do serviço de correio eletrônico na FINEP;
- Capacitação da Equipe de Informática através da participação nos seguintes treinamentos: Curso de formação PMI; ITIL *Foundation*; Curso de Formação *Oracle*; Curso Formação de Gestão de Segurança.

5.4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

No que concerne a investimentos previstos para melhoria das instalações da FINEP em 2007 pode-se listar:

- Projeto de reforma e ocupação de metade do 24º andar, iniciado em 2006 e concluído em 2007. A ocupação do 4º andar, cujas alternativas estavam em estudo em 2006, foi concluída com a transferência da Área de Articulação Institucional -ARTI.
- Substituição de parte do mobiliário da FINEP que era alugada. No final do ano de 2006 foi preparado um processo de licitação, na modalidade de registro de preço. A intenção era substituir os móveis alugados por outros próprios, além da aquisição de mobiliário adicional, considerando a entrada de novos funcionários em função do recente concurso público e da necessidade de adequação do quadro, além da preparação das novas instalações do 4º andar. O processo foi concluído, com a compra de cadeiras, mesas, arquivos volantes e alguns outros itens que se fizeram necessários.
- Melhoria do sistema de ar refrigerado central. Em 2006 foram adquiridos seis equipamentos insufladores de ar, por meio de pregão eletrônico. Para 2007, estava prevista a aquisição de mais 10 equipamentos para suprir toda a necessidade instalada da FINEP no Rio de Janeiro. Em lugar

disso, foram adquiridos apenas alguns equipamentos separados do sistema central, para suprir necessidades específicas em pontos onde o sistema central já não atendia e que tinham necessidade de refrigeração em horários diferentes daqueles operados pelo sistema central do condomínio.

O gerenciamento de contratos administrativos está centralizado no Departamento de Serviços Administrativos – DSAD que, no exercício de 2007, administrou 75 contratos, bem como encerrou 24 contratos.

Dos 50 contratos ativos em 2007, 38 são relativos à prestação de serviços, sendo 29 Termos Aditivos/Contratos Remanescentes e 09 Contratos firmados em 2007. Dos 12 contratos restantes, um é de Comodato, quatro de Aquisições, sendo um de 2007, e oito Locações, onde duas foram firmados em 2007.

Apresenta-se a seguir os demonstrativos de Termos Aditivos/Contratos Remanescentes e de Contratos Novos, respectivamente, segundo as modalidades licitatórias.

Tabela 5.18

Termos Aditivos e Contratos Remanescentes		
Origem	Quantidade	Valor (R\$)
Concorrência	1	4.500.000,00
Dispensa	9	6.675.778,46
Inexigibilidade	12	1.925.305,75
Pregão	16	15.075.738,89
Total	38	28.176.823,10

Fonte: FINEP/ASEC

Tabela 5.19

Contratos Novos		
Origem	Quantidade	Valor (R\$)
Dispensa	4	607.242,27
Pregão	8	4.031.081,58
Total	12	4.638.323,85

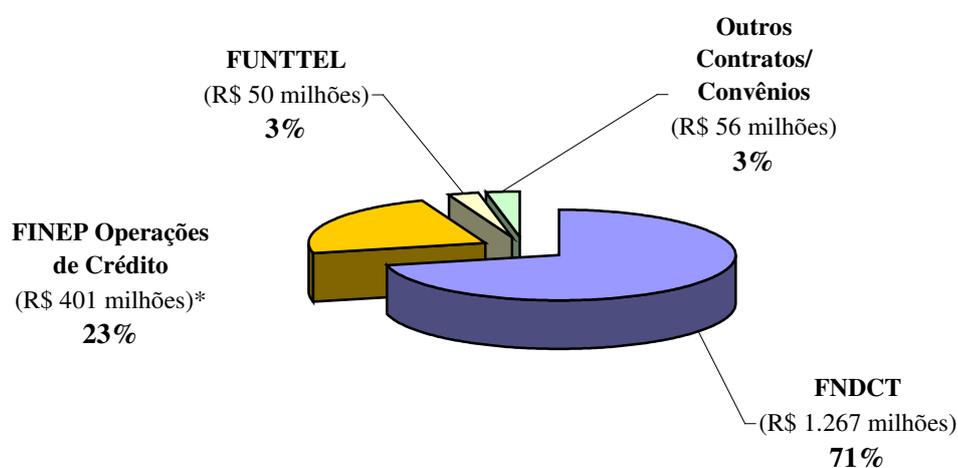
Fonte: FINEP/ASEC

5.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO

5.5.1 MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE RECURSOS

A movimentação de recursos (recursos liberados): FINEP + FNDCT + Outras Fontes foi a maior dos últimos 20 anos, chegando na marca de R\$ 1,8 bilhões.

Figura 5.8 - Movimentação de Recursos em 2007



* Exclui recursos FUNTTEL reembolsável

Fonte: FINEP/APLA

5.5.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERAÇÕES DIRETAS CONTRATADAS

A tabela 5.20 a seguir apresenta o volume de operações de crédito contratadas no período 1994 a 2007.

Tabela 5.20 - Evolução do N° de Operações Diretas Contratadas - 1994- 2007

Ano	N° Operações de Crédito	N° Operações Não Reembolsáveis	Total
1994	109	557	666
1995	203	651	854
1996	204	866	1070
1997	403	798	1201
1998	434	358	792
1999	109	300	409
2000	34	382	416
2001	40	681	721
2002	54	621	675
2003	26	437	463
2004	17	1384	1401
2005	49	1021	1070
2006	67	1211	1278
2007	77	725	802

Nota: Não inclui projetos de investimento

Fonte: FINEP/APLA

5.5.3. ESFORÇO OPERACIONAL TOTAL

Verifica-se na tabela 5.21 abaixo que a FINEP processou cerca de 7.200 operações em 2007.

Tabela 5.21- FINEP - Resumo do Esforço Operacional Total em 2007

Natureza	Oferta	Demanda		Aprovação	
	N° de convocações	N° de projetos	Solicitado R\$ milhões	N° de projetos	Aprovado R\$ milhões
Projetos de pesquisa	211	1.248	1.782,1	528	562,8
Chamadas e Convites	22	1.059	1.456,1	365*	292,8
Encomendas	189	189	326,0	163	270,0
Eventos		66	4,6	56	2,7
Subvenção econômica	9	2.622	4.282,5	330	665,2
Projetos de inovação	1	2.567	4.123,1	306*	526,3
PAPPE	1	17	149,0	16	136,0
Pesquisador na Empresa	7	38	10,4	8	2,9
Operações de Investimento em Fundos					
Venture Foro +Seed Forum	2	368		22**	
Fundos de Investimento (Inovar & Semente)	2	20		3	37,0
Prestação de Contas					
Análise de Prestações de Contas		1927		1.071	
Operações de crédito (Pro-Inovação & Juro Zero)		209	1.639,4	77***	574,8
Prêmio FINEP	1	732		42****	

Notas:

(*)Contempla a aprovação de projetos de chamadas públicas de 2006:
 Chamadas e Convites: De 2006 –116 projetos / de 2007: 249 projetos
 Subvenção: De 2006 – 132 projetos/ de 2007 - 174 projetos

(**) Empresas selecionadas para investimento

(***) Operações contratadas

(****) Entidades premiadas

Fonte: FINEP/APLA

5.5.4 INDICADORES DE EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E ECONOMICIDADE

A eficiência e economicidade da FINEP estão demonstradas através da evolução do número de operações/ recursos avaliados e/ou contratados x número de empregados e/ou custo dos serviços, considerando-se o total do esforço operacional da FINEP em operações de crédito e operações não reembolsáveis.

Nos últimos anos verifica-se que foram crescentes os recursos operados pela empresa (considerando recursos próprios, de terceiros e do FNDCT) e as despesas operacionais (custo dos serviços – apresentados no Balanço da FINEP – Demonstrativo de Resultados –DRE) mantidas proporcionais aos limites estabelecidos. Algumas restrições de recursos para acompanhamento têm sido estabelecidas e gerenciadas, especialmente nos projetos não reembolsável, considerando-se o grande volume de operações em andamento, mas sem prejuízo dos resultados finais de acompanhamento.

Destaca-se, também, que apesar do crescimento do número de operações e de recursos a FINEP manteve o seu quadro de pessoal praticamente sem alteração e as suas despesas operacionais com crescimento necessário e controlado.

Na Tabela 5.22 pode se observar a eficiência do quadro de pessoal com relação ao montante de recursos solicitados examinados por pessoa em 2007, que foi praticamente cinco vezes maior ao operado em 2005, e 1,64 vez maior que o de 2006.

Tabela 5.22 - Evolução do montante de recursos examinado por pessoa 2005-2007

Ano	Quadro de Pessoal	Operações Analisadas		R\$ milhões/ pessoa
		Nº (*)	Valor (R\$milhões)	
2005	534	3.743	1.806	3,38
2006	531	5.285	4.670	8,79
2007	537	4.533	7.709	14,36

Nota:(*) não inclui operações de prestação de contas e Prêmio FINEP

Fonte: FINEP/APLA

Na Tabela 5.23 fez-se uma comparação em relação a 2005 da evolução dos custos dos serviços em relação ao volume de recursos analisados, o que permite avaliar o crescimento progressivo da economicidade dos serviços. Por essa ótica, em 2007 a operação da FINEP foi 248% mais econômica do que em 2005.

Tabela 5.23 - Economicidade dos Serviços

Ano	Volume de Recursos Analisados R\$ milhões (V)	Custo dos Serviços R\$ milhões (C)	Economicidade dos Serviços em Relação a 2005 (E)
2005	1.806	84,4	100
2006	4.670	86,7	252
2007	7.709	103,6	348

Nota:

$$E = (V/C) * 100 / (V_{2005}/C_{2005})$$

Fonte: FINEP/APLA

A eficácia da FINEP pode ser verificada nos resultados apresentados por ação no item 4 dos Relatórios de Gestão da FINEP e FNDCT.

5.5.5 AVALIAÇÃO DO PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

▪ Evolução do Disponível da FINEP

Os valores disponíveis na FINEP, em sua maior parte são valores que não pertencem a ela e estão reservados para finalidades específicas. Dentre esses há:

- Recursos do FNDCT depositados em garantia da concessão do benefício de equalização de taxa de juros a empresas financiadas, ao longo do período de cobrança das operações de crédito correspondentes: R\$ 85,1 milhões;
- Recursos do FNDCT depositados para aplicação em aquisição de quotas de fundos de investimento em empresas emergentes: R\$ 43,3 milhões;
- Recursos do FNDCT depositados para formação de um fundo de garantia de liquidez para utilização conjunta com os fundos de investimentos em empresas emergentes: R\$ 2,7 milhões;
- Fundo de reserva de participantes do Programa Juro Zero: R\$ 0,8 milhões;
- Recursos do Sebrae depositados em garantia de operações antigas com micro e pequenas empresas: R\$ 0,2 milhões.

Tabela 5.24
Evolução das Disponibilidades (R\$ milhões)

	2005	2006	2007
Disponível Bruto	323,7	449,7	690,2
Recursos de terceiros	126,8	148,3	132,1
Recursos captados a liberar	50,0	97,3	95,1
Saldo disponível livre	146,9	204,1	463,0

Fonte: FINEP/AFC

A principal finalidade do saldo disponível livre é servir de lastro de segurança para as flutuações do fluxo de caixa em função da incerteza quanto ao fluxo de captações de recursos para fazer frente às liberações dos financiamentos, necessidade de manter os pagamentos às fontes mesmo no caso de ocorrência de inadimplência, manutenção dos pagamentos dos gastos fixos, como pessoal e encargos, aluguéis e serviços contratados, mesmo em caso de quebra na expectativa de receitas.

A posição de disponibilidade livre de caixa da empresa, neste momento, é bastante confortável, pois é suficiente para garantir o pagamento de 40% do total geral de dispêndios programados no PDG para 2008, ou aproximadamente cinco meses de gastos totais, considerando-se a distribuição dos dispêndios no tempo de forma linear.

▪ Distribuição Consolidada das Principais Receitas

Tabela 5.25 - Distribuição Consolidada das Principais Receitas

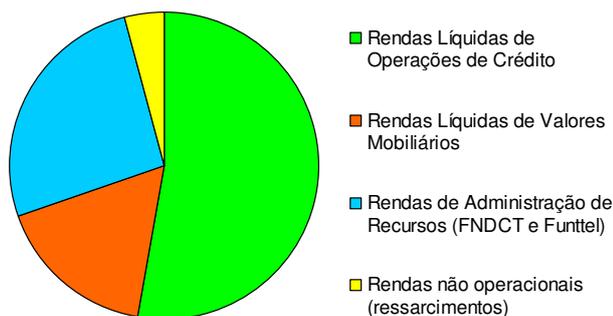
Item de Receita	Valor	Valor	% de	% de variação	Previsão para 2008
	Executado em 2006	Executado em 2007	execução	sobre 2006	
Rendas de Operações de Crédito	125,3	141,7	69,0%	13,1%	212,1
<i>Carteira em Cobrança</i>	94,5	135,3	78,4	43,2%	212,1
<i>Juros Capitalizados</i>	30,8	6,4	19,6	-79,2%	-
Renda de Valores Mobiliários Bruta	30,7	39,1	88,6%	27,3%	53,5
<i>Crédito de Juros aos Depósitos de Terceiros</i>	16,0	17,1	61,1%	6,9%	38,0
Resultado de Inversões Financeiras	7,6	-	-	N.A.	-
Taxas de Administração	23,5	34,6	105,6%	47,2%	39,0
Receitas não Operacionais	7,2	5,3	67,1%	-26,4%	9,0
Total	194,3	220,7	76,1%	13,6%	313,6

Obs. Nos totais não foram deduzidos os créditos de juros aos depósitos de terceiros para facilitar a comparação com os quadros do PDG, pois lá esses créditos estão compondo as despesas correntes.

Fonte: FINEP/AFC

Figura 5.9

**Distribuição da Geração de Caixa
 Por Tipo de Renda**



Fonte: FINEP/AFC

▪ **Distribuição Consolidada dos Principais Itens de Dispendios**

Tabela 5.26 – Distribuição Consolidada dos Principais Itens de Dispendios

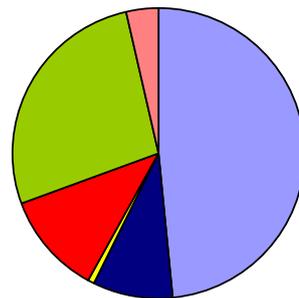
Item de Dispendio	Valor Executado em 2006	Valor Executado em 2007	% de execução	% de variação sobre 2006	Previsão para 2008
Pessoal e Encargos Sociais	68,9	74,8	93,0%	8,5%	80,6
Serviços de Terceiros	14,6	13,8	79,2%	-5,5%	17,7
Utilidades e Serviços	1,5	1,4	86,1%	-6,6%	1,6
Tributos e Encargos Parafiscais	16,7	17,4	97,6%	4,2%	18,1
Encargos Financeiros	35,1	41,7	73,8%	18,8%	56,5
Outros Dispendios Correntes	6,4	5,6	86,8%	-12,5%	6,4
Total	143,2	154,8	85,8%	11,2%	180,9

Fonte: FINEP/AFC

Na tabela acima, percebe-se que o mais baixo percentual de execução foi o do pagamento de encargos financeiros. Por outro lado, a atividade de concessão de crédito também ficou muito abaixo do previsto, com liberações de financiamentos de R\$ 401,2 milhões, apenas 59,5% da meta prevista, que era de R\$ 674,8 milhões. O outro extremo, o maior percentual de execução foi o dos tributos, com 97,6%, devido ao aumento da CSSL.

Figura 5.10

**Distribuição dos Principais Itens de Dispendio em
2007**



- Pessoal e Encargos Sociais
- Serviços de Terceiros
- Utilidades e Serviços
- Tributos e Encargos Parafiscais
- Encargos Financeiros
- Outros Dispendios Correntes

Fonte: FINEP/AFC

6 Previdência Complementar Patrocinada

Durante o período de 2007, a Fundação da Previdência Complementar dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq registrou no Plano de Previdência Complementar - PPC as seguintes operações:

- Concessão de uma Aposentadoria por Tempo de Serviço, uma por Invalidez e seis Pensões;
- Concedidos sete Pecúlios por Morte;
- Concessão de 36 Auxílios Doença;
- Benefícios extintos: seis Aposentadorias por Tempo de Serviço, duas por Idade, duas por Invalidez, quatro Pensões por Morte e trinta e três Auxílios Doença;
- Realização de 18 novas adesões e 4 cancelamentos de inscrição a pedido por motivo de desligamento da Patrocinadora, um cancelamento de Autofinanciado por inadimplência e um Autofinanciado a pedido;
- Devolução de 14 reservas individuais (três cancelados em 2007 e onze referentes à reserva retida de anos anteriores).

As Receitas Previdenciárias⁷ do PPC⁸ somaram no período R\$ 5.757.863,60, enquanto que as Despesas Previdenciárias⁹, em dezembro de 2007, alcançaram R\$ 9.598.665,05.

Na área financeira, deve ser destacado que as aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas alcançaram uma rentabilidade de 17,74% em 2007, com as aplicações em renda fixa rendendo 12,39% e em renda variável 37,82%. A expectativa atuarial para esse mesmo período foi de 10,42%. Logo, a gestão financeira da FIPECq superou a meta atuarial em 70,25%.

⁷ As receitas previdenciárias são formadas pelas contribuições do PPC - Plano de Previdência Complementar (participante + Patrocinadora)

⁸ Plano de Previdência Complementar

⁹ Os custos previdenciários correspondem aos pagamentos de benefícios + devolução de reserva de poupança

Tabela 6.1: DEMONSTRATIVO ANUAL
- FIPECQ - CNPJ 00 529 958/0001-74

	R\$
1) Valor total da Folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	<u>36.630.511,24</u>
2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	<u>2.547.581,49</u>
2.1) Contribuição Participante	2.436.001,09
2.2) Jóia	111.580,40
3) Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	<u>2.452.059,34</u>
3.1) Contribuição Patronal	2.436.918,25
3.2) Contribuição Relativa ao PDA	0,00
3.3) Rateio/FIPECq	15.141,09
4) Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	<u>3.484.911,82</u>
4.1) Empréstimos de Participantes	3.484.911,82
5) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	<u>645.116.224,41</u>
5.1) Renda Fixa	396.132.637,91
5.2) Renda Variável	195.640.123,71
5.3) Investimentos Imobiliários	3.762.391,08
5.4) Operações com Participantes	45.785.396,30
5.5) Outros Realizáveis	3.795.675,41
Aplicações efetuadas em conformidade ao estabelecido na Resolução nº. 3.456 de 10.06.2007 do Conselho Monetário Nacional – CMN.	

Observações:

- Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, constituem-se em empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à fundação, descontados em Folha de pagamento pela Patrocinadora.
- Item 5 – Aplicações Financeiras do Plano de Previdência Complementar – PPC
- A manifestação da Secretária de Previdência Complementar deverá ser emitida após análise do balanço.
- O parecer da Auditoria Independente, juntamente com o Balanço, encontra-se disponível na Patrocinadora.

7 Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

Ver Ação 0743 - Subvenção Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA (CT-VERDE AMARELO - Lei nº 10.332/01)/ Programa 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE) – Relatório de Gestão FINEP 2007 –FNDCT.

8 Operações de Fundos

Encontra-se apresentado no Relatório de Gestão FINEP 2007 – FNDCT.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Relatório de Gestão FINEP 2007

FNDCT

SUMÁRIO – Relatório de Gestão 2007 - FNDCT

1	Identificação	85
2	Responsabilidades Institucionais	86
3	Estratégia de Atuação	90
4	Gestão de Programas e Ações	92
5	Desempenho Operacional	145
5.1	Execução Orçamentária e Financeira do FNDCT	145
5.2	Transferências Efetuadas à FINEP através de PTF's	155
5.3	Esforço Operacional do FNDCT	156
5.3.1	Esforço de Seleção, Análise e Contratação	156
5.3.2	Esforço de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas	158
6	Previdência Complementar Patrocinada	161
7	Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	161
8	Operações do FNDCT	162
8.1	Execução do FNDCT por Região do País	162
8.2	Avaliação Crítica de Resultados	163
8.3	Relação dos Convênios Contratados no Exercício de 2007	163

1 Identificação

Tabela 1.2 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP / Secretaria Executiva do FNDCT	
Natureza jurídica	Empresa Pública de Direito Privado	
Vinculação ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Competências: Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ;	
CNPJ	Órgão 24.901-CNPJ 08.804.832/0001-72	
Nome e código no SIAFI	FNDCT 240901	
Código da UJ titular do Relatório		
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Endereço completo da sede	SCN - Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 CEP 70712-903 - Brasília – DF	
Endereço do Escritório Central	Praia Do Flamengo, 200 - 13º andar CEP 22210-030 -Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2555-0330 Fac-símile: 2557-8100	
Endereço da página institucional na internet	www.finep.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Fundos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UG FNDCT	Código: 240901

2 Responsabilidades Institucionais

Em 31 de julho de 1969, através do Decreto-lei nº 719, o Governo Federal instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, destinado a financiar a expansão e consolidação do sistema de Ciência e Tecnologia do País. A FINEP, criada em 24 de julho de 1967 pelo decreto nº 61.056, passou a ser a Secretaria Executiva do FNDCT em 15 de março de 1971.

A FINEP, como Secretaria Executiva do FNDCT, a partir de 1999, assumiu a administração dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia que estavam sendo lançados do âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Os Fundos foram criados na perspectiva de serem fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o País. Suas receitas provêm de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos e/ou a transferência de tecnologia do exterior.

Atualmente, são dezesseis os Fundos Setoriais constituídos, sendo quatorze relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infra-estrutura de instituições de pesquisa – Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs (Infra-estrutura). À exceção do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), gerido pelo Ministério das Comunicações, os recursos dos demais Fundos são alocados no FNDCT e administrados pela FINEP, na qualidade de sua Secretaria Executiva. São eles: Fundo para o Setor Aeronáutico (CT-Aero); para o Setor de Agronegócios (CT-Agro); de Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na Região Amazônica (CT-Amazônia); para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário); Setorial de Biotecnologia (CT- Biotec); Setorial de Energia (CT-Energ); Setorial de Atividades Espaciais (CT-Espacial); Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro); Setorial de Tecnologia da Informação (CT-Info); Setorial de Recursos Minerais (CT-Mineral); Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro); Setorial de Saúde (CT-Saúde); Setorial de Transportes Terrestres (CT-Transporte); de Infra-Estrutura (CT-Infra); e de Integração Universidade-Empresa (Verde-Amarelo - FVA).

A partir de 2004, com objetivo de possibilitar ampla participação de setores da sociedade no processo de tomada de decisão, o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT estabeleceu um processo de planejamento e de definição de ações de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) de forma compartilhada, norteado pelas prioridades explicitadas na Política Industrial, Tecnológica e de

Comércio Exterior - PITCE e nas ações transversais que compõem a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Neste novo modelo de gestão, foi efetivado o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF. O CCF é integrado pelos presidentes de cada Comitê Gestor - CG, pelos presidentes das agências do MCT - FINEP e CNPq - e presidido pelo Ministro da Ciência e Tecnologia. Essa configuração será alterada com a Lei 11.540/2007 que regulamenta o FNDCT, conforme será apresentado no item 3 deste relatório.

Nos últimos anos a FINEP vem operando orçamentos crescentes, quebrando recordes sucessivos em sua estória. A movimentação de recursos do FNDCT em 2007 (orçamento comprometido) atingiu a marca de R\$ 1,5 bilhão, conforme exposto na figura 2.3.

A execução financeira em 2007, também foi recorde, alcançando R\$ 1,3 bilhão, 70% superior a de 2006 (vide figura 2.5).

Dentre os principais resultados alcançados em 2007 pela FINEP, como Secretaria Executiva do FNDCT, destacam-se os apresentados a seguir.

De forma resumida, as principais realizações e resultados da FINEP – SECRETARIA EXECUTIVA DO FNDCT em 2007 foram:

▪ Ampliação da execução orçamentária do FNDCT

➤ Conforme Tabela 5.22 o orçamento comprometido do FNDCT passou de R\$ 1.017,6 milhões em 2006 para R\$ 1.483,1 milhões em 2007, representando um crescimento de 45,8%. Este aumento de recursos foi quase plenamente absorvido permitindo uma execução orçamentária de 98,9% em relação ao limite de empenho estabelecido.

▪ Processamento de Solicitações de Financiamento

➤ A FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, recebeu e processou cerca de 3.936 solicitações de financiamento, sendo 1.248 projetos de pesquisa, 2.622 projetos de subvenção econômica e 66 solicitações de apoio a eventos de C,T&I. (vide tabela 5.28).

▪ Gestão participativa da FINEP nos fundos setoriais e nas ações transversais e verticais

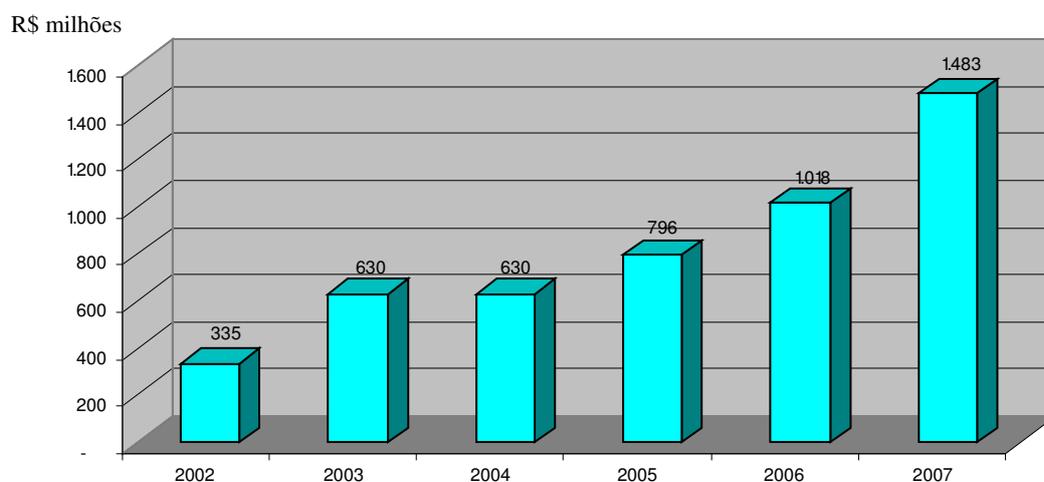
➤ Participação ativa da FINEP no Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais - CCF que aprova o Plano de Investimento em Ações Transversais¹⁰ e nos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais – CG,

¹⁰ Ações Transversais são aquelas que são apoiadas por mais de um fundo setorial.

que aprova o Plano de Investimento das Ações Verticais¹¹.

- Intensa participação da comunidade científica e tecnológica na seleção e avaliação de solicitações de financiamento (comitês de avaliação das Chamadas Públicas e Convites).

Figura 2.3 : FNDCT – Evolução do Comprometimento Orçamentário 2002 - 2007

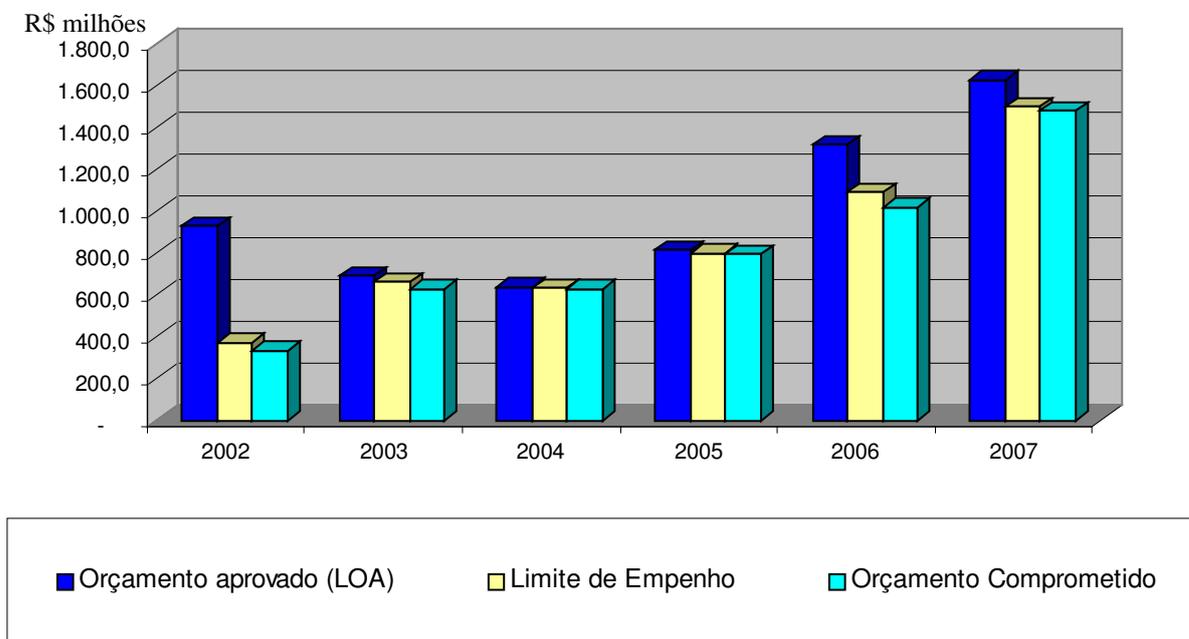


Nota: Em 2007 não estão incluídos os empréstimos à FINEP com recursos sob a supervisão do FNDCT (Ações OA37 e 0410 da UO 74910)

Fonte: FINEP/APLA

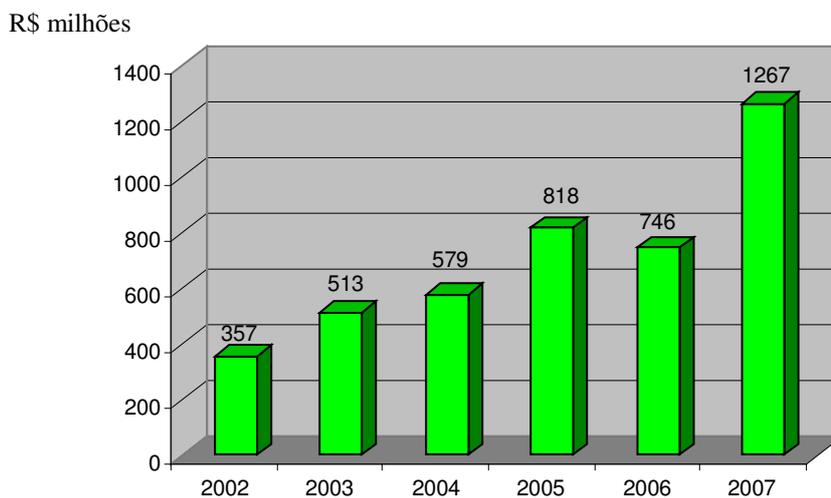
¹¹ Ações Verticais são apoiadas por apenas um fundo setorial.

Figura 2.4: FNDCT – Orçamento Autorizado x Comprometido 2002 - 2007



Fonte: FINEP/APLA

Figura 2.5 : FNDCT – Evolução da Execução Financeira 2002 - 2007



Nota: Em 2007, não estão incluídos recursos da UO 74910 nem recursos recebidos de outros órgãos/unidades

Fonte: FINEP/APLA

3 Estratégia de Atuação

A gestão dos recursos do FNDCT / Fundos Setoriais, realizada pela FINEP, sua Secretaria Executiva, é orientada pelas decisões do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF presidido pelo Secretário Executivo do MCT e composto pelos presidentes das agências FINEP e CNPq e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais CG que definem um conjunto de Ações Transversais e Verticais a serem implementados ao longo do ano, visando articular e integrar as atividades e recursos dos Fundos Setoriais.

As Ações Transversais e Verticais são realizadas através de Chamadas Públicas e Cartas - Convite para apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem executados por Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's); e as Encomendas de apoio à infra-estrutura, estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento, têm seus termos de referência e instituição executora definidos pelo CCF e/ou CG.

O projeto de lei (PL) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), aprovado em 18 de outubro no Senado Federal e sancionado no dia 12 de novembro pelo Presidente da República, converteu-se na Lei 11.540/2007, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 13 de novembro de 2007.

A regulamentação do FNDCT estabelece a criação do Conselho Diretor do Fundo formado por representantes do governo, da academia, das empresas e dos trabalhadores da área de ciência e tecnologia. Esse Conselho é responsável por definir as políticas, diretrizes e normas para o uso do dinheiro do Fundo; aprovar o regimento interno do FNDCT; recomendar a realização de estudos para subsidiar estratégias e políticas para aplicação dos recursos; e acompanhar a aplicação e os resultados das ações apoiadas pelo FNDCT.

Além da criação do Conselho Diretor, está também a formalização das ações transversais cujos recursos passam a ser desvinculados a quaisquer dos setores geradores de receita para os fundos setoriais. As leis que regulamentam cada fundo setorial vinculam a aplicação dos respectivos recursos a ações na área de origem do recurso.

Com a criação do Conselho Diretor serão três os órgãos que passam a exercer influência na aplicação dos recursos do FNDCT. O próprio Conselho; o Comitê de Coordenação dos Fundos, formado pelos presidentes da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de cada um dos Comitês Gestores dos fundos (todos do MCT); e os próprios Comitês Gestores, que têm representação do governo, da academia e

das empresas. O Conselho terá o papel de direcionar, dar uma visão mais estratégica para o Fundo e referendar o Plano de Investimento dos recursos do FNDCT. Os comitês gestores têm um papel de definir a aplicação dos recursos relacionados aos respectivos Fundos Setoriais. Cabe a FINEP o papel de execução e acompanhamento das ações.

4 Gestão de Programas e Ações

A FINEP participou em 2007, como entidade executora, de 26 ações de 4 (quatro) programas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal geridos pelo MCT. Esses programas e ações são enumerados a seguir:

- **Programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
 - Ação 2095 - Fomento a projetos de implantação e recuperação da infra-estrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-Infra).
 - Ação 4148 - Apoio a Entidades para Promoção de Eventos para Popularização da Ciência.
 - Ação 4947 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia.
- **Programa 0471 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL**
 - Ação 0862 - Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social.
 - Ação 6702 - Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
- **Programa 1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA**
 - Ação 2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)
- **Programa 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)**
 - Ação 2113 - Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
 - Ação 2119 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)
 - Ação 2191 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)
 - Ação 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)
 - Ação 4053 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)
 - Ação 8563 - Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário)
 - Ação 2189 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)
 - Ação 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás

Natural (CT-Petro)

- Ação 6225 - Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia
- Ação 2997 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)
- Ação 4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)
- Ação 4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazonia)
- Ação 4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)
- Ação 6214 - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas Áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica
- Ação 6830 - Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina.
- Ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico
- Ação 0743 - Subvenção Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA (CT-Verde Amarelo - Lei nº 10.332/01)
- Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
- Ação 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (CT-Verde Amarelo)
- Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez (CT-Verde Amarelo - Lei nº 10.332, de 2001)
- Ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
- Ação 0410- Financiamento de Projetos de Pesquisa por meio da FINEP
- **Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica** – é uma iniciativa da FINEP para incentivar a inovação tecnológica nas empresas compatível com os objetivos do Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Todas as ações que são implementadas através de **operações não reembolsáveis**, efetuadas com recursos empenhados diretamente do FNDCT, se encontram apresentadas neste **Relatório de Gestão FINEP 2007- FNDCT**.

Encontram-se apresentadas no **Relatório de Gestão FINEP 2007 - FINEP** as ações especiais **0741, 0745, 0748, 0A37 e 0410 do Programa 1388**, que são implementadas através de **operações reembolsáveis, operações de capital de risco e o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica**.

- A ação 0741 é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a FINEP, cujo valor em 2007 foi de R\$ 77,1 milhões.
- A ação 0745 é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a FINEP, cujo valor em 2007 foi de R\$ 37 milhões.
- A ação 0748 é realizada através de repasse de recursos do FNDCT/CT-Verde Amarelo para a FINEP, cujo valor em 2007 foi de R\$ 3, 1 milhões.
- A ação 0A37 é referente à aplicação de recursos oriundos de empréstimos de longo prazo do FNDCT efetuado à empresa FINEP para o financiamento reembolsável de projetos. O valor do empréstimo repassado à FINEP em 2007 foi de R\$ 38 milhões.
- A ação 0410 é referente à aplicação de recursos oriundos de empréstimos de longo prazo do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND efetuado à empresa FINEP para o financiamento reembolsável de projetos. O valor do empréstimo repassado à FINEP em 2007 foi de R\$ 120,0 milhões.
- O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica é parcialmente suportado financeiramente por recursos de despesas operacionais do CT- Verde Amarelo, aprovados pelo seu Comitê Gestor na sua origem.

Observações:

1 O conceito adotado para a informação sobre metas físicas realizadas foi o da contagem do número de projetos contratados em 2007 com empenho realizado no orçamento de 2007, mais os projetos contratados em exercícios anteriores e que empenharam recursos do exercício de 2007. Destaca-se que o modelo de funcionamento das Ações Transversais, no qual um projeto recebe recursos de mais de uma fonte, admite a contagem de um mesmo projeto em mais de uma ação (fonte de recursos).

2 O FNDCT é uma unidade orçamentária fiscal de natureza contábil que tem seus recursos executados diretamente por sua secretaria executiva, a FINEP. Seus recursos também podem ser empenhados em nome da FINEP como Agência Financeira ou repassados ao CNPq, através de destaques orçamentários. Em 2007 a FINEP repassou para o CNPq o montante de R\$ 226,9 milhões.

3 Parte das informações constantes deste anexo já foi disponibilizada através do Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SIG-MCT). No entanto, para efeito deste Relatório de Gestão,

algumas vezes foram acrescentadas informações através de gráficos e figuras de forma a melhor ilustrar os resultados das ações.

4 Em 2007, as ações de capacitação de recursos humanos (2027- CT-Espacial, 2209 – CT-Hidro, 2067 – CT-Aero, 2093 – CT-Agro, 2097 – CT-Verde Amarelo, 2115 – CT-Mineral, 2193 – CT-Transporte, 8561 – CT-Aquaviário, 2187 – CT-Energ, 2995 – CT-Petro, 4007 – CT-Saúde, 4039 – CT- Biotecnologia, 2199 – CT-Info) foram extintas e os recursos incorporados às ações de fomento à projeto (2223 – CT-Hidro, 4053 – CT-Aero, 4043 – CT-Agro, 2113 – CT-Verde Amarelo, 2119– CT-Mineral, 2191 – CT-Transporte, 8563 – CT-Aquaviário, 2189 – CT-Energ, 4156 – CT-Petro, 2997 – CT-Saúde, 4031– CT- Biotecnologia, 4185 – CT-Info).

5 Em decorrência das alterações explicitadas no item anterior houve um equívoco na previsão das metas dessas ações na LOA para 2007, pois foram somadas às metas dessas ações de fomento, cujo indicador é nº de projetos, o nº de pessoal capacitado, gerando um indicador inconsistente. Desta forma os resultados realizados em 2007 apresentados para essas ações constarão como se não tivessem atingido as respectivas metas.

Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação 2095 – Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)

Tabela 4.14 - Dados Gerais da Ação 2095

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a melhoria da infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.
Descrição	Financiamento de projetos para implantação, recuperação e modernização da infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades – AUNI e Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa - AITP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Celso Alves da Cruz

Base legal: art. 218, CF; Decreto-lei n.º 719/69; Decreto 3.807/01; Leis n.º 8.172/91, n.º 10.197/01 e n.º 10.201/01.

No âmbito da ação “Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)”, destaca-se em 2007 a operacionalização da Chamada Pública PROINFRA 01/2006, através da qual foram concedidos recursos no valor global de R\$ 149,6 milhões para execução de projetos de implantação, modernização e recuperação de infra-estrutura de pesquisa em 117 instituições públicas de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. Do total de recursos aplicados nessa Chamada Pública, 35,7% foram destinados a projetos de instituições das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabe mencionar também a participação do CT-Infra no financiamento de projetos aprovados no âmbito das Ações Transversais implementadas pela FINEP em 2007, como a Chamada Pública Campi Regionais 03/2007, no valor de R\$ 30 milhões, na qual foram aprovadas 37 projetos tendo como objetivo a implantação de infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nos Campi Regionais das Universidades Federais.

Dentre as demais Ações Transversais que contaram com recursos do CT-Infra vale destacar o apoio à: infra-estrutura das Unidades de Pesquisa do MCT; continuidade da implementação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP); aquisição de supercomputadores para a Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Globais; e a projetos dos Programas Espacial e de Cooperação na Área de Defesa.

Registra-se ainda em 2007 a destinação de recursos do CT-Infra para pagamento de parcelas de 153 convênios das Chamadas e Encomendas que já se encontravam em andamento desde os exercícios anteriores.

Tabela 4.15 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	215	220	102

Em 2007 foi realizada uma avaliação dos resultados dos investimentos em infra-estrutura institucional de pesquisa para uma amostra das 51 instituições que receberam os maiores aportes de recursos concedidos pelo CT-Infra, compreendendo 83,5% do valor total aplicado até 2006.

A análise dos questionários enviados a essas instituições mostrou que, apesar do significativo número de projetos que ainda se encontra em execução e, conseqüentemente, da pequena parcela da nova infra-estrutura que já está efetivamente disponível para utilização plena pelos pesquisadores, os resultados podem ser considerados bastante expressivos.

Verifica-se, assim, que mais de 78% das instituições informaram a ocorrência de algum impacto positivo em todos os indicadores de resultados adotados, com destaque para a consolidação de linhas de pesquisa e de cursos de pós-graduação, que atingiram 90% da amostra.

Além desses resultados, foi destacada com grande ênfase pela quase totalidade das instituições a importância da seqüência dos Editais e Chamadas Públicas lançados pelo CT-Infra desde 2001, devido à regularidade dos aportes de recursos disponibilizados, que tem propiciado o planejamento de médio e longo prazos dos investimentos em infra-estrutura de pesquisa.

Ação 4148 - Apoio a Entidades para Promoção de Eventos para Popularização da Ciência

Tabela 4.16 – Dados Gerais da Ação 4148

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a realização de congressos e seminários técnicos e científicos, para difusão do conhecimento gerado nas novas pesquisas.
Descrição	Concessão de apoio financeiro a congressos, seminários e outros eventos em C&T selecionados, incluindo negociação com as instituições realizadoras quanto a temas, programação, divulgação e demais desdobramentos, tais como impressão e distribuição de anais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social - ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Ricardo Gatass

Base legal: art. 218, CF; Decreto-Lei 719/69.

Esta ação tem a finalidade de apoiar a realização de congressos e seminários técnicos e científicos, para difusão do conhecimento gerado nas novas pesquisas. Na FINEP, essa ação está sendo composta por Chamadas Públicas ou mesmo por Demanda Espontânea, tendo em vista a tradição dessa modalidade de apoio; as Chamadas são realizadas periodicamente, conforme avaliação da Diretoria da empresa.

Em 2007, foram apoiados diretamente pela FINEP 43 eventos de todas as áreas do conhecimento priorizando aqueles de caráter nacional e internacional e periodicidade regular, tendo sido liberado cerca de R\$ 2 milhões. Desses, quatro eventos, apesar de contratados em 2007 tiveram sua liberação de recursos programada para 2008.

Em 2007, a FINEP, em atividade de parceria com o CNPq para apoio a eventos, transferiu recursos da ordem de R\$ 460 mil para aquela instituição para a mesma atividade, que apoiou 24 eventos.

Tabela 4.17 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Evento Apoiado	70	67	96 %

Ação 4947 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

Tabela 4.18 - Dados Gerais da Ação 4947

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.
Descrição	Financiamento a projetos de pesquisa básica e aplicada, em diversas áreas de conhecimento, realizados por universidades e centros de pesquisa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades - AUNI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Ricardo Gatass

Base legal: Decreto Lei 719/69.

Esta ação visa apoiar a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País, bem como suprir lacunas do conhecimento, de forma a permitir sua inserção competitiva no cenário internacional.

Em 2007, foram apoiados nesta ação 105 projetos, no montante de R\$ 24,85 milhões relacionados a temas variados sobre conhecimentos científicos em áreas estratégicas, como dos quais destacamos os projetos apoiados através do Programa de Promoção e Valorização das Engenharias – PROMOVE, o projeto de utilização de células-tronco para tratamento da epilepsia, pesquisa em ciências sociais, pesquisa na área de habitação popular – Programa Habitare, entre outros.

Tabela 4.19 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	30	105	350%

O realizado foi muito acima da meta prevista para 2007, assim como já havia ocorrido no exercício anterior, quando a meta foi 155% superior. Este fato foi devido à utilização de recursos desta ação na

promoção de quatro Chamadas Públicas aprovadas em 2006, porém com efeitos orçamentários no exercício de 2007: PROMOVE 05 e 06, HABITARE 01 e Ciências Sociais 04. Os projetos recomendados nessas chamadas foram de valor mais baixo que o esperado, o que possibilitou a aprovação de um maior número de projetos, superando a meta estabelecida.

Programa 0471 – Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social

Ação 0862 - Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social

Tabela 4.20 - Dados gerais da ação

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Identificar e articular as demandas locais, territoriais e regionais de alternativas tecnológicas, visando ao apoio e financiamento de pesquisa, inovação e extensão que contribuam para inserção social e econômica das populações mais vulnerabilizadas pela pobreza no processo de desenvolvimento e redução de desigualdades regionais.
Descrição	Implantação de projetos que contemplem avanços sociais, a partir do financiamento de pesquisas, projetos-piloto e empreendimentos de grupos e entidades não-governamentais, parcerias entre universidades e outras organizações. Consolidação de iniciativas potenciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social - ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Não cadastrado

Base legal: Lei 1.808/96 e alterações.

Esta ação é dedicada a um conjunto de projetos que tem por objetivo financiar pesquisas e inovações que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais.

A maioria dos projetos apoiados nesta ação em 2007 decorre do resultado da Chamada Pública de Ciência e Tecnologia para o Esporte 01/2006 que teve como foco o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas à promoção do Esporte e Lazer como instrumento de desenvolvimento social e ainda o Fortalecimento das Redes CENESP (Centro de Excelência Esportiva) e CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer). Esses nove projetos foram contratados em 2006, mas tiveram desembolso de R\$ 880 mil em 2007.

Chamada Pública para Jogos Eletrônicos Educacionais realizada em 2006, em parceria com o Ministério da Educação, e Ciência e Tecnologia para o Esporte em parceria com o Ministério dos Esportes teve um projeto contratado em 2007, e desembolso de R\$ 104 mil.

A Chamada Pública de Jogos Eletrônicos Educacionais 02/2006 teve como foco projetos de pesquisa para a produção e disseminação de jogos eletrônicos educacionais e simuladores voltados para o ensino fundamental (incluindo educação indígena e educação de jovens e adultos) e o ensino médio, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas seguintes áreas: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, e Preservação de Culturas Tradicionais.

A Chamada Pública HABITARE 01/2006, em parceria da Caixa Econômica Federal, teve como objetivo principal desenvolver instrumentos gerenciais que contribuam para a melhoria da eficácia dos processos de projeto e de produção de habitações de interesse social. Para esse projeto foi liberado R\$ 121 mil em 2007.

A encomenda vertical para o projeto de Suporte a Inclusão Social de Jovens Adultos Vinculados ao Sistema de Educação Especial do Município do Rio de Janeiro tem o objetivo geral de desenvolver um estudo piloto destinado a adaptar à realidade brasileira processos/tecnologias inovadoras, bem sucedidos nos Estados Unidos e na Europa, de suporte a inclusão social de pessoas com deficiência. As ações estarão voltadas principalmente para pessoas com deficiência mental e/ou doença mental (PPD) e estarão fundamentadas em conhecimento científico atualizado e nas melhores práticas da experiência nacional e internacional. Foi contratada em 2007 no valor total de R\$ 650 mil, tendo sido liberado em 2007 R\$ 350 mil.

A encomenda ação transversal para o Projeto Museu Viva Olinda! cujo objetivo é o desenvolvimento de uma solução tecnológica que complementa a infra-estrutura necessária à atração, recepção e apoio ao turista de Olinda. Essa solução é composta por um conjunto de aplicações, acessíveis através da internet, de handhelds (Palms ou Pocket PCs) e de celulares, com múltiplas possibilidades de transmissão de conteúdo seja pela própria Internet ou por interfaces wireless presentes nos handhelds e também em celulares, foi contratada em 2007 pelo valor de R\$ 667,6 mil e integralmente paga.

Tabela 4.21 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	9	13	144,4%

Os projetos apoiados em 2007 apresentaram valores médios inferiores ao previsto, que é característico na área de C & T para o desenvolvimento social, o que propiciou o financiamento de mais quatro projetos recomendados além da meta prevista.

Ação 6702 - Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Tabela 4.22 - Dados Gerais da Ação 6702

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar o uso e a difusão dos conteúdos e aplicações da CT&I em ações de inclusão social e redução das desigualdades sociais. Promoção de ações de política inclusiva, que estimulem o aumento da participação na CT&I dos diversos setores sociais, objetivando principalmente, a difusão e popularização de C&T e desenvolvendo atividades que estimule, os jovens de todas as camadas sociais, para carreiras científicas e tecnológicas.
Descrição	Apoio a projetos com o objetivo de contribuir para: o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I no mundo moderno; um conhecimento científico-tecnológico geral mais aprofundado; a valorização e estímulo da capacidade criativa e de inovação; um entendimento por parte do cidadão do funcionamento do aparato científico-tecnológico, inclusive de seus vínculos e limitações. Promoção de maior interação entre a ciência, a cultura e arte, buscando uma aproximação maior da C&T com o cotidiano das pessoas e a valorização do aspecto cultural e humanístico da ciência. Articulação e apoio a implementação de novos centros e museus de ciência e tecnologia. Estímulo a difusão e a popularização da ciência e da tecnologia, com apoio governamental a atividades, eventos e encontros voltados para a popularização da ciência, como por exemplo, as Olimpíadas de Ciências, a Semana Nacional da Ciência, o Portal de Popularização da Ciência e a Conferência Nacional da C,T&I, buscando uma maior presença da CT&I brasileira nos meios de comunicação e aumentando a auto-estima dos brasileiros neste domínio e uma justa apreciação das contribuições de indivíduos, instituições e empresas nacionais. Contribuição com a melhoria do ensino das ciências nas escolas públicas. Apoio a ações/campanhas nos diversos meios de comunicação para a difusão da CT&I que favoreçam a inclusão social, estimulem a participação dos diversos setores da sociedade e motivem os jovens para as atividades de CT&I.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social - ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Não cadastrado

Base legal: Decreto 1.808.

A finalidade desta ação é a de identificar os arranjos institucionais para alavancar o processo de difusão, popularização e inovação a partir de oportunidades e capacidades locais e regionais.

Em 2007 foi contratada a participação da FINEP no evento CPhI/2007 - International Exhibition and Conference on Pharmaceutical Ingredients and Intermediates. Participação das seguintes empresas brasileiras: Cristália, Nortec Química, Sintefina, Kin Master, Neo-Química, Purifarma. No stand e no evento internacional mais representativo dos setores farmoquímico, de intermediários e farmacêuticos. O espaço contratado foi 168m², Hall 18, com o conceito de Pavilhão Brasileiro, onde concentrou as oito empresas, a FINEP a – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica - ABIQUIF, o que possibilitou o atendimento aos brasileiros que estavam presentes na Feira, mas que não contavam com espaço próprio no stand. Esta experiência foi muito bem sucedida e elogiada por todos os participantes. A participação da FINEP no evento foi de R\$ 75 mil, totalmente liberados.

Tabela 4.23 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	1	1	100%

Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Natureza e Clima

Ação 2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

Tabela 4.24 - Dados Gerais da Ação 2223

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos nacionais incluindo a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o setor de saneamento básico adequadas à realidade brasileira.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor hídrico ou que visem atenuar ou solucionar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos e treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio de concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e os procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades - AUNI, Área de Institutos Tecnológico e de Pesquisa – AITP e Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social - ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Ada Gonçalves

Base legal: art. 218, CF; Decreto-lei 719/69; Lei n.º 8.172/91 e n.º 9.994/01; Lei n.º 9993/2000; Decreto n.º 3874/2001.

De acordo com o estabelecido na legislação do Fundo de Recursos Hídricos (CT-Hidro), o fundo tem por objetivo o fomento e apoio a “projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico, destinados a aperfeiçoar os diversos usos da água, de modo a garantir à atual e às futuras gerações alto padrão de qualidade, utilização racional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável e à prevenção e defesa contra fenômenos hidrológicos críticos ou devido ao uso inadequado desses recursos”.

Entre as atividades previstas estão a capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos com propósito de aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água.

As ações realizadas em 2007 podem ser divididas em:

- Continuidade de ações aprovadas em anos anteriores ao exercício de 2007:
Foram realizados seminários de avaliação de editais e avaliação técnico-financeira dos projetos contratados, com destaque para o Edital MCT/FINEP / CT-Hidro – PROSAB 4: realizado em setembro de 2007 no Rio de Janeiro estão sendo planejadas novas ações – workshops e seminários para os novos editais e projetos já contratados.
- Continuidade de ações aprovadas em 2005 e 2006:
Foi dado prosseguimento à contratação dos projetos aprovados em Chamadas Públicas lançadas em 2006, no âmbito do CT-Hidro para os projetos aprovados nos seguintes editais:
 - Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro 01/2006- PROSAB (cerca de 6% do total desembolsado)
 - Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro 04/2005- Bacias Representativas (1% do total de 2007)
 - Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro 13/2006 – Redes Estaduais de Meteorologia (13 % do total de 2007).
- Lançamento de Chamadas Públicas em 2007:
 - Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro – IGRH 01/2007- Valor: R\$ 4 milhões. Objetivo: Seleção pública de propostas para o apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de Metodologias para Aplicação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos de Forma Integrada organizados em Redes de Pesquisa. O resultado da primeira fase foi o enquadramento de sete projetos, já divulgados no site da FINEP. O processo final de seleção será concluído a partir da análise dos projetos detalhados e o grau de aderência e atendimento ao edital.
 - Carta-Convite MCT/FINEP/CT-Hidro – PROCESSOS HIDRÁULICOS 02/2007 – Valor: R\$ 10 milhões. Objetivo: Seleção pública de instituições interessadas em obter apoio à estruturação de laboratórios de hidráulica e de hidrologia para desenvolvimento de processos experimentais hidráulicos e hidrológicos para aproveitamento eficiente dos recursos hídricos. O processo de avaliação está sendo feito em duas etapas. Como resultado da fase de Avaliação das Cartas de Manifestação de Interesse: foram enquadrados 25 projetos com a seguinte distribuição geográfica: quatro da região Centro-Oeste; cinco da região sul; nove da

região Nordeste; seis da região Sudeste; e um da região Norte. A conclusão do processo de análise está prevista para fevereiro de 2008.

- Operacionalização de Encomendas. No exercício de 2007 foram desembolsados R\$ 4,2 milhões (49% do total desembolsado em 2007) para projetos de encomenda contratados em 2005 e 2006.

Tabela 4.25 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	401	68	17%

* ver observações página 95

Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ação 2113 - Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)

Tabela 4.26 - Dados Gerais da Ação 2113

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e setor privado, visando fortalecer o Sistema Nacional de Inovação e solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades produtivas.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Institutos Tecnológico e de Pesquisa – AITP, Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social – ATDS, Área de Pequenas Empresas Inovadoras –APEI e Área de Inovação para a Competitividade Empresarial - AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Vittoria Cerbino

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.168/01; Decreto nº 3.949/01

Esta ação visa estimular o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, mediante o apoio financeiro a programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e Empresas.

Os recursos disponíveis para fomento a projetos de pesquisa em 2007 foram alocados em Ações Transversais, distribuídas nos eixos estratégicos do MCT: Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C,T&I; Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; Objetivos Estratégicos Nacionais e C&T para a Inclusão e o Desenvolvimento Social.

Além de apoiar encomendas e eventos, os recursos desta ação foram utilizados nas seguintes

demandas: Chamada Pública TIB TV Digital 06/2007, Chamada Pública Cooperação ICTs – Empresas de Microeletrônica 01/2007, Chamada Pública Cooperação ICTs –MPEs 04/2007 e Chamada Pública Tecnologias para a Cultura do Algodão 07/2007.

Além destas ações o FVA manteve o apoio a projetos apoiados em anos anteriores como: Carta-Convite Cooperação ICTs – Empresas 06/2006; Tecnologia Industrial Básica -TIB 06/2005, Chamada Pública Tecnologia Industrial Básica -TIB 02/2006, Chamada Pública Modernização de Institutos - MODERNIT 03/2006; Chamada Pública de Incubadoras - PNI 09/ 2006;

O Fundo Verde Amarelo como importante fundo transversal possibilita a aplicação em projetos estratégicos de interesse nacional tais como Programa SIBRATEC, Programa de Biocombustíveis, Programa de Semicondutores, Rede Brasileira de Visualização, entre outros.

Tabela 4.27 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	1.483	159	11%

* ver observações página 95

Ação 2119 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no setor Mineral (CT- Mineral)

Tabela 4.28 - Dados Gerais da Ação2119

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer a capacitação nacional em P&D, contribuindo para o aumento da competitividade da indústria mineral brasileira e da cadeia de conhecimento associada. Apoiar estudos e pesquisas com a finalidade de solucionar ou minimizar os impactos sociais provocados pelas atividades do setor.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor mineral, das empresas e da cadeia produtiva e financiamento de projetos de pesquisa que visem minimizar ou solucionar os impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas ao setor mineral, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades - AUNI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Victor Hugo Gomes Odorcyk

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº de 9.992/01; Decreto nº 3.866/01.

O objetivo desta ação é o de fortalecer a capacitação nacional em P&D, contribuindo para o aumento da competitividade da indústria mineral brasileira e da cadeia de conhecimento associada.

No ano de 2007, a execução do fundo se deu através do apoio financeiro a 22 projetos de pesquisa no montante de R\$ 2,3 milhões . Estes projetos de pesquisa foram resultado de editais e encomendas recomendados pelo Comitê Gestor do CT-Mineral e pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais.

Como resultados relevantes merecem ser destacados os seguintes projetos: Apoio ao Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira; Implementação da

Rede de Informação Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral; Validação Tecnológica e Avaliação Econômica de Rochas Silicáticas como Fontes de Potássio para a Agropecuária; Rede APL de Pedra Sabão em Minas Gerais; Desenvolvimento do APL Oleiro-Cerâmico no Estado do Amapá, dentre outros.

Tabela 4.29 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	62	22	35,5%

* ver observações página 95

Ação 2191 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)

Tabela 4.30 - Dados Gerais da Ação 2191

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a eficiência do sistema de transportes terrestres e hidroviários vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias, de estudos sobre fluxo de demanda, da cadeia produtiva de conhecimentos associada.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico voltados a novas tecnologias de materiais, técnicas construtivas e, em especial, ao desenvolvimento de estudos prospectivos sobre o fluxo de demanda de bens e passageiros, como também pesquisas voltadas aos aspectos tecnológicos de pavimentação e sinalização horizontais e verticais e aos aspectos relacionados aos impactos sociais, de segurança, psicológicos, sobre o meio ambiente e legais, incluindo apoio as atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial - AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Celso Otávio Cortes da Trindade

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91; e nº de 9.992/01.

Esta Ação tem por finalidade melhorar a eficiência do sistema de transportes terrestres e hidroviários vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias, de estudos sobre fluxo de demanda e da cadeia produtiva de conhecimentos associada, e é orientada pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial de Transportes.

Em virtude de ações que tramitam na justiça, questionando judicialmente o recolhimento dos recursos que suportam o Fundo de Transportes, o mesmo encontra-se sem entrada significativa de recursos desde 2001, operando ainda com saldos de 2000 e 2001.

Dessa forma, em 2007 foi apoiado XXI ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, devido a grande relevância do Congresso para o Setor.

Tabela 4.31 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	3	1	33,3%

*ver observações página 95

Ação 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)

Tabela 4.32- Dados Gerais da Ação 4043

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar financeiramente a realização de projetos de P&D e Inovação Tecnológica nas diferentes cadeias do agronegócio nacional, que proporcionem uma elevação /consolidação da competitividade do produto nacional, bem como apoiar projetos com a finalidade de solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades do agronegócio.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor do agronegócio ou que visem atenuar ou solucionar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades - AUNI e Área de Inovação para a Competitividade Empresarial - AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Vittoria Cerbino

Base legal: Art. 218, CF. Decreto-lei nº 719/69; Lei nº 10.332/01; Decreto nº 4157/02.

Esta ação tem por finalidade apoiar financeiramente a realização de projetos de P&D e Inovação Tecnológica nos diversos segmentos da cadeia do agronegócio nacional, que proporcionem uma elevação e consolidação da competitividade do produto nacional, bem como apoiar projetos com o fim de solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades do agronegócio. A aplicação de recursos é orientada pelo Comitê Gestor do Fundo e pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais.

No que se refere a encomendas, a decisão sobre a aplicação de recursos de 2007 foi tomada pelo CG na reunião de 3 de outubro de 2007, recomendando o apoio ao Laboratório NB3 – Vigilância Sanitária para a Biossegurança da Pecuária no Brasil. O projeto está aprovado e em contratação.

As principais Ações Transversais que contaram com recursos do CT-AGRO em 2007 foram as Chamadas Públicas de Logística em Transporte 02/2007, de Tecnologias para a Cultura do Algodão 07/2007 e para a Rede Genoprot 08/2007.

Tabela 4.33 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	354	71	20%

* ver observações página 95

Ação 4053 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)

Tabela 4.34 - Dados Gerais da Ação 4053

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer e fortalecer as interações entre as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, com as empresas do setor aeronáutico, com vistas a incrementar a inovação tecnológica no setor, mediante a implementação de projetos cooperativos e também solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor aeronáutico.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor aeronáutico ou voltados para solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades do setor, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa -AITP e Área Inovação para Competitividade Empresarial -AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Celso Otávio Cortes da Trindade

Base legal: Decreto-lei n.º 719/69; Leis n.º 8.172/91 e n.º 9.994/00; MP n.º 2.021-1/00 e 2.010-32/00.

A finalidade desta ação é a de estabelecer e fortalecer as interações entre as instituições de Ensino Superior e de Pesquisas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, com as empresas do setor aeronáutico, com vistas a incrementar a inovação tecnológica no setor, mediante a implementação de projetos cooperativos, bem como solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor aeronáutico. O CT-Aero opera basicamente através de projetos de encomenda tendo em vista a especificidade do setor.

Em 2007 o CT-Aero contratou 4 projetos nas áreas de radiação ionizante, sistemas de navegação e controle e automação. Além disso, participou de uma encomenda transversal para desenvolvimento de viatura blindada.

O Fundo manteve ainda o apoio a 21 projetos, contratados em anos anteriores em áreas diversas, como por exemplo, sistemas inerciais para aplicação aeroespacial, desenvolvimento de fibra de carbono, veículo aéreo não-tripulado, injetores e ignitores para motores aeroespaciais, amplificador de microondas de potência, processamento e imageamento aerotransportado, combustão supersônica, motor aeronáutico flex, e monitoramento de integridade estrutural de aeronaves.

Tabela 4.35 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	151	25	17%

* ver observações página 95

Ação 8563 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário)

Tabela 4.36 - Dados Gerais da Ação 8563

Tipo	Atividade
Finalidade	Financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados a inovações tecnológicas nas áreas de materiais, de técnicas e processos de construção, de reparação e manutenção e de projetos; capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de tecnologia e inovações; desenvolvimento de tecnologia industrial básica e implantação de infra-estrutura para atividades de pesquisa voltada para o setor aquaviário e de construção naval.
Descrição	Financiamento de projetos de P&D voltados a inovações tecnológicas nas áreas de materiais, técnicas e processos de construção, de reparação e manutenção e de projetos; e desenvolvimento de componentes de sistemas e peças. Realização de estudos comparativos e prospectivos relacionados ao setor com a finalidade de orientar as políticas públicas e as estratégias das empresas que compõem a cadeia produtiva.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades -AUNI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Celso Trindade

Base legal: Lei nº 10.893 de 13/07/2004; Decreto nº 5.252 de 22/10/2004.

A ação tem por finalidade o financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para inovações tecnológicas nas áreas de materiais, técnicas e processos de construção, reparação e manutenção de embarcações, estudos e projetos relativos às vias navegáveis, desenvolvimento de sistemas e a realização de estudos tecnológicos, sociais e ambientais, para o transporte aquaviário.

Em 2007 o CT-Aquaviário apoiou, através da FINEP, 42 projetos, tendo desembolsado R\$ 11,4 milhões de reais. A Chamada Pública MCT/FINEP – CT-Aquaviário – 01/2007 permitiu a contratação de 16 projetos em temas variados relacionados ao setor, tais como, reparos navais, movimentação de

carga, análise de resistência, controle de tráfego, projeto de embarcações, simulação, hidrodinâmica etc.

O Fundo participou da Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal Logística de Transporte - 02/2007, com 6 projetos contratados, relativos à análise dos sistemas de transportes em diversos corredores agrícolas. Houve ainda o apoio a encomendas transversais nas áreas de monitoramento do ruído ambiental submarino, biodiesel e arranjos produtivos.

Foi encomendada, através do contrato de gestão, ao Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE, a realização de estudo de oportunidades estratégicas de desenvolvimento tecnológico para o setor aquaviário.

Deu-se prosseguimento aos 28 projetos aprovados em 2005 e 2006 de temas diversos, tais como logística, propulsão, hidrografia e cartografia, motores, vazamentos, sistemas de controle, rede rodofluvial urbana, competitividade, manobrabilidade, gestão da qualidade, monitoramento de ondas, diagnóstico e regulação etc.

Tabela 4.37 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	47	42	89%

* ver observações página 95

Ação 2189 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)

Tabela 4.38 - Dados Gerais da Ação 2189

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a pesquisa e inovação voltadas à busca de novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; o desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional com aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D, a formação de recursos humanos na área e o fomento à capacitação tecnológica nacional.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor de energia e também de projetos que visem minimizar ou solucionar impactos sociais provocados por atividades relacionadas ao setor. Estão incluídos o apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidades - AUNI e Área de Institutos Tecnológico e de Pesquisa – AITP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Laércio de Sequeira

Base legal: Lei nº 9991/00; Decreto nº 3867/01; Portaria MCT nº 384/01.

O total dos recursos desembolsados durante 2007 engloba não somente os convênios contratados nesse ano mas, também, todos aqueles contratados em anos anteriores e que ainda se encontram em execução.

Dessa forma, o conceito adotado para a informação sobre metas físicas realizadas foi o da contagem do número de projetos contratados em 2007 com empenho realizado no orçamento de 2007 mais os projetos contratados em exercícios anteriores e que comprometeram recursos do exercício de 2007. Lembramos que o modelo adotado para as Ações Transversais, no qual um projeto recebe recursos de mais de uma fonte, admite a contagem de um mesmo projeto em mais de uma ação (fonte).

Ademais, considera-se relevante informar que os recursos previstos para serem alocados em ações pertinentes ao Fundo Setorial de Energia Elétrica sofreram severo contingenciamento em 2007 o que, evidentemente, refletiu diretamente no baixo desempenho do Fundo neste exercício.

A tabela a seguir apresentada mostra o número de projetos (convênios) que tiveram desembolso em 2007 e que totalizou R\$31,2 milhões.

Tabela 4.39 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	427	117	27,4%

* ver observações página 95

Ação 4156 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Tabela 4.40- Dados Gerais da Ação 4156

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a inovação na cadeia produtiva dos setores de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre Empresas e Universidades, Instituições de Ensino Superior ou Centros de Pesquisa do País, com vistas ao aumento da produção, à redução de custos e preços, à melhoria da qualidade dos produtos. Financiar pesquisas que tenham como objetivo solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas aos setores de petróleo e gás natural.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor de energia e também de projetos que visem minimizar ou solucionar impactos sociais provocados por atividades relacionadas ao setor. Estão incluídos apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial – AICE, Área de Universidade - AUNI, Área de Institutos de Pesquisa Tecnológica - AITP, Escritório de São Paulo – ESP.
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Celso Luis Rey da Silveira

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei n.º 719/69; Leis n.º 9.478/97, n.º 10.261/01; Decreto 2.851/98.

Ao final de 2007 o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-Petro mantinha participação no financiamento de cerca de 273 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e mais os repasses em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Com as operações de aprovação, contratação e desembolso realizadas no exercício de 2007, 84 destas operações liberaram integralmente as parcelas relativas ao CT-Petro.

No ano de 2007 cerca de 157 convênios de projetos de pesquisa receberam recursos do CT-Petro. Muitos desses projetos foram oriundos de **ações transversais de anos anteriores** relativos às

seguintes demandas:

- Tecnologia Industrial Básica - TIB 2004 e 2006
- Cooperativos Universais.- Empresa 2004, 2005 e 2006
- Apoio às Engenharias - PROMOVE 2006
- Modernização de Institutos Tecnológicos MODERNIT 2006

As principais **ações transversais** de **2007** que comprometeram recursos do CT-Petro foram:

- Infraestrutura de CAMPI REGIONAIS de Universidades Federais 2007
- Encomenda Previsão de Tempo e Clima do INPE
- Encomendas MCT-EMBRAPA, Cooperação Internacional e RNP
- Encomendas Biocombustíveis

Como **ações verticais** de interesse direto do setor petróleo aprovadas em **anos anteriores** que receberam recursos em 2007 podemos destacar:

- CT-Petro Cooperativos Universais.- Empresa 2003
- CT-Petro Rede Brasil de Tecnologia - RBT 2003, 2004 e 2006
- Encomendas de área Naval em parceria Petrobrás/Transpetro 2005
- CT-Petro Encomenda Redes Cooperativas N-NE 2004 e 2006
- CT-Petro Temas Estratégicos 2006
- CT-Petro Encomenda Programa. de Recursos Humanos PRH/ANP 2006

Essas três últimas ações são as mais importantes para o setor petróleo e gás natural tanto do ponto de vista técnico como em volume de recursos.

Em relação às ações deliberadas na 35ª reunião Comitê Gestor do CT-Petro realizada em 23/05/2007 foram implementadas:

- O apoio ao Programa de Recursos Humanos PRH/ANP no valor de R\$ 27 milhões foi contratado e transferida a parcela prevista para 2007 de R\$ 17 milhões. O saldo no valor de R\$ R\$ 10 milhões será desembolsado em 2008.
- A nova Chamada Pública para os Temas Estratégicos – óleos pesados, gás natural e dutos, que daria continuidade aos projetos aprovados em 2006, deixou de ser lançada em 2007 por dificuldades identificadas junto ao setor produtivo em relação ao aporte de recursos financeiros.
- O apoio às Redes Cooperativas de Pesquisa das regiões Norte e Nordeste foi continuado em 2007 com a aprovação de 13 projetos no valor de R\$ 10 milhões. Destes apenas quatro foram

contratados e empenhados ainda em 2007.

Tabela 4.41 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	1.638	170	10,4%

* ver observações página 95

Ação 6225 - Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia

Tabela 4.42 - Dados Gerais da Ação 6225

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de Nanotecnologia bem como solucionar ou atenuar impactos sociais associados às atividades do setor.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor de Nanotecnologia e também de projetos que visem minimizar ou solucionar impactos sociais provocados por atividades relacionadas ao setor. Estão incluídos apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial – AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Paulo Roberto Tosta da Silva

Base legal: Art. 218 da C.F.

A ação destina-se a fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de nanotecnologia bem como solucionar ou atenuar impactos sociais associados às atividades do setor. No exercício de 2007 não houve contratação de novos projetos, apenas desembolso de ações lançadas em 2006(Fonte 100). Nesse exercício, no Edital 01/2007-Subvenção Econômica, o Tema de Nanotecnologia em conjunto com as TIC (Área 1), foram contempladas com R\$100 milhões.

No exercício de 2007, foram liberados R\$ 708.722,50 para dois projetos contratados no âmbito da CARTA-CONVITE MCT/FINEP/Ação Transversal-Cooperação ICTs-Empresas-06/2006.

Tabela 4.43- Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	5	2	40 %

As empresas que tiveram projetos aprovados na carta-convite tiveram dificuldades em atender os requisitos contratuais. Estes projetos ainda estão em fase de contratação.

Ação 2997 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)

Tabela 4.44- Dados Gerais da Ação 2997

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar projetos de pesquisa com os propósitos de contribuir para o combate a doenças que afligem a Sociedade Brasileira; transferir tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo; possibilitar o melhor aproveitamento da capacidade técnico-científica e dos recursos de potencial terapêutico da flora e fauna nacionais com vistas à obtenção de farmoquímicos, medicamentos ou outros produtos para o tratamento da saúde, o que inclui os hemoderivados; estimular o desenvolvimento de equipamentos e instrumentação médico-hospitalar; incentivar estudos e pesquisas que visem ao melhor gerenciamento dos serviços de saúde; resgatar conhecimento disponível no País para sua apropriação pela Sociedade Brasileira, quer na melhoria da qualidade dos produtos ou serviços da Saúde, quer para redução de seus custos; expandir a competência nacional, com a implementação de rede nacional entre os atores da cadeia de produtos e serviços da área da Saúde, envolvidos nas questões tecnológicas.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor de saúde, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidade - AUNI, Área de Institutos de Pesquisa Tecnológica - AITP, Área de Inovação para o Desenvolvimento Social - ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Maura Pacheco

Base legal: Art. 218, CF. Decreto-lei n.º 719/69; Lei 10.332/01; Decreto 4.143/02.

A ação 2997 objetiva apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa para obtenção de subsídios ao combate às doenças que afligem a Sociedade Brasileira. Compreende o apoio à transferência de tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo; visa ainda possibilitar o melhor aproveitamento da capacidade técnico-científica e dos recursos de potencial terapêutico da flora e fauna nacionais com vistas à obtenção de farmoquímicos, medicamentos ou outros produtos para o tratamento da saúde, o que inclui os hemoderivados; estimular o desenvolvimento de equipamentos e instrumentação médico-hospitalar; incentivar o desenvolvimento de inovadores instrumentos de

gerenciamento dos serviços de saúde; resgatar conhecimento disponível no País para sua apropriação pela Sociedade Brasileira, quer na melhoria da qualidade dos produtos ou serviços da Saúde, quer para redução de seus custos; expandir a competência nacional, com a implementação de rede nacional entre os atores da cadeia de produtos e serviços da área da Saúde, envolvidos nas questões tecnológicas.

O financiamento ao desenvolvimento científico e tecnológico aplicado ao setor de saúde inclui o apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.

No ano de 2007 essa ação envolveu Chamadas Públicas e Encomendas Verticais e Transversais definidas pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial de Saúde - CT-Saúde e pela Coordenação Geral dos Fundos Setoriais. A participação do CT-Saúde nessas ações foi proporcional ao recurso alocado pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais respeitando o valor total concedido pelo Comitê Gestor desse Fundo.

Contribuição nas seguintes Chamadas Públicas Transversais:

- Seleção pública de propostas para apoio a projetos de implantação de infra-estrutura de pesquisa nos campi regionais das Universidades Federais
- Apoio a projetos estruturantes dos sistemas estaduais de C&T – 27 projetos recomendados sendo um para cada UF.
- Seleção pública de instituições interessadas em obter apoio para a capacitação de biotérios para certificação de animais para experimentação – 12 projetos selecionados.
- Carta Convite para seleção de projetos visando a Expansão da Rede de Centros de Recursos Biológicos – 5 projetos selecionados.
- Carta-Convite para selecionar centros públicos para realização de estudos de equivalência farmacêutica e de bioequivalência como suporte ao desenvolvimento de fármacos de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS, visando a ampliação da oferta de produtos certificados de acordo com procedimentos de avaliação da conformidade internacionalmente aceitos – 14 projetos selecionados.
- Rede GENOPROT - seleção de propostas de pesquisa em genômica e proteômica - 19 projetos selecionados.

Contribuição para realização das seguintes Encomendas Transversais:

- Expansão da infra-estrutura laboratorial do IRD
- Programa Nacional de Extensionismo Tecnológico – Aumento da competitividade de MPEM
- Biotecnologia - Insumos para Genômica e Proteômica
- Fármacos - Avaliação da Conformidade de Produtos para Saúde
- Normalização como suporte ao Programa de Avaliação da Conformidade para setores prioritários da PITCE
- Cenários para a Amazônia: Uso da terra, Biodiversidade e Clima.
- Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

▪ Centro de Referência em Tecnologias Sociais para Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
 Apoio para as seguintes Chamadas verticais:

- Seleção de um projeto cooperativo universidade/empresa para pesquisa, desenvolvimento e inovação, com vistas à obtenção de fatores VIII e IX da coagulação sanguínea por DNA recombinante em escala piloto -- um projeto selecionado.
- Seleção de projetos de Pesquisas Clínicas visando a: Avaliação da eficácia e segurança da farmacoterapia das leishmanioses; Avaliação de custo-efetividade das insulinas recombinantes análogas à humana para indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 1; Avaliação retrospectiva e prospectiva da cirurgia bariátrica no Brasil.
 Estudo clínico e de avaliação de custo-benefício de medicamentos e procedimentos médicos – nove projetos selecionados.

Encomendas Verticais:

- Marca passo brasileiro - Segunda etapa: Desenvolvimento do protótipo industrial
- Continuidade do projeto ONCONET
- Rede nacional de farmacogenética/Genômica - REFARGEN
- Apoio a projeto de pesquisa sobre câncer
- Apoio a projeto de pesquisa para ajuda ao sistema biológico
- Uso da biodiversidade brasileira como fonte de novos compostos químicos ativos contra alvos moleculares definidos para o tratamento de malária, tuberculose e doenças medidas por Linfócitos.

As Chamadas e Encomendas Verticais envolvem, além dos recursos do Fundo Setorial de Saúde, recursos do Fundo Nacional de Saúde -FNS com implementação e acompanhamento em parceria com a Secretaria de C&T/Departamento de C&T/ Ministério da Saúde.

Tabela 4.45- Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	330	101	30%

* ver observações página 95

Ação 4031 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)

Tabela 4.46- Dados Gerais da Ação 4031

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que contemplem a cadeia do processo da inovação em biotecnologia, envolvendo desde a caracterização e avaliação dos recursos genéticos nacionais, à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e à criação e consolidação de bio-indústrias. Apoiar pesquisas com o objetivo de minimizar ou solucionar impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas à área.
Descrição	Financiamento de projetos individuais ou cooperativos, através de editais, cartas-convite e outros, conforme política estabelecida pelo comitê gestor, incluindo atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidade - AUNI e Área de Inovação para a Competitividade Empresarial – AICE
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Gilberto Hauagen Soares

Base legal: art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69. Lei 10.332/01. Decreto 4.154/02

As atividades de fomento relacionadas com projetos de P, D & I em Biotecnologia, financiados com recursos do Fundo Setorial de Biotecnologia (CT-Biotecnologia), estão inseridas no âmbito de Ações discutidas, aprovadas e implementadas a partir de decisões do Comitê Gestor do Fundo Setorial (CG do CT-Biotec) e do Comitê Coordenador dos Fundos Setoriais (CCFS).

A maior parte das ações aprovadas pelos Comitês já mencionados, é implementada através da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e do CNPq, ambas instituições vinculadas administrativamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Cabe à FINEP não só implementar as Ações que estejam sob sua responsabilidade de financiamento mas também, repassar recursos para o CNPq com vistas ao atendimento das necessidades financeiras de Ações sob a responsabilidade de implementação por parte daquela Agência.

Algumas ações discutidas e aprovadas pelo CG do CT-Biotecnologia podem, em razão de interesse do

Ministério da Saúde, que tem representação no mencionado CG, receber recursos daquele Ministério, configurando um financiamento em parceria, envolvendo recursos do CT-Biotecnologia e do Fundo Nacional de Saúde – FNS. Um Acordo de Cooperação firmado entre o DECIT/MS, FINEP e CNPq, permite tal situação.

▪ Situação Atual

Nesta Ação, continuam em execução projetos contratados pela FINEP em anos anteriores a 2007, citando como exemplos os destinados a: desenvolvimento de anticorpos monoclonais, para fins diagnósticos e terapêuticos; bioprodutos

Desde a criação do CT-Biotecnologia, um total de 129 projetos financiados através de implementação de Ações pela FINEP, contando com recursos do CT-Biotecnologia e de outros Fundos, 107 continuam em execução e 107, dentre os quais 37 são projetos com execução iniciada em 2007.

Para pagamento de parcelas de financiamento de projetos aprovados em anos anteriores a FINEP desembolsou em 2007 um total de R\$ 6,1 milhões, sendo que R\$ 2,5 milhões referem-se a parcelas de projetos iniciados em 2007.

Destacam-se entre os projetos financiados com recursos do CT-Biotecnologia, os destinados para: desenvolvimento de medicamentos e kits diagnósticos; capacitação do país nas áreas de genômica e proteômica; criação de centros de pesquisa clínica.

Tabela 4.47 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	200	47	22,5%

* ver observações página 95

Ação 4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT- Amazônia)

Tabela 4.48- Dados Gerais da Ação 4949

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as atividades de P&D na Amazônia, relacionadas aos temas de interesse para a região, visando o melhor aproveitamento de suas potencialidades e redução da desigualdade regional.
Descrição	Financiamento, a fundo perdido, de projetos de pesquisa, sendo pelo menos 50% dos recursos aplicados em universidades, faculdades, entidades de ensino e centros ou institutos de pesquisa criados ou mantidos pelo Poder Público na Amazônia Ocidental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Universidade - AUNI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Cristina de Melo Valente

Base legal: Leis nºs 8.387/91 e 10.176/01; Decreto nº 4.401/02; Decreto-Lei nº 288/67; Decreto 6.008/06.

Esta ação tem como objetivo fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.

Destes 5%, no mínimo 2,3% deverão ser aplicados mediante convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas, com sede ou estabelecimento principal na Amazônia Ocidental, credenciadas pelo Comitê das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA (percentual não inferior a 1%) ou sob a forma de recursos financeiros, depositados trimestralmente no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (percentual não inferior a 0,5%).

- **Ações apoiadas:**

Desde sua criação o CT-Amazônia lançou três chamadas públicas (2004, 2005 e 2006) para apoiar a

execução de projetos institucionais de implantação de infra-estrutura física para pesquisa e pós-graduação, visando exclusivamente a realização de obras e edificações nas Universidades, outras Instituições de Ensino Superior e Pesquisa e Instituições de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica sediadas na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), nas áreas de Biotecnologia, Microeletrônica, Software, Tecnologias Industriais Básicas e Energia. Estas ações objetivavam proporcionar condições para a expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica e de iniciativas de formação de pessoal em nível de mestrado e doutorado nessas instituições.

Além disso, o CT-Amazônia apoiou algumas ações transversais (Chamada Pública - Projetos Estruturantes de C,T&I e cinco projetos resultantes de encomendas transversais). Estas ações e seu valor encontram-se discriminados na tabela abaixo.

Tabela 4.49 – Ações CT-Amazônia -2007

Ações	Nº Proj.	Valor orçado R\$ milhões
Chamada Pública CT-AMAZÔNIA: MCT/FINEP 01/2004	8	14,3
Chamada Pública MCT/FINEP/ CT-AMAZÔNIA -Infra-Estrutura - 01/2005	10	9,4
Chamada Pública MCT/FINEP / CT-AMAZÔNIA - Infra-Estrutura - 01/2006	12	14,7
Chamada Pública MCT/FINEP/AT - Proj. Estruturantes De C,T&I 08/2005	1	1,0
Encomendas transversais	5	5,3
TOTAL	36	44,7

O desembolso de parcelas para os projetos contratados nas chamadas públicas de infra-estrutura, lançados pela FINEP, tem sido mais lento que o desejado, uma vez que as liberações são condicionadas, por força da Instrução Normativa 01/97, à apresentação do projeto básico pelas instituições convenientes, que, em alguns casos, encontraram dificuldades para sua apresentação.

▪ **Execução 2007:**

No ano de 2007 não foram lançadas novas ações em função do comprometimento do orçamento com o pagamento de projetos e bolsas contratados em anos anteriores.

As ações implementadas pela FINEP que foram pagas em 2007 com recursos do CT-Amazônia são descritas abaixo:

Ações Verticais:

- Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Amazônia - Infra-estrutura - 01/2005: Pagos R\$ 2,1 milhões para quatro projetos (três do estado do Amazonas e um do estado do Acre). Nesta chamada ainda existem quatro projetos com saldo de R\$ 2,0 milhões a receber (INPA, CEFET-AM, EMBRAPA e UFRO).

- Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Amazônia - Infra-estrutura - 01/2006: Pagos R\$ 4,4 milhões a sete projetos, sendo cinco do estado do Amazonas, um do estado de Rondônia e um do estado do Acre. Para pagamento dos projetos contratados nesta Chamada, existe um compromisso de R\$ 5,0 milhões em liberações a serem realizadas em 2008.

Ações Transversais:

- Chamada Pública MCT/FINEP/AT - Projetos Estruturantes de C,T&I - 08/2005: Foram pagos R\$ 301 mil para um projeto contratado que contou com recursos do CT-Amazônia. Este projeto ainda deverá receber R\$ 335 mil em 2008.

Encomendas Transversais 2005:

- Foram pagos R\$ 324 mil ao projeto “Rede Temática de Pesquisa em Modelagem na Amazônia” do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Com esta liberação, o projeto encontra-se totalmente pago.
- O projeto “Validação de Tecnologia de Produção de Óleo de Dendê para Biodiesel por Agricultores Familiares no Amazonas” ainda tem um saldo a receber em 2008 de cerca de R\$ 1,0 milhão.

Tabela 4.50 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	16	13	81%

Conforme já citado anteriormente, no ano de 2007 não foram lançadas novas ações em função do comprometimento do orçamento com o pagamento de projetos e bolsas contratados em anos anteriores (2005 e 2006).

O desembolso dos recursos para os projetos contratados nas chamadas públicas de infra-estrutura, lançados pela FINEP em 2005 e 2006, tem sido mais lento que o desejado, uma vez que as liberações são condicionadas, por força da Instrução Normativa 01/97, à apresentação do projeto básico pelas instituições convenentes, que, em alguns casos, encontraram dificuldades para sua apresentação, o que prejudicou o atingimento da meta.

Ação 4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)

Tabela 4.51- Dados Gerais da Ação 4185

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico da área de Tecnologia da informação, da cadeia produtiva e da cadeia de conhecimentos associada, bem como desenvolver pesquisas que visem a inclusão através de soluções de governo eletrônico e educação à distância. Financiar pesquisas relacionadas à minimização de impactos sociais oriundos de atividades relacionadas ao setor.
Descrição	Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico voltados para as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e treinamento e aperfeiçoamento de profissionais deste setor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Institutos de Pesquisa Tecnológica - AITP, Área de Inovação para a Competitividade Empresarial – AICE, Área de Pequena Empresa Inovadora - APEI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Paulo Roberto Tosta da Silva

Base legal: Lei nº 10.176/01; Decreto nº 3.800/01.

A ação visa fomentar projetos estratégicos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação nas ICTs.

Metade dos recursos da ação do CT-Info foram destinados às Ações Transversais. Nestas, foram apoiados 19 projetos e bolsas, no valor total de R\$ 19,0 milhões. As ações apoiadas foram as seguintes:

- Edital Universal 2007
- Programa SIBRATEC - Extensão Tecnológico
- Capacitação para desenvolvimento e inovação em software
- Seleção pública de instituições interessadas em obter apoio para capacitação de laboratórios prestadores de serviços tecnológicos ao Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD)

- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em TV Digital
- Rede Brasileira de Visualização
- Seleção pública de propostas para apoio à cooperação tecnológica entre empresas e instituições científicas e tecnológicas em projetos nas áreas de microeletrônica e nanoeletrônica
- Capacitação para treinamento em projeto de Circuitos Integrados
- Chamada pública para apoio financeiro à produção de conteúdos educacionais digitais multimídia
- Construção do conhecimento através do processo de inclusão digital

Os recursos alocados às ações verticais do CT-Info, resultaram no apoio pelo CNPq, a 9 projetos e bolsas, no valor total de R\$ 8,3 milhões.

Tabela 4.52 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta*	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	66	44	66,7%

* ver observações página 95

Ação 6214 - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica.

Tabela 4.53- Dados Gerais da Ação 6214

Tipo	Atividade
Finalidade	Financiar Instituições de Pesquisa públicas ou privadas sem fins lucrativos, associadas ou não a empresas, para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas nas áreas de fármacos, materiais e dispositivos avançados e microeletrônica.
Descrição	Apoio a projetos individuais ou cooperativos através de editais, cartas-convite e outras modalidades de apoio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Pequena Empresa Inovadora - APEI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Paulo Roberto Tosta da Silva

Base legal: Decreto-lei n.º 719/69; Lei n.º 8.172/91; MP n.º 2.021-1/00 e 2.010-32/00.

Em 2005, a FINEP lançou a chamada pública no valor de até R\$ 8 milhões, com recursos do FNDCT na área de microeletrônica que selecionou propostas de projetos que contemplassem aplicações em dispositivos eletrônicos, tendo como objetivo a capacitação tecnológica da indústria de *hardware* para as tecnologias de informação, comunicação, eletroeletrônica, automação e correlatas. Foram aprovados 14 projetos, alguns ainda em andamento em 2007. Do total aprovado, já foram liberados R\$ 6 milhões. Em 2006 não houve chamada específica para a área de microeletrônica, permanecendo o foco na continuidade dos projetos aprovados no exercício anterior.

Para atender esse objetivo, a Chamada estimulou a formação de parcerias entre empresas dispostas a oferecer recursos financeiros (em complemento aos recursos do FNDCT) e instituições científicas e tecnológicas (ICTs), para o desenvolvimento de projetos que priorizassem as seguintes tecnologias:

- Concepção, projeto, fabricação e teste de circuitos integrados;
- Concepção de micro-sistemas, nanosistemas e de dispositivos eletrônicos e optoeletrônicos discretos;
- Concepção, projeto, fabricação e teste de sistemas embarcados, integrando hardware e componentes de software embarcados em chip;
- Desenvolvimento de arquiteturas e sistemas de hardware dedicados em FPGAs e circuitos

integrados para aplicações específicas.

Em 2007, a FINEP lançou com recursos do CT-Info a Chamada Pública com o objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de dispositivos semicondutores e optoeletrônicos, que resultassem em produtos visando à competitividade tecnológica da indústria brasileira nas tecnologias de informação, comunicação, eletroeletrônica, automação e correlatas.

Para atender esse objetivo, a chamada propôs-se a estimular a formação de parcerias entre empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs), com o fim de desenvolver projetos que priorizassem as seguintes tecnologias:

- Concepção, projeto, fabricação e teste de circuitos integrados destinados a sistemas embarcados;
- Concepção de micro-sistemas, nano-sistemas e de dispositivos eletrônicos e optoeletrônicos, em particular os dispositivos luminescentes orgânicos (OLEDs – Organic Light-Emitting Diodes);
- Desenvolvimento de arquiteturas e sistemas de hardware dedicados em FPGAs (Field-Programmable Gate Arrays) e circuitos integrados para aplicações específicas (ASICs – Application-Specific Integrated Circuits).

A Chamada comprometeu recursos do FNDCT no valor total de R\$ 10 milhões para oito projetos. Ainda não houve liberação de recursos para estes projetos.

Tabela 4.54 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	5	8	160%

Embora a meta prevista tenha sido oito projetos, os valores dos projetos aprovados foram inferiores ao montante de recursos disponível, o que possibilitou a contratação de mais três projetos recomendados, totalizando oito projetos apoiados.

Ação 6830 – Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina

Tabela 4.55- Dados Gerais da Ação 6830

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar à população de regiões mais carentes em recursos de saúde, acesso aos modernos recursos de diagnóstico e tratamento.
Descrição	Financiamento a projetos que visem a provisão de serviços ligados aos cuidados com a saúde, onde a distância, o custo e o conhecimento técnico são fatores críticos, através de tecnologias e equipamentos para capacitação, diagnóstico e tratamento remotos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social -ATDS
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Maura Pacheco

Base legal: Estatuto da FINEP, regido pelo Decreto nº 1.808, de 07/02/1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18/04/1997 e nº 2.471, de 26/01/1998.

Esta ação é dedicada ao desenvolvimento e utilização de ferramentas de comunicação de dados para a Telemedicina.

A ação está sendo implementada por chamada pública para seleção de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico aplicados a ambientes de Telemedicina e Telesaúde, visando a democratização dos serviços de saúde com a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a extensão dos serviços especializados de saúde às populações de regiões carentes do País. Essa chamada selecionou nove projetos relacionados às seguintes linhas temáticas:

a) Imagens Médicas - Desenvolvimento, teste e implementação de soluções tecnológicas aplicadas à captação, armazenamento, comunicação, segurança e distribuição de imagens médicas, visando à melhoria de qualidade no diagnóstico; integração e colaboração entre profissionais *on-line* e *off-line*; suporte às redes de profissionais em áreas desprovidas de especialistas; treinamento em situações virtuais; avaliação e detecção de futuras lesões.

(b) Ferramentas e Aplicações de Apoio à Decisão Médica – Desenvolvimento, teste e implementação de ferramentas e aplicações de apoio à decisão médica, baseados em tecnologia da informação e comunicação, viabilizando o seu uso em unidades do Sistema Único de Saúde - SUS, hospitais universitários e de ensino e outras instituições de saúde.

Tabela 4.56 - Metas e Resultados de 2007

Unidade de Medida	Meta	Realizado	% da Meta
Projeto Apoiado	1	1	100%

Ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico

Tabela 4.57 - Dados gerais da ação 0A29

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional.
Descrição	Concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial –AICE; Área de Pequenas Empresas Inovadoras –APEI
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Murilo Azevedo Guimarães

Base legal: § 5º do art. 19 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

A Ação tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de processos e produtos inovadores em empresas brasileiras através de subvenção econômica, com base na Lei nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005.

No ano de 2007, foi publicada a SELEÇÃO PÚBLICA MCT/FINEP/SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2007, para a seleção de propostas, priorizando as seguintes áreas, de acordo com o estabelecido nas Portarias, Interministerial MCT/MDIC 597 de 06/09/2006 e Ministerial MCT 554 de 30/08/2007:

- 1) Tecnologias da Informação e Comunicação e Nanotecnologia
- 2) Biodiversidade Biotecnologia e Saúde
- 3) Programas Estratégicos (Segurança e Defesa)
- 4) Biocombustíveis e Energia

5) Desenvolvimento Social

Foram oferecidos recursos para aplicação de R\$450,0 milhões, sendo R\$100,0 milhões para as quatro primeiras áreas e de R\$50 milhões para área de Desenvolvimento Social. Na tabela 4.58 a seguir, estão apresentados os quantitativos de projetos aprovados, por área prioritária.

Tabela 4.58 - Subvenção 2007

Área	Projetos Aprovados	Valores Aprovados R\$ milhões
1	63	97,2
2	28	25,5
3	34	105,9
4	19	50,6
5	30	34,6
Total	174	313,8

Fonte: FINEP/APLA

No âmbito dessa Seleção, em 2007, foram contratados 77 projetos com valor total FINEP de R\$ 129,7 milhões e liberados R\$ 12,8 milhões.

Destaca-se os seguintes resultados obtidos em 2007:

- Contratação de 129 projetos, com valor total FINEP de R\$ 253,7 milhões e valor de liberação de R\$ 65,9 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2006 para a seleção de propostas empresariais para subvenção econômica à pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores no país.
- Contratação de 10 projetos, com valor total FINEP de R\$ 131,0 milhões e valor de liberação de R\$ 29,0 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP PAPPE SUBVENÇÃO 02/2006, que visa ao apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, ao custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação (P,D&I) realizados por MPes, individualmente ou em consórcio.

Ação voltada à concessão de recursos financeiros a empresas sob a forma de subvenção econômica para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com contrapartida pela empresa beneficiária.

A principal ação foi o lançamento pela primeira vez no Brasil de um instrumento público de convocação de empresas interessadas no desenvolvimento de projetos de inovação em temas

selecionados da PITCE através da Chamada Pública MCT/FINEP/SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2006 que ofereceu recursos de até R\$ 300 milhões. Os temas priorizados foram: semicondutores e software (TV Digital e aplicações mobilizadoras e estratégicas), fármacos e medicamentos, bens de capital, aeroespacial, nanotecnologia, biotecnologia, biomassa e energias alternativas. Esta convocação recebeu uma demanda de 1099 propostas.

Esta ação foi criada através de crédito suplementar da ordem de R\$ 209,6 milhões, no entanto, só foi autorizado um limite de empenho suplementar de R\$ 40 milhões que foram integralmente empenhados.

A Ação de Subvenção não tem meta física na LOA.

Ação 0743 – Subvenção econômica a empresas que executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA

Tabela 4.59 - Dados Gerais da Ação 0743

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Estimular o investimento em P&D de empresas que estejam implementando Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI e Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA, amparados pela Lei nº 8.661/93, a qual dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.
Descrição	Concessão de subvenção econômica a empresas que estejam executando PDTI e PDTA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Inovação para a Competitividade Empresarial-AICE / MCT
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Responsável pela execução da ação no nível local	Vittoria Cerbino

Base legal: art. 218, CF; Decreto-lei 719/69; Leis n.º 8.172/91 e n.º 10.332/01; Decreto n.º 4.195/02.

Essa ação destina-se à concessão de subvenção econômica a empresas que estejam executando Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA, aprovados em conformidade com a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993. A subvenção é uma forma direta de reduzir o custo do projeto de P&D das empresas subvencionadas, podendo alcançar até 50% dos gastos de custeio realizados no ano anterior ao das solicitações, previstos em seus PDTI ou PDTA. Este valor será limitado a até 15% do imposto de renda devido, ou a 25%, caso haja incremento nos gastos de custeio do PDTI ou do PDTA de, pelo menos, 20% sobre a média dos dois exercícios anteriores.

O montante disponível para esta ação em 2007 foi da ordem de R\$ 3,476 milhões não tendo sido comprometido, uma vez que esta Ação foi substituída pela Ação 0A29 – Subvenção Econômica a projetos de Desenvolvimento Tecnológico.

5 Desempenho Operacional

5.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FNDCT

O orçamento autorizado do FNDCT em 2007, no total de R\$ 1.628,2 milhões, apresentou a seguinte distribuição.

Figura 5.11

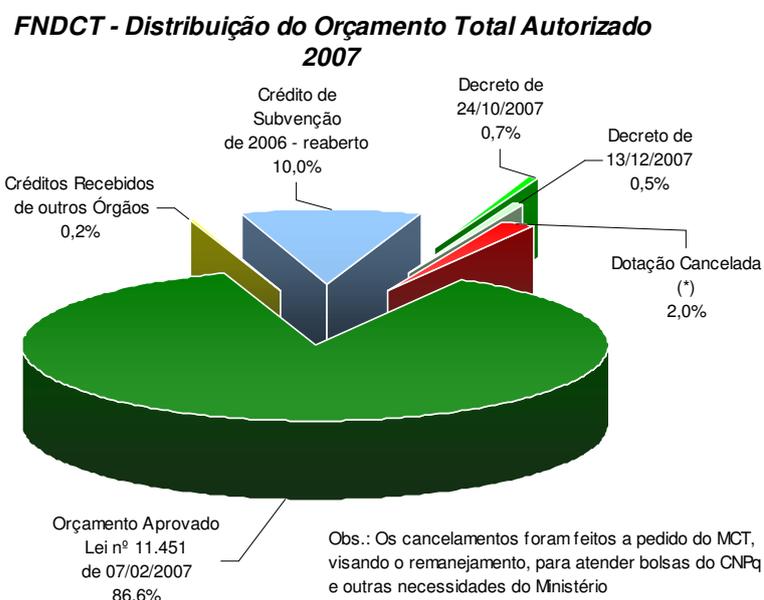


Figura 5.27 - FNDCT - Execução Orçamentária 2007

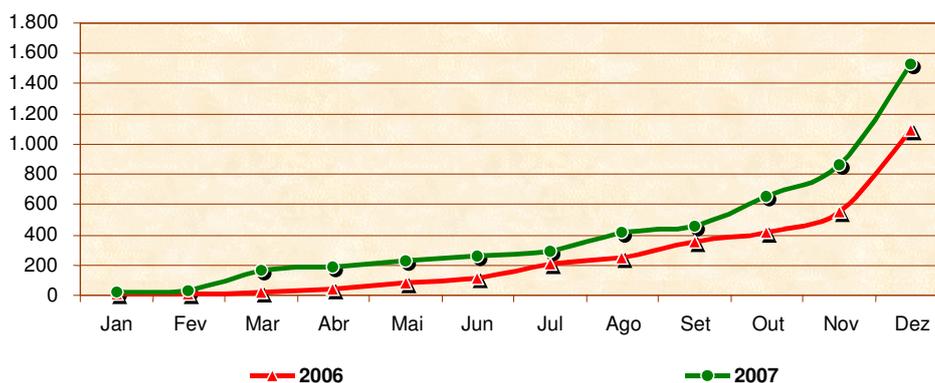
	Valores em R\$ milhões
Restos Processados	116,0
Restos Não Processados	409,4
Restos de NC's	42,5
NE's pagas no exercício	644,2
NC's com Repasses Efetuados	320,9
Total	1.533,1
Orçamento não Utilizado	95,1
Orçamento Total Autorizado	1.628,2

Fonte: FINEP/AFC

A distribuição da execução orçamentária ao longo do ano continuou demasiadamente concentrada no final, com pouco mais da metade das liquidações de empenhos e transferências realizados no quarto trimestre. Entretanto, houve uma certa melhora, em função da alteração no fluxo de liquidação dos empenhos de convênios antigos.

Figura 5.11- FNDCT - Evolução da Execução Orçamentária

Comparativo - 2006/2007
 Valores em R\$ milhões

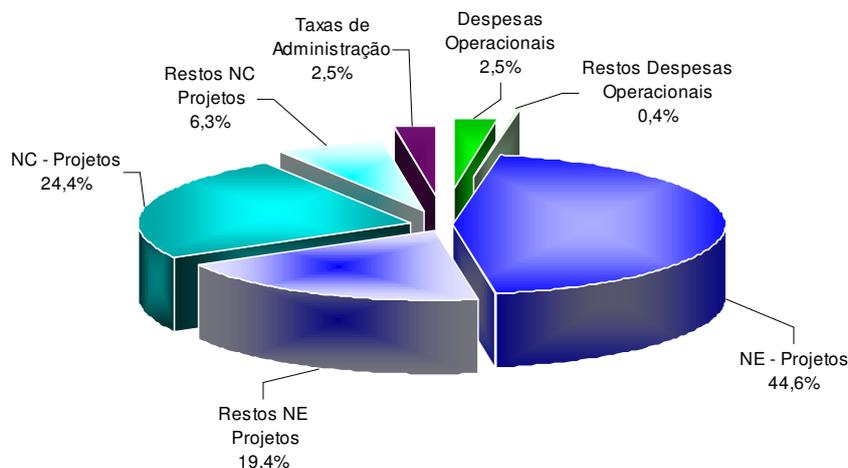


O limite autorizado para pagamentos (execução financeira) foi significativamente inferior ao orçamento autorizado, e foi integralmente utilizado. Como esse limite engloba o pagamento dos restos de exercícios anteriores, o valor final inscrito em restos para pagamento em 2008 foi ainda maior do que o do exercício anterior.

A figura 5.12 abaixo mostra a distribuição dos pagamentos efetuados, destacando o que se referia a restos de exercícios anteriores e o que se referia a compromissos do próprio exercício.

Figura 5.12

FNDCT - Execução Financeira - 2007



Fonte: FINEP/AFC

Tabela 5.28 FNDCT - EXECUÇÃO FINANCEIRA - 2007

<i>Discriminação</i>	<i>Valores em R\$ Milhões</i>
NE - Projetos	582,4
Restos NE - Projetos	253,1
NC - Projetos	318,0
Restos NC - Projetos	82,9
Taxas de Administração	32,0
Despesas Operacionais (*)	32,7
Restos Despesas Operacionais	4,7
Total Pago	1.305,8

(*) - Inclui R\$ 2,8 milhões repassados à Administração Central do MCT para despesas operacionais da ASCOF/MCT.

A tabela 5.28, exposta a seguir, apresenta a execução orçamentária e financeira do FNDCT no período 2004 a 2007. Observa-se uma tendência de aumento constante, ano após ano, no volume de recursos comprometidos. Com relação ao ano de 2006, em 2007 o FNDCT operou com um orçamento 23,5% maior, conseguindo uma execução financeira de 109%, ou seja, superior ao limite de pagamento definido pelo MCT.

As execuções orçamentárias acima dos limites previstos só são possíveis em virtude de remanejamentos de última hora feitos pelo MCT, repassando para o FNDCT, no SIAFI, limites não utilizados por outras unidades do Ministério.

Para efeito do limite de pagamento, as ordens bancárias emitidas no último dia útil de um exercício contam para o exercício seguinte. Para os quadros gerenciais, das séries históricas de liberações de recursos, são computadas essas ordens bancárias no próprio exercício em que são emitidas. Os recursos efetivamente desembolsados pelo FNDCT no ano, incluindo os recursos sob sua supervisão e os recebidos de terceiros, somaram R\$ 1.266 milhões.

Tabela 5.29-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FNDCT - 2004 a 2007

Valores em R\$ Milhões

Execução Orçamentária

Discriminação	2004	2005	2006	2007
Orçamento Aprovado	639,2	815,4	1.318,1	1.628,2
Recursos do Próprio FNDCT	639,2	805,0	1.275,6	1.586,4
Recursos sob a supervisão do FNDCT (UO-74910)			38,9	38,0
Créditos Recebidos de Outros Órgãos		10,4	3,6	3,8
Limite de Empenho	630,8	799,7	1.090,3	1.499,8
Orçamento Comprometido	629,6	796,1	1.017,6	1.483,1
Fomento a Projetos mediante empenho (**)	432,8	540,7	729,2	1.067,0
Fomento a Projetos mediante transferência orçamentária	160,1	215,9	229,9	349,0
Taxa de Administração	12,8	16,1	21,6	32,0
Despesas Operacionais (*) (**)	23,9	23,4	36,9	35,1
Execução Orçamentária de Recursos do próprio FNDCT (com base no limite de empenho)	99,8%	99,5%	93,3%	98,9%
Orçamento Comprometido Não Sujeito ao Limite de Empenho do FNDCT (UO 74910, sob a supervisão do FNDCT)			38,9	38,0
Execução Orçamentária dos Créditos Recebidos			1,7	1,4

Execução Financeira

Limite de Pagamento	599,3	627,9	773,3	1.161,8
Limite utilizado (1+2+3)	579,4	817,9	745,9	1.266,6
(1) Pagamentos relativos ao exercício em questão	520,1	662,8	616,0	925,9
Projeto mediante empenho(***)	356,2	440,8	448,2	543,2
Projeto mediante repasse financeiro	128,5	182,9	114,5	318,0
Taxa de Administração	12,8	15,8	21,6	32,0
Despesas Operacionais (****)	22,6	23,3	31,7	32,7
(2) Restos pagos de exercícios anteriores	59,3	105,0	117,4	340,6
(3) Ordens bancárias emitidas no último dia útil do exercício anterior		50,1	12,5	
Execução Financeira (com base no limite de pagamento)	96,7%	130,3%	96,5%	109,0%
(4) Execução Financeira não sujeita ao limite do FNDCT	0,0	0,0	41,4	39,2
Financiamento de projetos (UO 74910, sob a supervisão do FNDCT)			38,9	38,0
Execução financeira dos recursos recebidos de outros órgãos			2,5	1,2

(*) Inclui R\$ 13,2 Milhões para o CGEE

(**) Inclui valores não processados inscritos em restos

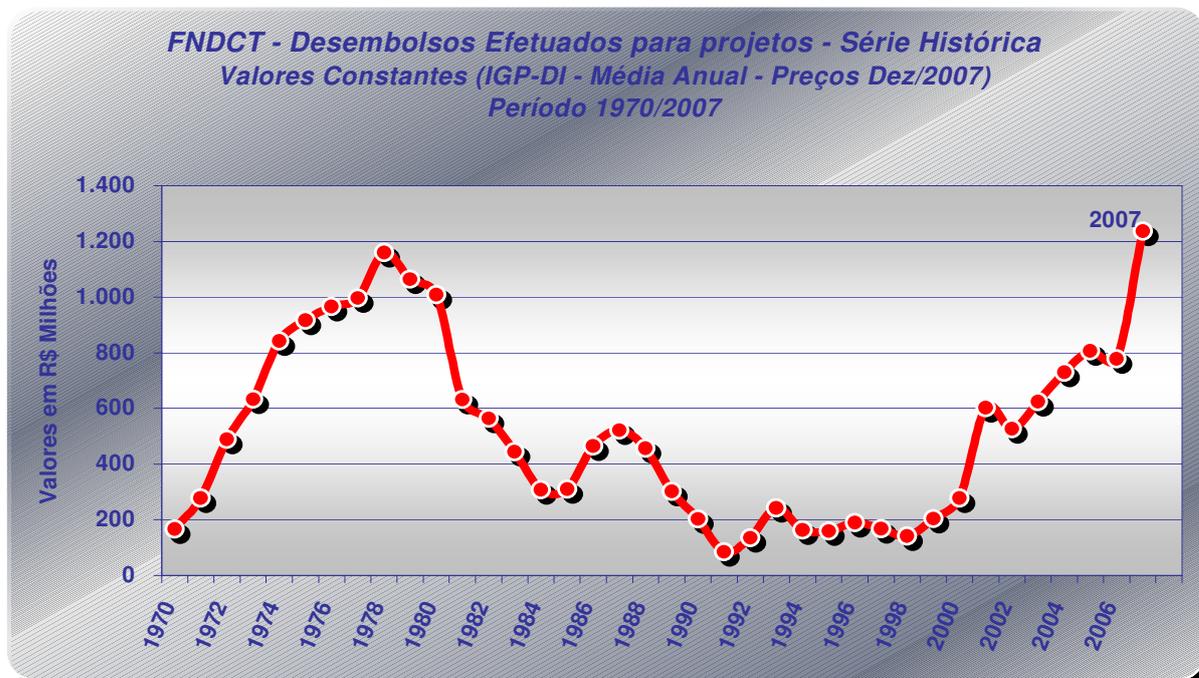
(***) Inclui transferências financeiras à FINEP p/ as ações 0741 (equalização), 0745 (capital de risco) e 0748 (garantia de liquidez)

(****) Inclui R\$ 13 Milhões para o CGEE

Fonte: DORC/FINEP

A Figura 5.13 que se segue, apresenta a evolução dos desembolsos do FNDCT para apoio a projetos desde 1970. Como se pode observar, nos últimos anos houve uma recuperação significativa do volume das liberações, em virtude da criação dos Fundos Setoriais. Verifica-se que em 2007, a execução financeira do FNDCT ultrapassou o pico histórico ocorrido em 1978.

Figura 5.13: Evolução da Execução Financeira do FNDCT – 1970-2006



Nota: Não inclui taxas de administração e despesas operacionais

Fonte: FINEP/AFC

A Tabela 5.30 a seguir detalha a execução de 2007 por fundo setorial, emendas parlamentares, demais ações do FNDCT e créditos recebidos.

Tabela 5.30 - Execução Orçamentária do FNDCT por Fundo Setorial - 2007

FNDCT - Acompanhamento Orçamentário e Financeiro - 2007						Posição em: 31/12/2007
Resumo por Ações						Valores em R\$ Mil
Fundos Setoriais / Grupos de Ações	Orçamento Aprovado Lei nº 11.451 07/02/2007	Execução Orçamentária (*)	Execução Financeira - Pagamentos			
			do Exercício	Restos de 2004/2005	Total	
Discriminação						
CT-Biotec	33.240,1	24.621,1	19.653,7	8.689,1	28.342,8	
CT-Amazônia	14.359,3	11.727,8	10.936,2	2.607,5	13.543,7	
CT-Espacial	-	-	-	2,2	2,2	
CT-Agro	58.997,3	39.873,0	33.771,5	11.712,2	45.483,7	
CT-Hidro	50.056,0	49.424,5	36.781,1	22.975,9	59.757,0	
CT-Aero	25.700,4	23.569,4	23.777,7	5.741,9	29.519,6	
CT-Saúde	67.563,7	59.217,1	54.655,7	21.062,6	75.718,3	
CT-Petro	141.130,7	120.323,6	116.070,8	56.954,0	173.024,8	
CT-Infra	340.999,0	220.337,1	195.928,4	63.846,8	259.775,2	
CT-Verde-Amarelo (FVA)	258.168,3	232.059,2	227.588,7	82.139,1	309.727,8	
CT-Energ	66.029,3	51.185,5	47.123,8	36.503,3	83.627,1	
CT-Mineral	8.860,1	6.754,4	5.410,5	2.672,1	8.082,7	
CT-Transportes	458,0	39,2	39,2	-	39,2	
CT-Transportes Aquaviários	22.423,9	13.461,4	11.773,4	5.912,4	17.685,8	
CT-Info	38.558,5	31.474,7	27.663,4	6.937,6	34.601,0	
Subvenção-Lei da Inovação (nº 10.973-de 2004)	416.789,4	155.657,5	81.664,1	-	81.664,1	
Total	1.543.334,1	1.039.725,4	892.838,3	327.756,8	1.220.595,1	
Outros Recursos Administrados pelo FNDCT						
Demais Ações	43.086,0	34.262,8	33.101,6	12.092,5	45.194,1	
Financiamento de Projetos (UO 74.910)	38.000,0	38.000,0	38.000,0	-	38.000,0	
Emendas Parlamentares	-	-	-	780,4	780,4	
Créditos Recebidos de Outros Órgãos	3.805,1	1.401,4	1.222,6	-	1.222,6	
Total	84.891,1	73.664,2	72.324,2	12.872,9	85.197,2	
Total Geral do FNDCT	1.628.225,2	1.113.389,6	965.162,5	340.629,7	1.305.792,2	

(*) Créditos Empenhados Liquidados (NE) e Créditos Concedidos por NC.

OBS.: Estão incluídos nos desembolsos realizados, os Eventos com os respectivos valores =====>

Fonte de dados: SIAFI/Finep-DORC

NE

NC

250,0

-

150

- **AÇÕES TRANSVERSAIS E VERTICAIS**

A gestão dos recursos do FNDCT / Fundos Setoriais, realizada pela FINEP, sua Secretaria Executiva, foi orientada pelo novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais, instituído pelo MCT desde 2004. O Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF presidido pelo Secretário Executivo do MCT e composto pelos presidentes das agências FINEP e CNPq e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais CG - define um conjunto de Ações Transversais e Verticais a serem implementados ao longo do ano, visando articular e integrar as atividades e recursos dos Fundos Setoriais. Ações Transversais são aquelas que são apoiadas por mais de um fundo setorial e Ações Verticais são apoiadas por apenas um fundo setorial.

As Ações Transversais e Verticais são realizadas através de:

- Lançamento de Chamadas Públicas e Cartas - Convite para apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem executados por Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's), com análise das propostas, qualificação, aprovação e contratação dos projetos recomendados; e
- Encomendas especiais de apoio à infra-estrutura, estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento, cujos termos de referência e instituição executora são definidos pelo CCF e/ou CG.

A Tabela 5.31 a seguir apresenta um resumo das demandas apresentadas e aprovadas no âmbito das Chamadas Públicas e Cartas-Convite, tanto Transversais quanto Verticais, organizadas por eixo estratégico do MCT:

- Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C,T & I;
- Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE;
- Objetivos Estratégicos Nacionais; e
- C&T para a Inclusão e o Desenvolvimento Social.

Tabela 5.31 - ACOMPANHAMENTO CHAMADAS PÚBLICAS MCT/FINEP - 2007

Posição em 31/12/07

CHAMADA	VALOR CHAMADA			DEMANDA				DEMANDA PRÉ-QUALIFICADA				APROVADO			
	Fundos Setoriais	Outras Fontes	Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total
Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE															
Ações Transversais	711,80	18,00	729,80	3.088	4.582,70	33,99	4.616,70	924	1.569,31	23,37	1.592,67	239	495,56	4,82	500,38
Cooperação ICTs - MPEs- 07/2006 - Sebrae	13,00	13,00	26,00	283	121,47	11,66	133,13	189	82,79	7,12	89,91				
LOGÍSTICA TRANSP. 02/2007	5,00	0,00	5,00	18	12,22	3,78	15,99	12	8,50	2,74	11,24	9	3,89	1,48	5,37
GENOPROT - 08/2007	10,00	5,00	15,00	87	101,90	10,66	112,56	68	79,51	7,93	87,45	19	14,96	2,66	17,63
TIB TV DIGITAL - 06/2007	3,00	0,00	3,00	14	14,93	0,75	15,68	14	14,93	0,75	15,68	10	8,74	0,68	9,42
TIB BIOTÉRIOS - 05/2007	2,00	0,00	2,00	11	7,03	0,30	7,33	11	7,03	0,30	7,33	2	1,31	0,00	1,31
TIB CENTROS DE RECURSOS BIOLÓGICOS 10/2007	2,80	0,00	2,80	5	3,03	0,34	3,37	5	3,03	0,34	3,37				
TIB-EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA - 11/2007	6,00	0,00	6,00	13	8,58	0,52	9,11	13	8,58	0,52	9,11				
MICROELETRÔNICA 012007	10,00	0,00	10,00	35	31,03	5,98	37,01	22	19,89	3,66	23,55				

Tabela 5.31 - ACOMPANHAMENTO CHAMADAS PÚBLICAS MCT/FINEP - 2007

Posição em 31/12/07

CHAMADA	VALOR CHAMADA			DEMANDA				DEMANDA PRÉ-QUALIFICADA				APROVADO			
	Fundos Setoriais	Outras Fontes	Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total
SUBVENÇÃO 01/2007	450,00	0,00	450,00	2.567	4.123,12	0,00	4.123,12	540	1.187,39	0,00	1.187,39	174	313,77	0,00	313,77
SUBVENÇÃO PAPPE 2006	150,00	0,00	150,00	17	149,00	0,00	149,00	17	149,00	0,00	149,00	17	150,00	0,00	150,00
SUBVENÇÃO - Pesq. na Empresa 03/2006	60,00	0,00	60,00	38	10,39	0,00	10,39	33	8,65	0,00	8,65	8	2,88	0,00	2,88
Ações Verticais	96,12	1,20	97,32	154	312,08	5,14	317,22	81	133,59	5,14	138,73	16	22,76	3,03	25,78
FATORES DA COAGULAÇÃO SANGUÍNEA 01/2007	1,60	1,20	2,80	2	4,79	0,80	5,59	2	4,79	0,80	5,59	1	2,38	0,40	2,79
CT-PETRO INCUBADORAS DE EMPRESAS - 01/2007	14,00	0,00	14,00	23	31,26	4,34	35,60	23	31,26	4,34	35,60	15	20,37	2,62	23,00
FUNTEL - CONTEÚDOS DIGITAIS - 01/2007	0,62	0,00	0,62	13	5,77	0,00	5,77	9	4,51	0,00	4,51				
FUNTEL- ÁREAS TEMÁTICAS PRIORIT. 02/2007	79,90	0,00	79,90	116	270,26	0,00	270,26	47	93,04	0,00	93,04				
Sub-total	807,92	19,20	827,12	3.242	4.894,78	39,13	4.933,91	1005	1.702,90	28,50	1.731,40	255	518,32	7,85	526,16

Tabela 5.31 - ACOMPANHAMENTO CHAMADAS PÚBLICAS MCT/FINEP - 2007

Posição em 31/12/07

CHAMADA	VALOR CHAMADA			DEMANDA				DEMANDA PRÉ-QUALIFICADA				APROVADO			
	Fundos Setoriais	Outras Fontes	Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total	Nº Proprotas	Valor Projeto	Valor Bolsas	Valor Total
Objetivos Estratégicos Nacionais															
Ações Verticais	14,00	6,00	20,00	72	56,90	7,98	64,87	39	33,29	4,46	37,75	17	8,94	0,81	9,76
PESQ CLÍNICA 02/2007	4,00	6,00	10,00	20	24,35	3,57	27,93	15	21,20	3,21	24,41				
CT-AQUAVIÁRIO 01/2007	10,00	0,00	10,00	52	32,54	4,40	36,94	24	12,09	1,25	13,34	17	8,94	0,81	9,76
Sub-total	14,00	6,00	20,00	72	56,90	7,98	64,87	39	33,29	4,46	37,75	17	8,94	0,81	9,76
C&T para a Inclusão e o Desenvolvimento Social															
Ações Transversais	3,00	0,00	3,00	13	3,75	0,97	4,72	10	2,99	0,81	3,80	8	2,06	0,70	2,76
CULTURA DO ALGODÃO 07/2007	3,00	0,00	3,00	13	3,75	0,97	4,72	10	2,99	0,81	3,80	8	2,06	0,70	2,76
Sub-total	3,00	0,00	3,00	13	3,75	0,97	4,72	10	2,99	0,81	3,80	8	2,06	0,70	2,76
TOTAL GERAL	1.121,92	25,20	1.147,12	3.681	5.738,64	81,62	5.812,81	1.336	2.448,60	61,60	2.510,20	448	719,72	11,51	731,23

Fonte: FINEP/APLA

5.2. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS À FINEP ATRAVÉS DE PTF'S

Apresenta-se a seguir um resumo das transferências efetuadas pelo FNDCT à FINEP através de PTF's em 2007. No Relatório de Gestão FINEP 2007 – FINEP, no item 5.3.3, está apresentado a relação de todas as PTF's e sua execução física e a posição financeira por PTF em 31 de dezembro de 2007. Na tabela 5.32 apresenta-se as necessidades de recursos do FNDCT para a FINEP por Fundo Setorial tendo em vista os compromissos já assumidos através de convênios já assinados.

Tabela 5.32 – Transferências efetuadas às PTF's por Fundos –2007

R\$ 1,00

Fundo Setorial	Valor Empenhado	Valor Pago
CT-Aeronáutico	-	2.000.000,00
CT-Agronegócio	2.336.330,87	178.559,95
CT-Amazônia	251.510,00	251.510,00
CT-Aquaviário	2.224.608,48	2.960.142,00
CT-Biotecnologia	4.508.868,86	692.705,70
CT-Energia	4.134.692,52	3.324.345,78
CT-Espacial	-	-
CT-Hidro	44.614,16	-
CT-Info	300.000,00	1.380.680,00
CT-Infra	108.512,00	108.512,00
CT-Mineral	91.500,00	91.500,00
CT-Petro	5.939.380,71	6.542.034,77
CT-Saúde	10.918.690,46	7.869.652,26
CT-Transporte	-	-
CT-Verde & Amarelo	15.598.746,69	12.272.364,96
Subvenção (FVA)	66.601.944,45	-
Demais Ações	202.742,59	-
TOTAL:	113.262.141,79	37.672.007,42

Fonte: FINEP/AFC

Tabela 5.33 – FNDCT - Recursos Recebidos da FINEP - PTF's encerradas em 2007

R\$ 1,00

PTF	Valor Devolvido
032/2003	16.478,85
045/2005	38.471,46
050/2005	291.247,45
TOTAL:	346.197,76

Fonte: FINEP/AFC

**Tabela 5.34 - FNDCT - Necessidade de Empenho do FNDCT
 para a FINEP por Fundo Setorial**

Em R\$ 1,00

Fundo	Necessidade de Transferência
CT-Aeronáutico	-
CT-Agronegócio	2.790.670,21
CT-Amazônia	229.813,87
CT-Aquaviário	809.654,46
CT-Biotecnologia	3.413.174,34
CT-Energia	3.987.955,48
CT-Espacial	-
CT-Hidro	750.013,86
CT-Info	358.492,92
CT-Infra	1.997.859,01
CT-Mineral	867.141,04
CT-Petro	2.002.872,06
CT-Saúde	3.727.292,59
CT-Transporte	-
CT-Verde & Amarelo	8.310.712,89
Subvenção (FVA)	96.123.732,10
Demais Ações	3.440.819,65
TOTAL:	128.810.204,48

Fonte: FINEP/AFC

5.3 ESFORÇO OPERACIONAL DO FNDCT

5.3.1 ESFORÇO DE SELEÇÃO, ANÁLISE E CONTRATAÇÃO

Em 2007, a FINEP processou um total de 3.939 Solicitações de Financiamento do FNDCT, distribuídas conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Tabela 5.35 - ESFORÇO OPERACIONAL FNDCT 2007

Valores em R\$ milhões

Não-Reembolsável	OFERTA	DEMANDA		APROVAÇÃO	
	Nº Convocações	Nº de Projetos	Valor Solicitado	Nº de Projetos	Valor Aprovado
Projetos de Pesquisa	211	1.248	2.208,1	528	562,8
Chamadas e Convites	22	1.059	1.882,1	365	292,8
Encomendas	189	189	326,0	163	270,0
Eventos	66	66	4,6	56	2,7
SUBTOTAL	277	1.314	2.212,7	584	565,5
Subvenção Econômica	9	2.622	4.282,5	330	665,2
Projetos de Inovação	1	2.567	4.123,1	306	526,3
Pesquisador Empresa	7	38	10,4	8	2,9
PAPPE Subvenção	1	17	149,0	16	136,0
TOTAL	286	3.936	6.495	914	1.231

Observações:

1. a coluna aprovação se refere também a projetos apresentados em anos anteriores:

Chamadas e Convites: 116 projetos de 2006 e 249 projetos de 2007

Subvenção: 132 projetos de 2006 e 174 projetos de 2007

2. não inclui operações de investimento

Fonte: FINEP/APLA

Tabela 5.36 - Processamento de Chamadas e Convites

Valores em R\$ milhões

Fomento de Chamadas Pública e Convites	Nº de Projetos	Valor Solicitado	% da Demanda de Projetos
Solicitado	1.059	1.456,1	100%
Qualificado	702	1.071,0	66%
Recomendado	462	490,5	44%
Aprovado	365	292,8	34%

OBS.: Não inclui Subvenção Econômica

Fonte: FINEP/APLA

Observa-se nas tabelas anteriores o grande esforço operacional da FINEP de processamento e análise da demanda de solicitações. Verifica-se que, nas 22 Chamadas Públicas e Cartas-Convite lançadas, a demanda foi de 1.059 propostas no valor de R\$ 1.456,1 milhões. Desta demanda, foram aprovadas 365 propostas (34%) no valor de R\$ 292,8 milhões, sendo o valor médio dos projetos de aproximadamente R\$ 802 milhões. No caso das encomendas, o aproveitamento da demanda sobe para 86% e o valor médio dos projetos para R\$ 1,7 milhão.

Tabela 5.37 - Subvenção Econômica 01/2007

Valores em R\$ milhões

Chamadas de subvenção Econômica	Nº de Projetos	Valor Solicitado	% da Demanda de Projetos
Solicitado	2.567	4.123,1	100%
Qualificado	540	1.187,4	21%
Aprovado	174	313,8	7%

Fonte: FINEP/APLA

A Subvenção Econômica 01/2007 demandou um enorme esforço operacional da empresa, de uma demanda de 2.567 propostas no valor total de R\$ 4.123,1 milhões foi aprovado um total de 174 projetos (7%) no valor médio de R\$ 1,8 milhões.

Os eventos em C,T&I aprovados representam também um grande esforço operacional, uma vez que os apoios aprovados apresentam o valor médio apenas R\$ 48 mil.

Tabela 5.38 - Contratados FNDCT em 2007

Valores em R\$ milhões

Contratação	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Bolsas
Projetos de Pesquisa	467	503,96	17,4
Chamadas e Convites	295	246,04	8,0
Encomendas	172	257,92	9,4
Eventos	56	2,70	
Subvenção Econômica	190	367,60	
PAPPE Subvenção	12	139,00	
TOTAL	725	1.013,26	17,4

Fonte: FINEP/APLA

5.3.2 ESFORÇO DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

As atividades realizadas pela equipe do Departamento de Acompanhamento Financeiro e prestação de Contas – DAFP/ Área de Crédito - ACRD no decorrer do ano de 2007 compreenderam: análise de prestações de contas, remanejamento financeiro e alteração de itens, liberação de recursos, prorrogação de parcelas, solicitação de prestação de conta final, visitas de acompanhamento financeiro e treinamento de instituições sobre Gestão Financeira de Convênios.

Tabela 5.39 - Análise de Prestação de Contas

Prestações de Contas Analisadas em 2007		
Tipos	Discriminação	Qte
Parcial	Analisadas e Aprovadas	555
Final	Analisadas e Aprovadas	516
Parcial e Final	Analisadas e Não Aprovadas *	856
TOTAL		1.927

Fonte: FINEP/ACRD

* Visando sanar as impropriedades detectadas, foram expedidas correspondências a todos convenentes em situação irregular.

Tabela 5.40 - Remanejamento Financeiro, Liberação de Parcelas e Solicitação de Prestação de Contas Final

Atividades	2007
Remanejamento financeiro	1.229
Emissão de SL's e APO's	937
Prorrogação de parcelas*	450
Solicitação de PC Final *	223
Total	2.839

Fonte: FINEP/ACRD

* Executada pela área operacional a partir de setembro de 2007.

** Implantando em agosto de 2006.

Tabela 5.41 - Visitas de Fiscalização e Treinamento sobre Gestão Financeira de Convênios

Atividade	2007
Visitas de Fiscalização	54
Instituições Treinadas	76
Total	130

Fonte: FINEP/ACRD

Em 2007, o DAFFP também concluiu a análise das prestações de contas final com prazo de utilização (PUR) de recursos expirado até 2004, inclusive.

Tabela 5.42 - Análise de Prestação de Contas - PUR até 2004

Atividade	2007
Nº de Convênios	288

Fonte: FINEP/ACRD

Com base no Relatório SIAFI Gerencial de 24/01/2008, foram levantados os dados demonstrados na tabela 5.43 abaixo, que indica os convênios com prazo de utilização de recursos (PUR) vencido e que ainda se encontram em aberto no SIAFI. Estes convênios ainda serão diagnosticados pelo Departamento de Análise Financeira e Prestação de Contas – DAFP/ACRD, que levantará, dentre outros aspectos, se houve: prorrogação de prazo, envio de Prestação de Contas Final, envio de Relatório Técnico Final e encerramento não inserido no sistema.

Tabela 5.43 - Posição da Carteira

PUR	Quantidade Convênios
2005	359
2006	621
2007	794
Total	1774

Fonte: SIAFI Gerencial/FINEP/DAFP/ACRD

6 Previdência Complementar Patrocinada

(não se aplica)

7 Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

Ver Ação 0743 - Subvenção Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA (CT-VERDE AMARELO - Lei nº 10.332/01)/ Programa 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE) – Relatório de Gestão FINEP 2007 –FNDCT.

8 Operações do FNDCT

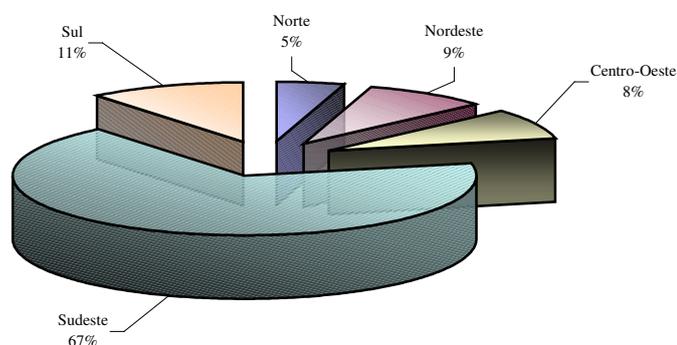
8.1 EXECUÇÃO DO FNDCT POR REGIÃO DO PAÍS

A maioria dos Fundos Setoriais prevê, em sua legislação, a alocação de percentuais mínimos de recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (40% para o Fundo Setorial de Petróleo e Gás e 30% para os demais fundos). Essa obrigatoriedade tem, além dos objetivos intrínsecos de cada Fundo, o objetivo de promover uma desconcentração geográfica dos investimentos de forma a estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação nas regiões menos assistidas.

Na figura abaixo, apresenta-se a distribuição percentual da execução financeira (valores liberados) por região do País, com base nas liberações para apoio direto a projetos. Não foram considerados nesse levantamento os pagamentos abaixo discriminados que, contudo, encontram-se consolidados na tabela 8.1 com a denominação “ Nacional”:

- os repasses para as agências ANP e CNPq, que implementam as bolsas em âmbito nacional;
- as transferências à FINEP para atender aos editais e encomendas, procedimento conhecido como PTF (Proposta de Transferência Financeira);
- os instrumentos do Fundo Verde Amarelo para apoio a empresas (equalização, subvenção, garantia de liquidez e participação no capital);
- o contrato de gestão do CGEE (7º e 8º termos aditivos);
- a taxa de administração e as despesas operacionais.

Figura 8.1 - FNDCT 2007- Perfil Regional dos Desembolsos



Fonte: FINEP/APLA

Tabela 8.1 - FNDCT - Execução Financeira de Projetos e Eventos por Região e UF em 2007

UF	Valor Pago
Região Norte	41.361.683,01
AC	2.244.234,00
AP	3.526.886,54
AM	21.023.935,65
PA	10.516.090,87
RO	2.645.643,00
RR	579.000,00
TO	825.892,95
Região Nordeste	77.902.258,33
AL	5.320.483,68
BA	14.533.488,45
CE	17.815.892,17
MA	3.851.683,90
PB	5.246.683,61
PE	20.040.133,11
PI	487.927,54
RN	9.371.406,37
SE	1.234.559,50
Região Centro-Oeste	75.413.698,74
DF	60.371.196,82
GO	10.064.928,57
MS	2.102.699,56
MT	2.874.873,79
Região Sudeste	607.399.933,97
ES	2.852.573,13
RJ	343.281.843,58
SP	183.562.089,96
MG	77.703.427,30
Região Sul	98.404.608,91
PR	12.492.624,03
RS	63.608.213,35
SC	22.303.771,53
Nacional	335.891.309,08
	1.236.373.492,04

Fonte: FINEP/APLA

8.2 AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS RESULTADOS

A avaliação dos resultados alcançados com a aplicação dos recursos do FNDCT encontra-se elaborada por ação/programa e estão apresentadas nos itens 4 dos Relatórios de Gestão da FINEP e do FNDCT.

8.3 RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS CONTRATADOS NO EXERCÍCIO DE 2007 (ANEXO G)

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

Relatório de Gestão FINEP 2007

**Programas de Ações Especiais
MCT/FINEP**

SUMÁRIO – Relatório de Gestão 2007 – Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

1	Identificação	166
2	Responsabilidades Institucionais	167
3	Estratégia de Atuação	169
4	Gestão de Programas e Ações	169
5	Desempenho Operacional	170
6	Previdência Complementar Patrocinada	171
7	Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	171
8	Operações de Fundos	171

1 Identificação

Tabela 1.3 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/ Ações Especiais MCT/FINEP	
Natureza jurídica	Empresa Pública de Direito Privado	
Vinculação ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Decreto-Lei N° 61.056, de 24 de julho de 1967; Competências: Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos n° 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto n° 2.471, de 26 de janeiro de 1998. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ;	
CNPJ	000000000	
Nome e código no SIAFI	Programa de Ações especiais FINEP/MCT – 240131	
Código da UJ titular do Relatório		
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Endereço completo da sede	SCN – Quadra 2 – Bloco D – Torre A – SL 1102 CEP 70712-903 – Brasília – DF	
Endereço do Escritório Central	Praia Do Flamengo, 200 – 13° andar CEP 22210-030 –Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2555-0330 Fac-símile: 2557-8100	
Endereço da página institucional na internet	www.finep.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Não se aplica	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UG PROGRAMAS ESPECIAIS / MCT	Código: 240131

2 Responsabilidades Institucionais

Uma das principais responsabilidades atribuída a essa gestão é o pagamento da Dívida Externa com Organismos Internacionais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) e o Eximbank). Em 2007, houve a execução de pagamento de dívida externa até o mês de maio de 2007, quando a mesma foi transferida para a União. No sentido de aprimorar a gestão dos recursos da Dívida Pública Federal, o Presidente da República publicou, em 19 de dezembro de 2006, o Decreto Nº 5.994, que trata da transferência da Dívida Externa contratual da União, dos contratos totalmente desembolsadas pelos credores externos, dos respectivos órgãos de origem, para o Ministério da Fazenda, representada pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN.

Os saldos devedores constantes da Tabela 5.3 referem-se aos saldos posicionados em 31/05/2007, transferidos, e devidamente regularizados no SIAFI/Dívida e no SISBACEN/ROF, atestados e aceitos no processo de Transferência da Dívida Externa Contratual da União, conforme determinações e exigências legais do referido Decreto.

Em relação ao contrato USAID/512, este não sofreu processo de transferência, ficando, ainda, sob a responsabilidade da FINEP para liquidação da última parcela, ocorrida no 2º semestre/2007.

A Tabela 2.4 apresenta o demonstrativo dos desembolsos efetuados pelos Organismos Internacionais (Desembolsos encerrados no exercício de 2004).

Tabela 2.2 - INGRESSOS

EM: US\$

EMPRÉSTIMO	TOMADOR	CONTRATADO	UTILIZADO	INGRESSOS			INGRESSOS ACUMULADO	SALDO DO EMPRÉSTIMO
				ATÉ DEZ/2004	1o. SEM./2005	2o. SEM./2005		
BIRD 4266/BR	UNIÃO	66.200.000,00	66.200.000,00	66.200.000,00	0,00	0,00	66.200.000,00	0,00
O VALOR ORIGINAL CONTRATADO FOI DE US\$ 155.000.000,00, SENDO CANCELADO US\$ 88.800.000,00								
EM: YEN								
EXIM/JBIC	UNIÃO	3.342.275.052,00	3.342.275.052,00	3.342.275.052,00	0,00	0,00	3.342.275.052,00	0,00
O VALOR ORIGINAL CONTRATADO FOI DE Y 18.000.000.000,00, SENDO CANCELADO Y 14.657.724.948,00								

Fonte: FINEP/AFC

Tabela 2.3 - DÍVIDA EXTERNA

EMPRÉSTIMO	TOMADOR	CONTRATADO	UTILIZADO	SALDO DEV. EM 31/DEZ/2006		REALIZADO EM 2007		SALDO DEVEDOR	
				PRINCIPAL	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS
US\$									
CRED. FINANCEIRO	FINEP	54.000.000,00	54.000.000,00	196.246,50	152.489,66	15.171,68	12.643,88	181.074,82	139.845,78
EURO									
CRED. COMPRADOR	FINEP	47.716.542,40	47.716.542,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TESOURO FRANCES	FINEP	6.402.858,72	6.402.858,72	426.857,24	11.205,00	426.857,24	11.205,00	0,00	0,00
TOTAL EURO		54.119.401,12	54.119.401,12	426.857,24	11.205,00	426.857,24	11.205,00	0,00	0,00

Fonte: FINEP/AFC

Tabela 2.4 - PAGAMENTOS DA DIVIDA

EMPRÉSTIMO	TOMADOR	CONTRATADO	UTILIZADO	EXERCÍCIO / 2006			EXERCÍCIO / 2007		
				PRINCIPAL	JUROS	COMISSÕES	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÕES
US\$									
CRED. FINANCEIRO	FINEP	54.000.000,00	54.000.000,00	24.245,84	13.351,40	0,00	15.171,68	12.643,88	0,00
EURO									
CRED. COMPRADOR	FINEP	47.716.542,40	47.716.542,40	1.416.421,34	62.708,97	0,00	0,00	0,00	0,00
TESOURO FRANCES	FINEP	6.402.858,72	6.402.858,72	493.142,85	29.361,48	0,00	426.857,24	11.205,00	0,00
TOTAL EURO		54.119.401,12	54.119.401,12	1.909.564,19	92.070,45	0,00	426.857,24	11.205,00	0,00

Fonte: FINEP/AFIC

3 Estratégia de Atuação

(não se aplica)

4 Gestão de Programas e Ações

(não se aplica)

5 Desempenho Operacional

Esta gestão refere-se também aos programas especiais do MCT, geridos pela FINEP, já encerrados, tais como Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT e Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX.

▪ PADCT

Em 2007 foram analisados sete convênios do PADCT e incluídos 19 na carteira, a partir de informações constantes do Relatório SIAFI Gerencial em dezembro de 2007.

Tabela 5.44 - Convênios do PADCT com Prestação de Contas Final Pendente

Total Geral	Analisados	A Analisar	Encerrados
26	7	19*	0

* Incluídos no passivo/PADCT a partir do Relatório SIAFI Gerencial de 08/01/2008.

Fonte: FINEP/ACRD

▪ PRONEX

Os convênios do PRONEX a partir de 31 de dezembro de 2007 passaram para o Departamento de Análise Financeira e Prestação de Contas – DAFP/ACRD que irá fazer um levantamento da real situação dos convênios, visando o seu encerramento no SIAFI. A tabela a seguir mostra a situação preliminar encontrada.

Tabela 5.45 - PRONEX - Situação dos Convênios

Situação	Nº Convênios
Encerrados no SIAFI (correspondência enviada)	20
Encerrados*	130
Falta Termo de Encerramento	5
Falta analisar Prestação de Contas Final	5
Aguardando informações para Prestação de Contas Final	1
Prestação de Contas Final aprovada aguardando parecer ad hoc para Relatório Técnico Final	1
Total	162

* Carece de confirmação se foram encerrados no SIAFI

Fonte: FINEP/APLA

6 Previdência Complementar Patrocinada

(não se aplica)

7 Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

(não se aplica)

8 Operações de Fundos

(não se aplica)